



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ANTONIO MIGUEL PEREIRA JUNIOR

A EFICIÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL: uma análise da mensuração dos resultados dos inquéritos policiais.

MACEIÓ - ALAGOAS

2017



ANTONIO MIGUEL PEREIRA JUNIOR

A EFICIÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL: uma análise da mensuração dos resultados dos inquéritos policiais.

Relatório Técnico apresentado à Universidade Federal de Alagoas, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP,

Orientador: Profa. Dra. Luciana Santa Rita.

Maceió

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P429e Pereira Junior, Antonio Miguel.

A eficiência da investigação na polícia federal: uma análise da mensuração dos resultados dos inquéritos policiais Antonio Miguel Pereira Junior. – 2017.
145 f. : il.

Orientadora: Luciana Santa Rita.

Dissertação (mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 70-72.

Apêndices: f. 73-145.

1. Polícia Federal – Brasil – Eficiência. 2. Inquérito policial – Avaliação.
3. Autoria. 4. Materialidade. 5. Administração pública. I. Título.

CDU: 35:343.123.1

Ata da 4ª Sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão Final do Mestrado em Administração Pública/PROFIAP da Universidade Federal de Alagoas.

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2017 foi instalada a 4ª sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão Final do Mestrado em Administração Pública/PROFIAP da Universidade Federal de Alagoas, às 14h30min, na Sala de Reuniões do Conselho da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/FEAC, da Universidade Federal de Alagoas, a que se submeteu o mestrando **ANTONIO MIGUEL PEREIRA JUNIOR**, apresentando o trabalho: "A EFICIÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL: uma análise da mensuração dos resultados dos inquéritos policiais", como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração Pública, conforme o disposto no regulamento deste Programa, e tendo como Banca Examinadora já referendada pelo Colegiado do Curso, Profa. Dra. Luciana Peixoto Santa Rita (FEAC-UFAL), Prof. Dr. Paulo da Cruz Freire dos Santos (FEAC-UFAL) e Profa. Dra. Elaine Cristina Pimentel Costa (FDA-UFAL), sob a presidência da orientadora a Profa. Dra. Luciana Peixoto Santa Rita (FEAC-UFAL).

Analisando o trabalho a Banca atribui a seguinte menção:

APROVADO

REPROVADO

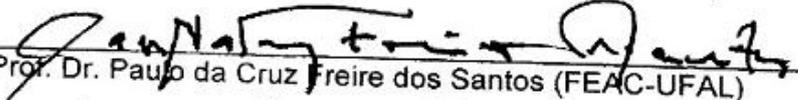
OBSERVAÇÕES:

O ALUNO MIGUEL PEREIRA JUNIOR ESTÁ
A PROVA DO DEVENDO REALIZAR OS AJUSTES
E SUGESTÕES DA BANCA EM 30 DIAS

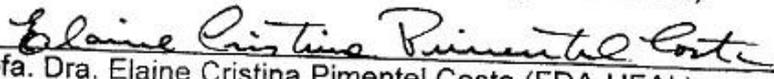
Maceió, 13 de fevereiro de 2017.



Profa. Dra. Luciana Peixoto Santa Rita (FEAC-UFAL).



Prof. Dr. Paulo da Cruz Freire dos Santos (FEAC-UFAL)



Profa. Dra. Elaine Cristina Pimentel Costa (FDA-UFAL)

RESUMO

O inquérito policial como método de investigação no Brasil sofre críticas severas, sempre fundadas no senso comum de que falta eficiência na investigação policial. O objetivo deste relatório técnico é apresentar critérios de avaliação da eficiência da investigação policial no Brasil, realizada por meio do inquérito policial, a partir da legislação que regula a investigação e o inquérito policial. A pesquisa, na forma de estudo descritivo, de natureza quantitativa foi realizada através de pesquisa documental, bibliográfica e survey, utilizando como métodos questionário, dados secundários e pesquisa bibliográfica e documental. Após o estabelecimento dos parâmetros para a aferição da eficiência, estes foram aplicados na prática, para verificar se há influência dos recursos disponíveis para a investigação, humanos e materiais, no resultado obtido. Verificou-se que a Polícia Federal tem alta eficiência nas investigações que realiza, e não foi possível observar influência dos recursos utilizados na eficiência das investigações policiais, que é necessário acrescentar outros parâmetros, como tempo e custo, se se quiser buscar a influência dos recursos utilizados e ainda que é necessário estabelecer um processo de seletividade nos casos investigados, tendo em vista que há uma incidência bastante alta de investigações que concluem pela inexistência de crime.

Palavras-chave: Investigação, inquérito policial, materialidade, autoria, eficiência.

ABSTRACT

The police inquiry, as a Brazilian method of criminal investigation, is severely criticized, under the allegation that there is a lack of efficiency on police investigations. This paper intends to suggest criteria for the evaluation of the efficiency on police investigation on Brazil, when it occurs through a formal police inquiry, using as starting point the regulation, by Law, on the police inquiry and on criminal investigation. This research, as quantitative exploratory study, was done through documental, bibliographical and survey research, using a questionnaire, secondary data, documents and bibliography. After the determination of the parameters used to measure the investigative efficiency, they were applied in the field, to check if the availability of human and material resources affected the results on criminal investigations. The data analysis showed that Brazilian Federal Police has great investigative efficiency and there were no observable influence of the available resources on the investigative efficiency. The paper concludes that it is necessary to aggregate more factors on the analysis if one intends to check the influence of the resources, suggesting time and monetary cost expended on the inquiries. It also concludes that it is necessary to institute a method of selecting the investigations performed, because it found a high degree of non criminal acts under investigation.

Keywords: investigation, police inquiry, materiality, perpetrator, efficiency.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Diagnóstico Organizacional	12
3. Referencial Teórico e Metodologia.....	15
3.1 Referencial Teórico	15
3.1.1 O inquérito policial	15
3.1.2 Finalidade do Inquérito Policial.....	16
3.1.3 Natureza e características do Inquérito Policial.....	17
3.1.4 A investigação criminal em outros países.....	18
3.1.5 Conceito e evolução de Administração Pública.....	20
3.1.6 Estudos científicos no âmbito da eficiência da administração pública.....	21
3.2. Críticas ao inquérito policial.....	23
3.3. Critérios de eficiência da investigação policial utilizados no Brasil	24
3.4 Metodologia.....	26
3.4.1 Natureza e classificação	26
3.4.2 Método	27
3.4.3 Critério adotado para a análise de dados.....	28
3.4.5 Modelo conceitual.....	30
3.4.6 Definição das variáveis.	33
3.4.7 Amostragem	34
3.4.8 Coleta de dados	36
3.4.9 Método de análise	40
4. Resultados e discussão	43
4.1 Hipóteses testadas	43
4.2 Análise descritiva dos dados.....	43

4.2.1 Características gerais das variáveis.....	43
4.2.2 Estatística dos inquéritos policiais	44
4.2.3 Estatística dos aspectos conclusivos dos inquéritos.....	45
4.2.4 Análise de dados da variável Estado.....	47
4.2.5 Análise da variável Classe	48
4.2.6 Análise da variável Escrivão vinculado	49
4.2.7 Análise da variável Equipe de Investigação	50
4.2.8 Análise da variável Recursos Disponíveis	51
4.2.9 Análise da variável sucesso.....	52
4.2.10 Análise da variável eficiência	53
4.3.1 Tabulação cruzada eficiência X equipes de investigação	55
4.3.2 Tabulação cruzada eficiência X recursos disponíveis.....	56
4.3.3 Tabulação cruzada entre eficiência X escrivão vinculado	58
4.4 Análise das associações e testes não paramétricos	59
4.4.1 Correlação de Pearson.....	60
4.4.3 Correlação de Spearman	61
4.4.3 Correlação de Kendall.....	62
4.4.4 Teste W de Kendall.....	62
4.4.5 Teste Kolmogorov-Smirnov	64
4.5.1 Registro documental e análise das principais dificuldades reportadas	65
5. Conclusão	68
6. Referências	72
Apêndice A.....	75
Apêndice B.....	79

1. INTRODUÇÃO

A investigação policial recebe críticas da sociedade, da imprensa e dos destinatários de seus resultados, pois existe a percepção de que os resultados do trabalho de investigação policial estão aquém do desejado para atender ao princípio constitucional da duração razoável do processo criminal. Assim, é necessário desenvolver critérios para avaliar o grau de sucesso ou fracasso das investigações, a partir dos quais será possível discutir suas possíveis causas, diagnosticar os problemas encontrados e apontar soluções.

Atualmente, equipes de policiais são alocadas no desenvolvimento de uma, ou poucas, investigações, ao passo que investigações em cartório adotam o sistema de produção em série. Enquanto uma equipe realiza uma grande investigação – subdividida em vários inquéritos policiais ou concentrada em apenas um, de alta complexidade – os cartórios de Delegado e escrivão chegam a se responsabilizar por seiscentas investigações, na forma de inquéritos policiais, ao mesmo tempo.

Entretanto, falta na literatura nacional e internacional referencial teórico robusto que aponte quais são os critérios desejáveis de avaliação de eficiência da investigação policial. Sem a definição dos parâmetros que indicam a eficiência, não se pode eleger um modelo de investigação para apontar as soluções necessárias.

Inicialmente, há que considerar que não há critérios definidos para indicar se uma investigação foi bem sucedida ou não, no âmbito policial. O critério utilizado correntemente, que correlaciona investigação com número de denúncias ou condenações, amplamente citado na imprensa, não é confiável, pois depende da ação de outros entes exteriores à Polícia, como Ministério Público e Justiça. A literatura encontrada considera a relação entre investigações policiais e condenações como se esta fosse demonstrativa da falência do inquérito policial. Assim, é necessário discutir quais critérios podem ser utilizados para julgar o sucesso ou insucesso de uma investigação policial, como passo inicial de qualquer trabalho sério na área.

A contribuição da presente pesquisa é necessária para, a partir do estabelecimento de critérios objetivos de mensuração da eficiência das investigações, apontar soluções e procedimentos, no âmbito da Polícia Federal, para avaliar essa eficiência e buscar possíveis soluções em aumentá-la, a partir dos dados objetivos observados.

É possível comparar investigações no âmbito da Polícia Federal em dois sistemas distintos: o de cartório, composto por Delegado e escrivão, que demanda aos demais setores diligências investigativas, e o de gabinete de investigação, em que o Delegado lidera uma

equipe composta de escrivão, agentes, peritos e demais servidores policiais e administrativos, envolvendo-as ativamente nas investigações.

Não há consenso sobre o melhor critério a utilizar para avaliar o sucesso de uma investigação criminal. Tampouco existem estudos no sentido de identificar os quantitativos de investigações simultâneas capazes de manter a eficiência sob a presidência de um único Delegado. Não há também identificação dos métodos mais eficientes de alocação de pessoal visando aumentar a rapidez e confiabilidade das investigações.

Outra questão que se apresenta premente é a falta de seletividade nas investigações. Em razão do arcabouço legal vigente, toda e qualquer notícia de fato que possa representar um crime deve gerar uma investigação. Essa abordagem não seletiva termina por onerar e desgastar o sistema de investigação criminal, pois boatos, crimes de pouco vulto financeiro e mesmo notícias de jornais sem embasamento fático terminam por gerar investigações com alto custo em tempo, material e pessoal para a polícia.

A questão de pesquisa é: qual o critério de mensuração de eficiência mais adequado para as investigações realizadas por meio do inquérito policial, no âmbito da Polícia Federal?

A partir dessa questão de pesquisa, pode-se definir o objetivo geral do trabalho como a construção de um critério de mensuração de eficiência nas investigações policiais realizadas por meio do inquérito policial no âmbito da Polícia Federal,

A partir da definição do critério de avaliação de eficiência da investigação no âmbito do inquérito policial, serão realizados testes quanto à viabilidade de utilização desse critério, com os objetivos específicos de verificar a influência de alocação dos recursos humanos e materiais nos resultados obtidos nas investigações, testar a viabilidade de utilização dos critérios propostos e obter sugestões e preocupações dos Delegados de Polícia Federal quanto às dificuldades enfrentadas na realização das investigações policiais, sempre focando nos inquéritos policiais em trâmite na Polícia Federal.

Este trabalho se classifica como estudo descritivo, de natureza quantitativa com pesquisa documental, survey e bibliográfica, utilizando como métodos: questionário, dados secundários e pesquisa bibliográfica e documental.

Especificamente buscou-se inicialmente estabelecer os parâmetros utilizados para determinar se uma investigação foi ou não foi eficiente, tomando por base os critérios legais de tipicidade, materialidade e autoria. De posse desses parâmetros, foi aplicado um questionário, com a finalidade de testar os parâmetros e verificar sua aplicabilidade prática, testando hipóteses relacionadas aos recursos disponíveis (humanos e materiais) e comparando

sua influência na capacidade de elucidação dos fatos investigados nos inquéritos da Polícia Federal.

A discussão proposta nesse trabalho foi desenvolvida em cinco seções. Na introdução, é realizada a abordagem da problemática, apresentado o tema, a justificativa e os objetivos do trabalho. A seguir é realizado o diagnóstico organizacional, descrevendo-se sucintamente a organização da Polícia Federal e os processos de avaliação utilizados internamente na mensuração da atividade investigativa. A seção seguinte aborda as bases conceituais e revisa os estudos sobre a eficiência do trabalho policial e outros ramos do serviço público, bem como o embasamento teórico para a metodologia utilizada. Após, são apresentados e discutidos os resultados obtidos pelas evidências empíricas, decorrentes do tratamento estatístico das respostas ao questionário aplicado. Na última seção do trabalho, são apresentadas as conclusões alcançadas. O trabalho é encerrado com as referências bibliográficas utilizadas.

A contribuição deste trabalho é fundamental na aferição das políticas de alocação de recursos e na avaliação dos resultados obtidos nos órgãos de polícia judiciária em atividade no País. Essa aferição deve contribuir para a tomada de decisões que possibilitem o aumento da eficiência das investigações policiais.

2. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

A Polícia Federal, organizada como um Departamento subordinado ao Ministério da Justiça, é responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, investigando delitos contra os interesses, serviços e entidades da Administração Federal direta, suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Compete à DICOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado, no âmbito da Polícia Federal, organizar a atividade de Polícia Judiciária, através de suas representações nas Superintendências Regionais em cada Estado da Federação. É no âmbito das atividades desenvolvidas pela DICOR que se desenvolveu o estudo, visando indicar critérios de eficiência e parâmetros para medir os resultados das investigações desenvolvidas.

A demonstração da inadequação dos critérios utilizados atualmente é passo fundamental na validação de novos critérios de mensuração do sucesso das investigações, pois irá justificar a adoção ou não de novos critérios. Com a definição específica das falhas atuais nos critérios utilizados, estas poderão ser evitadas. Sistemas diferentes de investigação são comparados na literatura brasileira, como exemplo da ineficiência policial, sem levar em conta as características distintas destes. Foi encontrado artigo (BORGES e ALMEIDA, 2010) em que processos nos quais o Ministério Público deixou de oferecer denúncia em razão da aceitação de transação penal pelo réu foram somados à coluna dos insucessos, quando na realidade a transação penal indica que autoria e materialidade do delito foram devidamente apontados.

Além desses fatores, de ordem externa, temos que considerar fatores organizacionais específicos. O número excessivo de inquéritos atribuído a alguns delegados pode representar impedimento à sua instrução com sucesso. Os normativos em vigor não estabelecem limites ao número de investigações que podem ser distribuídas a cada delegado. Não há critério objetivo de mensuração de número ideal e máximo de investigações a ser distribuídos a cada delegado. É possível encontrar, numa mesma unidade da Polícia Federal, delegados responsáveis por apenas uma investigação e delegados presidindo mais de quinhentas investigações, ao alvedrio do dirigente local.

É necessário definir o critério de mensuração de sucesso ou insucesso para apontar qual dentre os modelos utilizados tem mais sucesso. Anualmente são realizadas correições em todas as unidades da Polícia Federal, durante as quais os inquéritos são avaliados em seus aspectos formais e de execução. O critério de eficiência atualmente utilizado no âmbito interno da Polícia Federal, para fins correicionais, utiliza apenas o tempo de conclusão da

investigação, sem avaliar se esta obteve ou não resultados adequados. Inquéritos em andamento há mais de 5 anos devem ser priorizados.

A medida de produtividade das Unidades e das Autoridades Policiais, por sua vez, é dada pela razão entre inquéritos relatados e inquéritos instaurados em dado período, sendo considerado desejável resultado acima de 100%. Entretanto, essa medida é sujeita a fatores externos, que geram distorções em razão de eventos cujo controle foge totalmente à Polícia Federal. Durante o período eleitoral, por exemplo, tradicionalmente aumenta a instauração de inquéritos, devido às inúmeras comunicações recebidas. Ao mesmo tempo, os inquéritos em andamento são postergados em razão da prioridade dada aos crimes eleitorais. Assim, em período eleitoral ao mesmo tempo em que aumenta o número de inquéritos instaurados diminui o número de inquéritos relatados, gerando uma distorção sabida e esperada. Essa distorção deriva da utilização de dois elementos distintos e não relacionados: o inquérito instaurado não é, necessariamente, o inquérito relatado naquele período.

Ao encerrar o inquérito, a Autoridade Policial preenche um questionário, no qual se aponta se houve determinação de tipicidade, materialidade e autoria, indiciamentos e medidas constritivas realizadas (prisão em flagrante ou decorrente de determinação judicial, buscas domiciliares, apreensões) e valor estimado do prejuízo causado pelo fato. Esses fatores, entretanto, não são utilizados para a avaliação da eficiência da investigação pela Corregedoria.

Cada unidade da Polícia Federal adota critérios próprios de distribuição de recursos humanos e materiais, criando diferentes condições para o desenvolvimento de investigações. Enquete divulgada pela Associação dos Delegados de Polícia Federal aponta que apenas 7% dos Delegados de Polícia Federal tem equipe que considera adequada para realizar investigações. A partir do conhecimento dos motivos de sucesso e de fracasso das investigações é possível criar um modelo que maximize o sucesso destas.

A falta de critérios para a distribuição de pessoal faz com que as diferentes unidades da Polícia Federal tenham condições distintas para realizar investigações.

Em suma, a Polícia Federal desempenha função fundamental à justiça brasileira e à proteção do Estado Democrático de Direito. É impossível avaliar o sucesso da atuação da Polícia Federal nas investigações criminais sem que se estabeleçam critérios objetivos de mensuração. A partir da definição dos critérios de mensuração será possível verificar, dentre os modelos adotados nas diversas unidades da Polícia Federal distribuídas pelo Brasil, qual ou quais são mais bem sucedidos no atendimento das finalidades da investigação e do inquérito policial. Verificando quais são os modelos mais eficientes, é possível desenvolver uma

recomendação para a adoção de um modelo único de distribuição de pessoal, visando maximizar os resultados positivos das investigações a cargo da Polícia Federal.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

3.1 Referencial Teórico

Neste capítulo busca-se estabelecer as bases conceituais do inquérito policial, sua finalidade, natureza e características, também contextualizando a administração pública, conceito, evolução, pesquisas científicas, tecer comentários sobre a investigação criminal em outros países, falar das críticas prevalentes a respeito do sistema brasileiro, representado pelo inquérito policial, apontando os trabalhos encontrados sobre a eficiência da investigação policial no Brasil.

3.1.1 O inquérito policial

Mossin (2010) esclarece que o inquérito policial consiste em instrução provisória que antecede a propositura da ação penal. Embora em regra se entendam os elementos trazidos pelo inquérito como provisórios, certos atos praticados no bojo do inquérito são não provisórios, em razão de sua natureza, quando refletem situação presente que é registrada mas não reproduzida no decorrer de eventual processo criminal: buscas, apreensões, exames periciais. O autor também aponta que o inquérito é um procedimento administrativo cautelar, inquisitorial (por não haver previsão legal de contraditório no inquérito e ser realizado de forma discricionária pela autoridade que o preside).

Tourinho Filho (2012), por sua vez, ensina que o inquérito policial foi inicialmente definido pela Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871, como o conjunto de diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, suas circunstâncias, autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito. O inquérito é atribuição das polícias judiciárias, nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal. Em 1988, a nova Constituição Federal distinguiu a apuração de infrações penais das funções de Polícia Judiciária, cometendo às Polícias Cíveis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, as funções de investigar as infrações penais e sua autoria, fornecer às Autoridades Judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos e outras atividades. Dessa forma, o autor define inquérito como o “conjunto de diligências realizadas pela Polícia Judiciária para a apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo” (p. 230).

Távora e Alencar (2013) dividem a persecução criminal em duas fases: o inquérito policial e a fase processual. Definem o inquérito policial como

o procedimento administrativo, preliminar, presidido pelo delegado de polícia, no intuito de identificar o autor do ilícito e os elementos que atestem a sua materialidade (existência), contribuindo para a formação da opinião delitiva do titular da ação penal, ou seja, fornecendo elementos para convencer o titular da ação penal se o processo deve ou não ser deflagrado. (p. 98)

Assim, é possível definir o inquérito policial como procedimento administrativo preliminar, presidido por Delegado de Polícia – Civil ou Federal – que visa obter indícios da materialidade e autoria de um delito, para que, caso presentes esses dois requisitos, a denúncia possa ser apresentada em juízo pelo Ministério Público.

3.1.2 Finalidade do Inquérito Policial

Para Tourinho Filho (2012) o Inquérito Policial, por interpretação de vários dispositivos do Código de Processo Penal, visa apurar a existência de infração penal e sua autoria, para que o titular da ação penal tenha elementos para promovê-la. O autor entende o inquérito como dispensável, pois, se o titular da ação penal dispuser de elementos para o oferecimento da denúncia ou queixa, pode fazê-lo independentemente da existência do inquérito. Entretanto, ressalta que é no inquérito que o titular da ação encontrará todos os elementos necessários para iniciar o processo.

Mossin (2010), citando o artigo 12 do Código de Processo Penal, esclarece que o inquérito não é imprescindível para a apresentação da denúncia ou queixa, devendo acompanhá-las, entretanto, se tiver servido de base a estas. Assim, o inquérito policial é um dos meios que serve de base à persecução criminal por parte do Ministério Público ou do ofendido. Dessa forma, o inquérito policial fornece a justa causa para que a ação se inicie, indicando materialidade e autoria do delito. Sem esses elementos não há ação penal, por falta de justa causa. Havendo outros documentos que informem materialidade e autoria, o inquérito pode ser dispensado.

Capez (2012), ao estabelecer o conceito de inquérito policial, o faz através de sua finalidade: “é o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo” (p. 101).

Lopes Jr. (2012) classifica o inquérito policial como gênero da espécie “instrução preliminar”. Esta, aponta, tem como finalidade averiguar a autoria e circunstâncias de um fato aparentemente delituoso, para justificar o processo ou o não processo. A investigação, para o autor, não visa satisfazer a pretensão acusatória.

Assim, observa-se que a doutrina jurídica é pacífica no sentido de que a finalidade do inquérito é determinar materialidade e autoria de um fato delituoso, para que, havendo ambas, seja viabilizada a instauração do devido processo penal.

3.1.3 Natureza e características do Inquérito Policial

Tourinho Filho (2012) aponta que o inquérito é escrito (atualmente, também digitado em sistemas computacionais). Também é sigiloso. O autor entende que sequer os advogados do investigado poderão ter recusado o acesso aos atos de instrução. Quanto ao direito de defesa previsto na Constituição Federal, o autor entende inaplicável, pois no inquérito não há acusados, mas indiciados. Entretanto, indica como possível o acesso do advogado do indiciado aos autos, nos termos do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, por ser este posterior ao CPP. O autor ainda aponta que o inquérito policial é inquisitivo, ou seja, a Autoridade Policial age de ofício, sem provocação, com discricionariedade para empreender todas as investigações necessárias.

A inquisitorialidade do inquérito policial é verificada através de suas características de não contrariedade e discricionariedade. A não contrariedade refere-se ao fato de que, através do inquérito, o Estado busca os elementos mínimos que permitam o início da ação penal, e não a solução da lide em si. A solução da lide entre o Estado e o acusado se dá no âmbito do processo criminal. Por esse motivo, quando, por meio da polícia, o Estado maneja o inquérito, o que se busca é identificar se o crime efetivamente ocorreu (sua materialidade) e quem o praticou (sua autoria). Com esses elementos, instaura-se o processo, quando então o acusado passa à condição de réu e exerce sua defesa. A discricionariedade, por sua vez, é verificada na liberdade que a autoridade policial que preside o inquérito tem para a realização de diligências, devendo apenas atender à exigência do artigo 184 do Código de Processo Penal, que trata das perícias requeridas pelas partes, as quais devem ser realizadas (MOSSIN, 2010).

O inquérito policial é um procedimento escrito, sigiloso, dotado de oficialidade, oficiosidade, autoritariedade e indisponibilidade, e é inquisitivo (CAPEZ, 2012). O autor ressalta que o sigilo do inquérito é relativo e não pode ser oposto a advogado constituído pelo investigado, à autoridade judiciária ou ao membro do Ministério Público.

Sobre o inquérito, análises mais recentes apontam sua importância como garantia do investigado, evitando sua exposição quando ainda não há visão exata do conjunto de todas as circunstâncias do fato investigado. Sob esse viés, o inquérito protege o investigado da exposição decorrente do processo judicial. A introdução de meios para o contraditório no inquérito policial seria uma forma de estabelecer a cooperação entre a defesa e a investigação, em obediência ao princípio constitucional do respeito à dignidade humana (DUARTE, 2013)

Finalmente, Lopes Junior (2012) estabelece dois planos que limitam o quanto de conhecimento do fato deve ser alcançado no inquérito: no plano horizontal, o inquérito está limitado a apontar a probabilidade da existência do fato aparentemente punível e os elementos referentes à autoria, coautoria ou participação. No plano vertical, devem ficar demonstrados os elementos jurídicos referentes à existência do crime vistos a partir de seu conceito formal: tipicidade, ilicitude e culpabilidade, também em grau de probabilidade. A certeza (prova) da existência de todos esses elementos é realizada na fase processual, após o encerramento do inquérito.

Assim, com base nas diversas definições encontradas na doutrina jurídica pode-se afirmar que o inquérito policial é um instrumento administrativo escrito, oficial, inquisitivo, indisponível, discricionário, que busca determinar materialidade e autoria de um fato para servir como base para eventual ação penal. Embora seja possível interpretar o sigilo do inquérito como oponível ao próprio investigado, a doutrina vem adotando a posição de que este não pode ser oposto aos seus advogados, sendo essa a interpretação que será aqui adotada, quando necessário.

3.1.4 A investigação criminal em outros países

A falta de literatura científica a respeito da investigação policial que se constatou ao buscar o tema no repertório nacional também aparece no âmbito internacional.

Estudo de Gottshalk e Holgersson (2006), investigou as relações entre o uso da tecnologia de informação em diferentes estágios de gerenciamento do conhecimento tecnológico e o desempenho de unidades de investigação policial. A análise dos dados do survey realizado apontou uma forte correlação positiva entre o grau de tecnologia de gerenciamento de conhecimento utilizado e o desempenho na investigação.

Glomseth, Gottshalk e Solli-Saether (2007) apontam que as unidades de investigação policial representam um ambiente de conhecimento intensivo e tempo crítico. Para os autores, o compartilhamento de conhecimento é um processo chave nas investigações. Nesse sentido, foi realizado um estudo empírico do desempenho nas investigações policiais, identificando

quatro dimensões de cultura ocupacional: cultura de time, cultura de planejamento, cultura teórica e cultura tradicional. Dessas, apenas a cultura de time demonstrou ter influência significativa na investigação policial.

Dean, Fahsing e Gottshalk (2006) estudaram a forma pela qual detetives experimentam, compreendem e pensam o processo de realização de investigações criminais sérias e complexas. Os autores verificaram que os detetives aplicam diversos estilos de investigação, denominados estilo do método, estilo do desafio, estilo da habilidade e estilo do risco, respectivamente. Esses quatro tipos de estilo são modelados em termos de maturidade. Com o passar do tempo se assume que os detetives passam a aplicar estilos de nível mais alto. Essa hipótese foi testada e foi encontrada correlação positiva tanto para o estilo de risco quanto para o estilo de habilidade.

Pesquisa da Rand Corporation, nos Estados Unidos, concluiu, com base em um questionário respondido por 153 órgãos policiais e uma revisão detalhada de operações de investigação em vinte e cinco departamentos de polícia, que:

- as diferenças em treinamento investigativo, equipe, carga de trabalho e procedimentos aparentemente não tinham efeito nas taxas de crime, prisões ou solução;
- O método de organização dos investigadores policiais, em equipes, especialista/generalista, patrulheiros, investigadores, estava relacionado às taxas de variação dos crimes, prisões e solução;
- mais da metade dos crimes graves reportados recebiam apenas atenção superficial dos investigadores, que dedicavam parte significativa de seu tempo revisando relatórios, documentando arquivos e tentando localizar e entrevistar pessoas em casos que a experiência demonstra que não seriam solucionados. Nos casos solucionados os investigadores gastavam mais tempo no processo após a solução do que na identificação do responsável;
- o primeiro fator determinante se um crime seria resolvido é a capacidade de identificação do criminoso pela vítima;
- a maioria dos departamentos de polícia coleta mais indícios físicos do que é capaz de processar produtivamente. A alocação de recursos para aumentar a capacidade de análise de indícios pode permitir maior taxa de identificação dos autores do que outras ações de investigação. Impressões digitais latentes, por si, raramente permitem a identificação dos autores.
- em relativamente poucos departamentos os investigadores consistentemente documentam os indícios chave que asseguram razoavelmente que o promotor obtenha uma condenação nas acusações mais sérias;

- a falha da polícia em documentar exaustivamente a investigação de um caso pode ter contribuído para uma taxa mais alta de arquivamento e o enfraquecimento do poder de plea bargain do promotor;

- a maioria das vítimas de crimes deseja fortemente ser notificada da solução de seu caso e dos progressos realizados para obter a condenação do suspeito;

- grupos investigativos especializados têm potencial significativo para aumentar a taxa de prisões para alguns crimes difíceis, desde que se mantenham concentrados nas atividades em que se especializam. Na prática acabam sendo desviados de objetivo. (PALMIOTTO, 2013)

A pesquisa bibliográfica das fontes internacionais corrobora o que se observou nas fontes bibliográficas nacionais: a investigação criminal recebe pouca atenção da comunidade científica, que se abstém de desenvolver pesquisas científicas sobre a parte da persecução criminal que antecede a fase judicial ou processual. O trabalho da polícia fica, dessa forma, sem critérios objetivos de avaliação que permitam a eventual comparação de eficiência entre diferentes sistemas investigativos.

3.1.5 Conceito e evolução de Administração Pública

Uma vez que o inquérito é instrumento da Administração Pública, na fase que antecede ao estabelecimento da relação processual, será realizada uma breve descrição da Administração Pública.

Di Pietro (2012) aponta dois sentidos comuns para a expressão “administração pública”. O primeiro, classificado como subjetivo, formal ou orgânico, compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a função administrativa estatal. O segundo, material, objetivo ou funcional, designa a natureza das atividades desses entes: a própria função administrativa, geralmente exercida pelo Poder Executivo. Além desses sentidos mais comuns, a autora refere ainda distinções realizadas por outros autores em sentido amplo e estrito. No sentido amplo, a administração pública subjetivamente considerada compreenderia órgãos governamentais e órgãos administrativos, enquanto objetivamente compreenderia a função política e a função administrativa. Já o sentido estrito limitar-se-ia, no aspecto subjetivo, aos órgãos administrativos, e no aspecto objetivo, à função política.

Secchi (2009) descreve os modelos organizacionais de quatro formas de administração pública: burocrática, administração pública gerencial, governo empreendedor e gestão participativa. A discussão dos resultados da pesquisa pelo autor não é conclusiva,

apontando que o modelo burocrático weberiano classicamente entendido como adotado na administração pública brasileira vem sendo desafiado pelos outros três, mas uma eventual transição deve ser cautelosa, pois a ênfase dos modelos novos na função controle não traz inovação frente ao modelo burocrático. Essas mudanças podem ser apenas simbólicas, sem trazer modificações de fundo na estrutura administrativa. Para o autor, seria mais produtivo pensar um processo cumulativo de mudanças e valores.

Abrucio (2007) aponta que em razão do regime autoritário no período 1964-1986, a Constituição de 1988 preocupou-se muito mais com a democratização do Estado, descentralização e profissionalização da burocracia, incluindo, porém, aumento do corporativismo estatal, direito irrestrito de greve e modelo equivocado de previdência pública. Em nome do combate aos “marajás” e ao “Estado Elefante”, o Governo Collor buscou ampliar a influência do setor privado ao qual era ligado seu grupo político, em meio a um grande escândalo de corrupção. Elogia a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, no Governo FHC, apontando aquilo que considera avanços. Sua crítica principal é a respeito da prevalência da equipe econômica nas decisões administrativas. Em relação ao Governo Lula, tece severas críticas à politização da administração pública e à paralisação das reformas iniciadas por FHC, em especial o que ele considera o ‘loteamento’ dos cargos em comissão. Embora tenha razão nos pontos essenciais, o autor revela forte viés político-partidário, favorável ao governo de FHC, principalmente ao minimizar os aspectos do Governo Lula que geraram a maior repercussão e aprovação popular à gestão, por exemplo, quando o autor fala de passagem na modernização da CGU e Polícia Federal.

3.1.6 Estudos científicos no âmbito da eficiência da administração pública

Aires et alli (2014) estudaram o papel das escolas de governo na formação do servidor público, verificando que as escolas de São Paulo e Minas Gerais devem ser consideradas referência nacional em razão de sua excelência. O estudo foi prejudicado em decorrência da carência de dados para alguns Estados. Dentre os estudados, alguns apresentaram deficiências no ensino. Concluíram que o estudo deve ser aprimorado, visando incluir os processos de ensino utilizados, pertinência dos cursos oferecidos e ampliação para escolas municipais e de outros países.

Gomes (2014) aborda aspectos éticos e morais presentes no trabalho na administração pública, com base em Adorno, Horkheimer, Marcuse e na psicanálise de Freud. A pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário qualitativo sobre atitudes e posturas dos 33 participantes. Verificou que a falta de estabilidade no cargo comissionado

repercute na conduta moral, observando pressão decorrente de instabilidade e interesses políticos. Observou ainda que desvios de conduta dependem do grau de poder do gestor, da permissividade encontrada, de pressões políticas e da formação pessoal. Concluiu que a falta de perspectiva na AP e do entendimento quanto à utilidade da função exercida é um processo cruel, ligado à anulação da consciência e da experiência formativa, que a racionalidade da administração e a moralidade do indivíduo implicam a moralidade do trabalho na AP. Atividades rotineiras e fragmentadas, destituídas de significado, são apontadas como raiz da moralidade ou falta dela na AP.

Fadul et alli (2014) em reflexão sobre o campo de saber “Administração pública” no Brasil, realizaram revisão bibliográfica apontando os principais temas de estudo em Administração Pública no âmbito da ANPAD. Seu trabalho apresenta a evolução do estudo da administração pública por temas de interesse, a oferta de pós-graduação na área e os em avaliação interdisciplinar, principais revistas voltadas ao tema, em nível nacional e internacional. Cada um dos aspectos estudados é quantificado, de forma a situar o estado de arte na pesquisa em administração pública, tanto no senso estrito como em currículo multidisciplinar. Os dados obtidos fornecem descrição e análise, a partir do Comitê Científico de APB da ANPAD do percurso da AP como área da ANPAD, conjuntura da educação superior em AP e o quadro recente de divulgação científica do tema.

No âmbito internacional, Candler (2014) estuda a administração pública na Índia, Filipinas, Canadá e Austrália, focando nas origens e desenvolvimento da administração pública, influência da ideologia e tensão entre práticas locais e teoria global, através de revisão bibliográfica comparativa. Nesse trabalho, no qual compara o ideal weberiano versus a realidade nos países em desenvolvimento, apresenta o conceito de institucionalismo pragmático. Aponta que o institucionalismo pragmático é utilizado caricaturalmente, em especial por governos conservadores. Entretanto, as críticas são exageradas frente à inexperiência dos críticos quanto a outros sistemas que não o burocrático. O esforço de assimilação crítica da literatura anglo saxã sobre a administração pública mantém em aberto questões relativas à qualidade e competência da formação e instrução que necessita de maiores estudos.

Freitas (2011) realizou estudo de gestão pública baseada em cooperação, através de pesquisa de cunho exploratório sobre o modelo de gestão adotado no Programa Antártico Brasileiro. Seu trabalho estuda a ação dos pesquisadores do PROANTAR através de um conjunto de metáforas que representam organizações como governos, universidades e institutos de pesquisas, no qual o Proantar é sucessivamente apresentado como organismo,

estruturas organizacionais, sistema cultural, simbólico e imaginário, sistema político, projeto grupal, construção de nômades e como utopia. Conclui apontando a estrutura do sistema antártico como modelo para análise de governança e redes, como exemplo de cooperação em complexo multi-institucional com definição clara de competências, no qual vigora mentalidade de cooperação, constituindo exemplo de força e continuidade a despeito de investimentos insuficientes.

Yin (2001) fornece a base teórica para a utilização do Estudo de Caso como estratégia de pesquisa, através de densa Revisão Bibliográfica. Nela o autor apresenta os métodos necessários para a utilização do estudo de caso em pesquisa social. Aponta desde a preparação do estudo de caso até os métodos de análise de evidências, bem como a elaboração do Relatório do Estudo de Caso. Conclui que o estudo de caso é ferramenta básica para a análise de situações estratégicas em projetos.

Ao par das dificuldades de medição de desempenho no setor público, vem se desenvolvendo metodologia específica para essa área, a qual considera o sucesso da gestão em termos dos resultados obtidos, a partir da construção de indicadores que atendem as peculiaridades de cada organização (BRASIL, 2009).

3.2. Críticas ao inquérito policial

Constantemente se depara com críticas ao inquérito policial, tanto em trabalhos de cunho científico como em peças meramente jornalísticas ou informativas.

Alves, (2014), compilou e sumarizou as seguintes críticas ao inquérito policial:

1. O Inquérito Policial é demasiadamente formal, o que lhe causa lentidão e ineficácia quanto ao seu resultado. Acrescenta-se que o ideal seria a extinção do Inquérito Policial e a criação de um procedimento investigatório mais célere e informal, capaz de dar uma resposta imediata à sociedade;
2. Como o Inquérito é geralmente conduzido de dentro de sua sala pelo Delegado, ocorreriam “desvios de conduta entre quatro paredes” por parte da Autoridade, o que contribuiria para o aumento desta suposta ineficiência;
3. A alardeada inépcia do mencionado instrumento não condiz com os anseios da população, que se vê diretamente prejudicada em face da impunidade dela decorrente, o que feriria os Direitos e Garantias do Cidadão;
4. Prova maior desta ineficiência do Inquérito Policial poderia ser constatada em face da grande diferença entre o número total de Inquéritos instaurados e o número supostamente insignificante de ações penais deles decorrentes, ou seja, menos da metade dos inquéritos instaurados se transforma efetivamente em processos criminais;
5. Somente no Brasil existe o Inquérito Policial:

6. Somente no Brasil se exige que o policial presidente da investigação criminal seja bacharel em Direito;

7. Os Delegados, que comandam as investigações, na verdade nada investigam. Os Agentes é que seriam os verdadeiros policiais investigadores, os únicos e verdadeiros responsáveis por todas as apurações realizadas no âmbito da Polícia Federal. Portanto, deveriam ser eles os condutores autônomos das atividades investigativas, extinguindo-se o cargo de Delegado.

Essas críticas, embora bastante difundidas em diversos veículos de comunicação, não são realizadas com suporte científico, e serão novamente abordadas na discussão dos resultados obtidos neste trabalho, quando estes permitirem confirmar ou refutar as críticas.

3.3. Critérios de eficiência da investigação policial utilizados no Brasil

Inicialmente, há que se distinguir os três conceitos utilizados na avaliação do sucesso de projetos e processos pela ciência da Administração: eficiência, eficácia e efetividade.

Eficiência é a relação entre produtos e custos, em confronto com uma norma ou parâmetro. Eficácia compreende a relação entre características e qualidades dos processos, de um lado, e os resultados obtidos, de outro. Efetividade, por sua vez, compreende a relação entre objetivos e metas, por um lado, e impactos e efeitos, do outro. Assim, enquanto a eficiência busca responder se as atividades ou processos se organizam da maneira mais apropriada, operando com os menores custos para resultados esperados máximos e no menor tempo possível, efetividade é medida pelas quantidades e níveis de qualidade com que os objetivos específicos são realizados, e eficácia se preocupa em saber quais os fatores de ordem material e institucional que operaram como condicionantes positivos ou negativos do desempenho dos programas (DRAIBE, 2001).

Assim, a medida da eficiência de uma investigação policial – que pode ser considerada um processo de busca da verdade real, deve considerar o resultado obtido frente ao custo para obtê-lo.

Tal ponto é fundamental no entendimento das críticas postas quanto à “eficiência” das investigações: os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são utilizados sem o rigor técnico necessário. Uma das questões que se coloca é a eficiência, ou falta dela, na investigação policial. Não se encontram, porém, critérios objetivos para aferir essa eficiência. Observam-se conceitos ad hoc e que parecem servir ao diagnóstico que se deseja obter, ao invés de servir de base ao diagnóstico isento do problema.

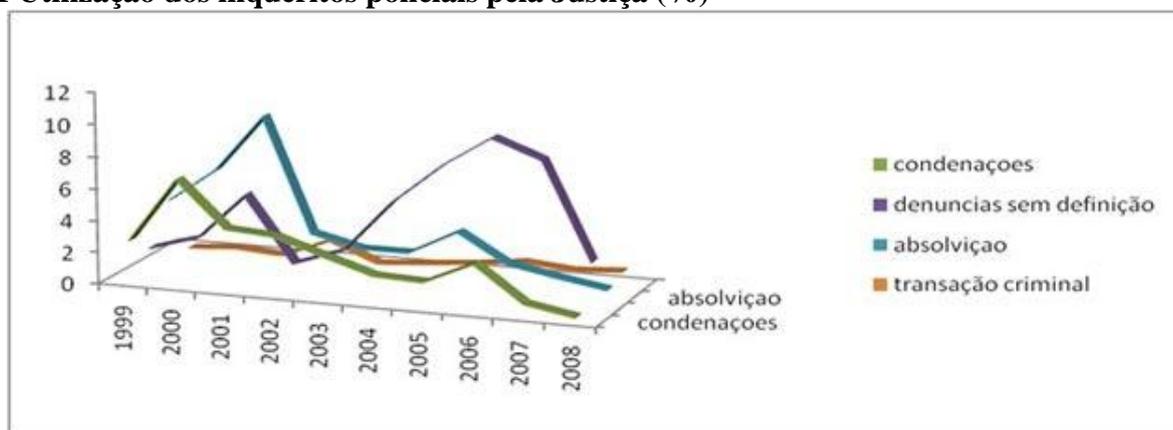
A título de exemplo, pode ser citado o trabalho de conclusão de curso de graduação de Darban, (2012). Nele, o princípio da eficiência é associado à busca por melhores resultados para satisfazer as necessidades da sociedade. A partir dessa definição, a autora aponta que

apenas 3,8% dos registros de ocorrência referentes a homicídios, 1,8% dos referentes a roubos e 16% dos referentes a estelionato no Rio de Janeiro resultaram em denúncia pelo Ministério Público.

Na esfera federal, Borges e Almeida (2010) utilizaram dados da Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, para, a partir de uma tabela em que comparavam o total de inquéritos instaurados com condenações, absolvições, denúncias, arquivamentos e diversos (na categoria “diversos” foram incluídos os inquéritos em que houve transação criminal, extinção de punibilidade, suspensão de processo, declinação de competência, apensamento a outros expedientes, trancados ou encaminhados a outras unidades) para concluir que a eficácia dos inquéritos policiais, verificada por eles através de ações penais e condenações em relação aos inquéritos instaurados era “pífia”.

É necessário, assim, estabelecer um critério melhor para mensurar a eficiência da investigação policial, especialmente quando realizada por meio do inquérito. A não adoção desse critério leva a distorções que irão mascarar as boas práticas encontradas no desempenho das funções da polícia. Veja-se este gráfico, utilizado como base às críticas de ineficiência no trabalho publicado por Borges e Almeida (2010):

Figura 1 Utilização dos inquéritos policiais pela Justiça (%)



Fonte: Borges e Almeida (2010)

Nesse trabalho as transações criminais (crimes de menor potencial ofensivo, nos quais o Ministério Público propõe o cumprimento de uma medida punitiva ao réu sem a apresentação de denúncia) são incluídas entre os “insucessos”. Entretanto, a transação criminal é uma forma do Estado sancionar a conduta sem movimentar o judiciário, através de um acordo entre o investigado e o órgão de acusação, pelo qual o investigado recebe sanções e as cumpre em troca de não ser denunciado e não passar pelo desgaste e despesas do processo criminal. As sanções aplicadas são mais leves e o Estado deixa de ocupar o

Judiciário com a questão. Tal irá decorrer de uma investigação bem-sucedida, embora o estudo queira apontar o contrário.

Pesquisa realizada no Rio Grande do Sul (AZEVEDO e VASCONCELOS, 2011) aponta que a falta de integração sistêmica entre os diferentes âmbitos da Segurança Pública e da Justiça Criminal gera tensões e compromete a eficiência do sistema como um todo. Entrevistas realizadas com Delegados de Polícia de Porto Alegre apontam descontentamento generalizado com relação à estrutura vigente, relacionamento entre polícias civil e militar, dificuldades para a investigação criminal em razão da estrutura legal e falta de agilidade e compreensão por parte do Poder Judiciário, reconhecendo, porém, a necessidade de controle judicial no Estado de Direito.

Nesse trabalho foram apontadas ainda a falta de integração com o Ministério Público, a falta de estrutura generalizada, a inadequação dos equipamentos, recursos insuficientes, carência de pessoal, ingerência do Governo na estrutura policial, pressões políticas e indisponibilidade dos sistemas de inteligência. Quanto ao inquérito, a principal dificuldade apontada é a falta de arcabouço legal que permita dar garantias às testemunhas contra represálias. Isso redundaria no medo generalizado de colaborar com a investigação policial.

Outro problema é o excesso de ocorrências e inquéritos frente à capacidade operacional da polícia, dirigindo o atendimento àqueles mais viáveis ou sob escrutínio da mídia. O trabalho conclui que é necessário repensar as relações institucionais entre as polícias e entre estas e o Judiciário e o Ministério Público, redefinindo as atribuições de cada órgão para aperfeiçoar os mecanismos de apuração e processamento dos eventos criminais (AZEVEDO e VASCONCELOS, 2011).

3.4 Metodologia.

3.4.1 Natureza e classificação

Este trabalho, na classificação oferecida por Silva e Menezes (2005), pode ser classificado quanto à sua natureza como pesquisa aplicada, pois objetiva a solução do problema específico da verificação da eficiência da atividade investigativa policial, especificamente daquela desenvolvida através dos inquéritos policiais.

Mais especificamente, pode ser considerado um estudo descritivo de natureza quantitativa com pesquisa documental, survey e bibliográfica, utilizando como métodos: questionário, dados secundários e pesquisa bibliográfica e documental (SILVA e MENEZES, 2005).

Quanto às classificações a respeito da natureza de pesquisa, Mattar (2000) declara que há diferentes classificações dos tipos de pesquisa e que a classificação em determinada pesquisa irá variar de acordo com o objeto e o grau em que o problema está condensado. Segundo Mattar (2000), a natureza do relacionamento entre as variáveis é classificada em: a) Pesquisas Exploratórias; e b) Pesquisas Conclusivas. As Pesquisas Conclusivas são divididas em: a) Pesquisas Descritivas e b) Pesquisas Causais.

Por essa classificação, este é considerado um estudo descritivo e causal, em que foram definidas as hipóteses nula e alternativa. Foram analisadas as variáveis de forma ampla, verificando a natureza global do problema. Posteriormente, foram indicadas as variáveis mais relevantes e que estão relacionadas diretamente ao objeto de estudo.

As variáveis estudadas foram quantitativas. A pesquisa causal teve a finalidade de informar os motivos dos resultados encontrados.

A suposição antecipada relativa à pesquisa causal é de que algumas variáveis interferem no valor de outros elementos. A natureza causal tem o objetivo de testar uma teoria e posteriormente avaliar quais são as suas causas e efeitos frente às variáveis estabelecidas. Assim, quando se denomina um estudo de pesquisa causal infere-se que este está sendo executado com o objetivo de identificar a natureza da relação entre duas ou mais variáveis.

Esta pesquisa explora as relações existentes entre as variáveis estabelecidas e o seu nível de correlação. A partir das hipóteses definidas, sua veracidade foi avaliada bem como a alternativa que justifica o problema deste estudo.

3.4.2 Método

Pode-se dizer que o método científico de pesquisa é um conjunto de passos específicos e claramente determinados para obtenção de um conhecimento, passos estes aceitos pelas pessoas que estudaram e militaram na área em que foi realizada a pesquisa (SELLTIZ et al., 1987).

De forma clássica, os autores Babbie (1990) e Jiménez (1995) dividem os métodos de pesquisa em seis tipos: a bibliográfica, o survey, a experimentação, o estudo de caso, a histórica e a pesquisa-ação.

Nessa classificação, a pesquisa denominada survey é também conhecida como pesquisa por enquetes, ou ainda pesquisa por levantamentos. Parte-se do princípio de que o conhecimento é obtido através da quantidade. Assim, é um método quantitativo e tem seu apoio na Estatística. Conforme Pinsonneault e Kraemer (1993), a pesquisa survey é definida como a maneira de coletar dados ou informações sobre particularidades, ações ou opiniões de

um determinado grupo de pessoas, representantes de uma determinada população-alvo, por meio do instrumento questionário.

A investigação se enquadrou na categoria dos estudos causais - com o objetivo de testar relações entre variáveis. A pesquisa procurou verificar quais as relações existentes entre as dimensões recursos disponíveis e eficiência da investigação.

Nesse estudo buscou-se analisar a natureza geral do problema estudado e quais as variáveis mais relevantes e que interferem no seu desenvolvimento. O método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento foram realizados por meio da estatística descritiva. Essa foi uma pesquisa desenvolvida por intermédio do método de Pesquisa Quantitativa.

A pesquisa quantitativa procura relacionar as variáveis estudadas com o desempenho dos respondentes. Através de associações e correlações é possível verificar estatisticamente o grau de interação entre as variáveis e o desempenho. Essa abordagem consiste de uma pesquisa descritiva, com o objetivo principal de responder questões com embasamento estatístico, determinado numericamente.

Dentre as classificações de uma pesquisa survey quanto ao modo de aplicação dos métodos de pesquisa estão: entrevistas via correio, entrevistas pessoais (face a face), entrevistas por telefone e entrevistas eletrônicas. Essa foi uma pesquisa executada por meio de pesquisas de levantamento, ou survey, com a utilização de questionários estruturados eletrônicos, composto por perguntas abertas e fechadas. O uso de um questionário de auto preenchimento favorece a impessoalidade, já que dessa forma não há contato direto entre entrevistado e entrevistador. Porém um fato desvantajoso é a demora na coleta dos dados, já que as respostas dependem da disponibilidade do respondente, geralmente refletindo em um baixo número de respostas.

3.4.3 Critério adotado para a análise de dados

O critério de avaliação da eficiência do inquérito policial deve considerar seus limites legais para que esta seja devidamente apurada. O primeiro desses limites é o estabelecimento de indícios conclusivos de materialidade, enquanto o segundo é o estabelecimento da autoria do delito, conforme Tourinho Filho (2012).

A utilização de um critério objetivo, lastreado na busca da verdade real proposta pelo Código de Processo Penal, vis a vis com o custo esperado dessa busca em relação ao resultado obtido, é mais adequada à aferição de eficiência da investigação, satisfazendo a definição

acadêmica do termo e retirando a carga ideológica subjacente que vem contaminando a pesquisa do assunto.

O conceito de materialidade vem do artigo 4º do Código de Processo Penal, que define como função das polícias judiciárias a apuração das infrações penais e sua autoria. Assim, para que se inicie a persecução criminal deve haver uma infração penal, caracterizada pela ocorrência de um fato tipificado em lei. É a ocorrência do fato típico que é chamada de materialidade.

Em relação à materialidade, é óbvio que não pode o Estado querer processar criminalmente um fato que não se adequa a algum tipo penal. Assim, os inquéritos que são relatados apontando não haver materialidade criminal devem ser considerados eficientes, pois atingiram um resultado proposto e aceitável do ponto de vista de política criminal.

Também será eficiente aquele inquérito que aponta a existência de autoria de fato típico, ainda que o autor não esteja sujeito a sanção, seja por ser inimputável, seja por ter o Estado perdido o interesse na sanção em decorrência da superveniência de uma das causas de extinção da punibilidade, relacionadas no artigo 107 do Código Penal Brasileiro.

Quanto à tipicidade, o fato poderá ser típico, ou seja, ser definido como infração penal em lei, ou atípico, quando o fato não se amolda perfeitamente ao tipo penal. Nesse sentido, Greco (2012, p. 156) explica que a tipicidade é “a subsunção perfeita da conduta praticada pelo agente ao modelo abstrato previsto na lei penal”. Quando atípico não haverá crime, portanto não se pode falar em autor de crime. Verificada a atipicidade, o inquérito será relatado e deverá ser arquivado, pois nada há a investigar.

Constatada a materialidade, é necessário buscar o autor da infração penal. Se o autor for encontrado, terá a investigação atingido os fins a que se destina. Com a determinação de materialidade e autoria, o inquérito relatado e remetido à Justiça servirá de base à apresentação de denúncia e o acusado poderá ir a julgamento.

A investigação policial poderá ainda concluir pela autoria do fato por alguém que não poderá responder pelo crime. O fato será típico, mas não punível. As condições pelas quais o Estado deixa de punir um crime estão relacionadas no artigo 107 do Código Penal: morte do autor do crime, anistia, graça ou indulto, o fato deixa de ser considerado crime durante a investigação ou durante o processo, verifica-se prescrição, decadência ou perempção, a vítima renuncia à queixa, quando o crime é de ação privada, se houver a retratação do agente nos casos permitidos em lei ou, finalmente, se ocorrer o perdão judicial. Nessas condições, embora o inquérito tenha atingido sua finalidade, não será possível ao Ministério Público prosseguir, apresentando denúncia, ou, se apresentada e apurada a

ocorrência de uma dessas causas extintivas no decorrer do processo, não poderá haver condenação.

Finalmente, pode ocorrer de ser constatada a existência de fato típico, porém não ser encontrado seu autor. Nesse caso, a investigação pode ser considerada mal sucedida, e portanto o inquérito não terá atingido seus objetivos, não sendo assim considerado eficiente.

Os resultados possíveis, quanto à apuração de materialidade e autoria, conforme as considerações acima, podem ser resumidos no formato do quadro 1:

Tabela 1: Resultados possíveis quanto aos conceitos de materialidade e autoria de um fato investigado

MATERIALIDADE	AUTORIA	RESULTADO
Não há	Não há	Sucesso
Constatada	Indeterminada	Insucesso
Constatada	Não punível	Sucesso
Constatada	Punível	Sucesso

Fonte: Trabalho do Autor

Só pode ser considerada ineficiente sob o ponto de vista jurídico a investigação que, apurando a existência de fato criminoso punível, não consegue indicar a autoria desse fato.

3.4.5 Modelo conceitual

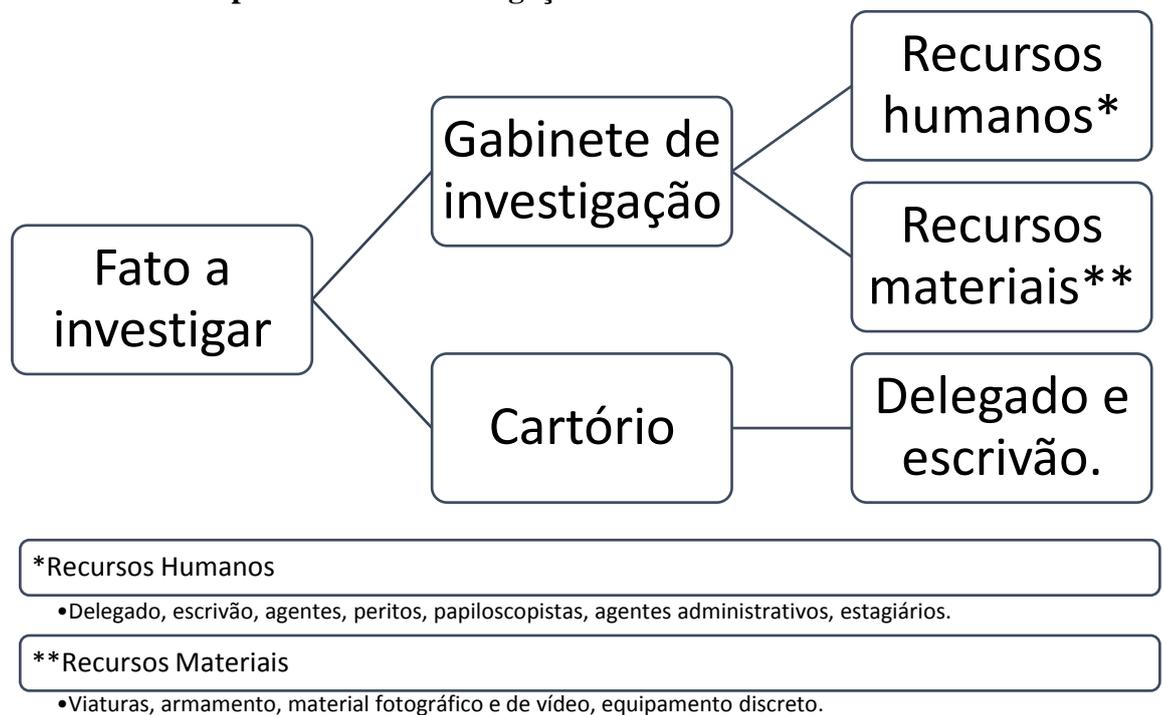
Schiffman & Kanuk (2000, p. 465) definem um modelo como sendo “uma representação da realidade destinada a mostrar relacionamentos entre vários elementos de um sistema ou processo sob investigação”. Segundo Sampieri et al. (1991), os modelos teóricos auxiliam na compreensão da realidade em estudo, na medida em que relacionam os construtos envolvidos e proporcionam um panorama dos antecedentes ou conseqüências do construto analisado.

Para Nachmias & Nachmias (1986), após a definição do método da pesquisa, a elaboração de um modelo operacional permite a categorização de variáveis representativas e suas devidas relações, bem como evidencia as possíveis análises de dados que possibilitaram sustentar a resolução do problema. Nesse sentido, o autor define o modelo de operacionalização de variáveis como uma representação simplificada dos fenômenos. Assim, a possibilidade de entendimento da realidade por elementos categóricos torna-se o meio para

exploração dos fenômenos e suas variáveis, possibilitando um enquadramento dos dados e a sua predição estatística.

O modelo permitiu especificar a relação entre variáveis: dependente (sucesso da investigação) e independentes (recursos disponíveis para a investigação: equipe e equipamentos). Nesse sentido, a busca de relação entre a causa (recursos alocados) e o efeito (determinação de materialidade e autoria de um fato) dão o caráter causal à pesquisa. As opções de alocação de recursos hoje encontradas na Polícia Federal são apresentadas a seguir.

Figura 2: Variáveis independentes na investigação.



Fonte: trabalho do Autor.

Para a consolidação do modelo assumiu-se a definição de que a maior disponibilidade de recursos resultaria no maior sucesso de uma investigação. Foi assumida a hipótese de que o sucesso da investigação – nos termos definidos na Tabela 1 – depende dos recursos a ela alocados. Uma maior disponibilidade de recursos, assim, aumentaria o grau de sucesso.

As variáveis podem ser caracterizadas em diferentes conceitos. Nessa pesquisa foram utilizados os conceitos de variáveis dependentes e independentes. A variável independente é aquela que atua sob os valores de outra variável, ou seja, ela interfere nesses resultados como fator determinante, ou como causa para determinado valor. Já a variável dependente é aquela que consiste nos valores, ou fenômenos, que serão descobertos. Esses valores são afetados pela variável independente e pode aparecer ou desaparecer à medida que essa sofre variações.

Com base nos fatores que se entendeu interferirem na eficiência e grau de sucesso dos inquéritos policiais foram definidas as variáveis independentes e dependentes dessa pesquisa. Inicialmente, foram investigadas 12 variáveis, identificadas por:

- a) Estado;
- b) Classe;
- c) Quantidade de inquéritos em andamento;
- d) Quantidade de inquéritos relatados;
- e) Quantidade de inquéritos instaurados;
- f) Materialidade;
- g) Autoria;
- h) Atípicos;
- i) Escrivão vinculado;
- j) Equipes de investigação;
- k) Recursos disponíveis,
- l) Quantidade de Membros na equipe.

Posteriormente, foram calculados o grau de sucesso e eficiência a partir dos valores da materialidade, autoria e atípicos de cada respondente. Como essas variáveis foram estágios para identificar o sucesso e a eficiência, elas não foram diretamente comparadas. Estado da Federação e classe foram variáveis que permitiram a identificação do respondente, portanto não foram relacionadas à eficiência, mas permitiu que obtivesse valores representativos do nível de eficiência por região. A quantidade de inquéritos em andamento, relatados e instaurados irá variar de acordo com o tipo de investigação que cada delegado especificamente irá executar. A quantidade de membros da equipe não foi avaliada como representativa, visto que essa varia de acordo com a existência ou não de equipes de investigação. Assim, as variáveis citadas foram utilizadas apenas a nível de informação.

Posto isso, foi verificado que as variáveis: recursos disponíveis, equipes de investigação, e escrivão vinculado, eram as variáveis mais importantes e que hipoteticamente poderiam influenciar na variável dependente: Sucesso e Eficiência. Foram testadas as outras variáveis a título de informação, contudo, foram citadas na tabela abaixo, estas descritas como as variáveis independentes e posteriormente adotadas como hipótese nula desse estudo.

Tabela 2 – Relação das variáveis independentes e dependentes

VARIÁVEL INDEPENDENTE	VARIÁVEL DEPENDENTE
-----------------------	---------------------

Recursos Disponíveis	Sucesso
Equipes de Investigação	Eficiência
Escrivão vinculado	-

Fonte: Trabalho do Autor, com base em Cooper e Schindler (2003).

3.4.6 Definição das variáveis.

As variáveis utilizadas no questionário e na análise posterior estão descritas na Tabela 3:

Tabela 3: Descrição das variáveis

DEFINIÇÃO DAS VÁRIAVEIS	
ESTADO	Estado da Federação onde se situa o respondente. Permite referenciar geograficamente a resposta, de forma a permitir a classificação, agrupamento e análises posteriores.
CLASSE	São os níveis hierárquicos dos delegados federais, que são determinados pelo tempo de serviço. São, em ordem crescente de hierarquia: Terceira classe; Segunda classe, Primeira classe e Classe especial.
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	Número de inquéritos sob investigação direta do respondente (presidência) na data da resposta.
INQUÉRITOS RELATADOS	Número de inquéritos relatados (concluídos) pelo respondente, no período considerado – ano anterior.
INQUÉRITOS INSTAURADOS	Número de inquéritos iniciados (instaurados) pelo respondente no ano anterior.
MATERIALIDADE	Refere-se à constatação de que um fato definido em lei como crime ou contravenção efetivamente ocorreu.
AUTORIA	A autoria é a indicação de que determinado agente praticou o ato penal previsto em lei, tendo assim sido considerado responsável formal pelo fato criminoso.
ATÍPICOS	A atipicidade ocorre quando o fato em investigação não pode ser considerado um crime.
ESCRIVÃO VINCULADO;	Refere-se à existência de escrivão vinculado às investigações desenvolvidas pelo delegado, em subordinação direta a este. Em algumas localidades é adotado um sistema denominado “cartório único”, no qual os escrivães se sucedem no cumprimento de diligências determinadas, sem manter vinculação com o inquérito.
EQUIPES DE INVESTIGAÇÃO	Neste trabalho, a equipe de investigação refere-se aos demais servidores que podem estar à disposição de um delegado, em estrutura denominada “gabinete de investigação”.
RECURSOS DISPONÍVEIS	Refere-se aos recursos disponíveis para a realização das investigações e instrução dos inquéritos. Há grande variabilidade de recursos, não havendo sistematização ou normatização no âmbito da Polícia Federal.
QUANTIDADE DE MEMBROS NA EQUIPE	Refere-se ao total de membros da equipe sob coordenação do delegado respondente.

Fonte: Trabalho do Autor.

3.4.7 Amostragem

Em razão das limitações de recursos e tempo para realizar o levantamento de dados, a obtenção das respostas ao questionário se deu por acessibilidade, ou seja, o questionário foi oferecido ao universo de Delegados de Polícia Federal da ativa, associados à Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal, recebendo as respostas daqueles que voluntariamente se dispuseram a fazê-lo.

Dessa forma, a análise da amostra obtida foi realizada apenas com finalidade ilustrativa, pois a falta de uma distribuição aleatória pode influenciar os resultados estatísticos obtidos.

Chama-se amostra à representação do todo que está sendo pesquisado. Kerlinger (1980) explica que a amostra é uma porção da população que a representa. Nesse estudo, foi utilizada uma pesquisa de levantamento, ou survey. Segundo Babbie (1999) amostras de survey devem representar as populações das quais são retiradas, e devem fornecer estimativas úteis quanto às características daquela população. Não necessitam, contudo, ser representativas em todos os aspectos; representatividade, no sentido que tem para a amostragem, limita-se às características relevantes para os interesses substantivos da pesquisa.

Nesse processo de amostragem foi identificado o público-alvo da pesquisa e em sequência feita a determinação da estrutura da amostra. Identificado o público, determinou-se o método mais adequado para esse estudo quanto à seleção do procedimento de amostragem. Também foi determinado o tamanho da amostra e a execução da amostragem com a finalidade de coletar os dados junto aos respondentes. Essa foi uma amostra não probabilística, selecionada em conformidade com o objetivo da pesquisa.

O tamanho da amostra foi determinado em decorrência do nível de confiança estimado, o erro de estimação aceitável e a variância da população.

O cálculo da amostra para população finita é realizado a partir da fórmula que, segundo Larson (2007), é utilizado no cálculo de populações finitas para um nível de confiança de 95%; porém, devido ao baixo número de respostas obtidas, a margem de erro precisou ser aumentada.

POPULAÇÕES FINITAS ou N<100.000

$$n = \frac{NZ^2pq}{E^2(N-1) + Z^2pq}$$

Onde:

N= Universo

n= Amostra

Z= Nível de confiança (95% ou 1,96)

E= Erro padrão

p= Probabilidade dos favoráveis ao evento

q= Probabilidade dos desfavoráveis ao evento

Foram convidados a participar os delegados de polícia federal em exercício, membros da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, ADPF. Conforme dados atualizados, fornecidos pelo Presidente da Associação, na data do survey havia 1571 delegados associados atuando em todo o território nacional. A partir disso, nessa pesquisa foi utilizado o universo ou população de 1571. Foram obtidas 188 respostas, contudo apenas 181 foram válidas, visto que 7 continham erros claros de preenchimento e insuficiência de dados que posteriormente poderiam interferir negativamente na análise e interpretação dos dados. Assim, nessa pesquisa utilizou-se uma amostra de 181 pesquisados, com um nível de confiança de 95%, e margem de erro de 6,7%.

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual das Regiões do Brasil, calculada em função da quantidade de questionários recebidos de cada uma delas:

Tabela 4: Relação percentual de respostas ao questionário agrupadas por Região do Brasil.

REGIÃO	PERCENTUAL
NORTE	14%
NORDESTE	15%
CENTRO-OESTE	15%
SUDESTE	32%
SUL	24%

Fonte: Trabalho do Autor..

Pode-se verificar que as Regiões Sul e Sudeste se destacaram na composição dessa amostra, visto que juntas representam mais de 50% do total de respostas obtidas nesse estudo. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tiveram os menores percentuais. Ressalta-se que a Região Norte foi a menos representativa, com apenas 14% do total. É possível que a diferença entre o número de resposta por região seja justificada pelo número específico de delegados atuantes nas Regiões.

3.4.8 Coleta de dados

A coleta de dados se deu a partir de fonte primária, ou seja, foram utilizados dados primários, coletados especificamente para essa pesquisa. Nesta etapa da pesquisa se inicia a aplicação dos instrumentos formulados e das técnicas selecionadas visando a coleta prevista de dados. Foram utilizadas perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha.

Os referidos dados foram coletados por meio da utilização do questionário como instrumento de pesquisa, sendo estes devidamente preenchidos pelos delegados da polícia federal aos quais se encaminhou.

Dada à complexidade do estudo, se fez necessário formular o questionário com perguntas abertas e fechadas, pois a identificação de determinadas variáveis que afetam a eficiência dos inquéritos policiais poderia ser sugerida pelos próprios respondentes, considerando a abrangência e impossibilidade de conhecer a todas pelo pesquisador.

O questionário foi construído com 13 (treze) perguntas, sendo que uma destas foi aberta. Buscou-se usar escalas diferentes nas perguntas para que essas estivessem adequadas às possíveis respostas e não prejudicassem a qualidade dos dados informados nem dificultassem o processo de preenchimento.

O questionário foi disponibilizado através do aplicativo Google Docs/Forms, na rede mundial de computadores, e o acesso ao questionário foi divulgado utilizando a lista de e-mails da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF, e a lista de discussão da Associação no aplicativo Telegram, em rede social.

3.4.8.1 Fontes de informação

As fontes de informação utilizadas neste estudo foram os próprios delegados respondentes. As informações foram coletadas por meio de questionários preenchidos segundo procedimento de levantamento. Considerando a complexidade do objeto de estudo,

buscou-se elaborar um questionário objetivo, e claro, tendo em vista a curta disponibilidade de tempo para que o mesmo fosse respondido.

3.4.8.2 Instrumentalização

Elaborar um instrumento de pesquisa é um processo complexo e de grande importância. Segundo Marconi e Lakatos (2010), os métodos que serão utilizados em uma pesquisa científica podem ser selecionados desde a concepção do problema, a preparação das hipóteses e da delimitação do universo ou da amostra.

Ao selecionar o instrumento metodológico deve-se atentar para a finalidade da pesquisa, direcionando-o ao problema que será estudado. Essa escolha deverá variar quando observada a natureza da pesquisa, os recursos financeiros que estão disponíveis para a execução, o objeto da pesquisa e as pessoas que compõem o campo de investigação, dentre outros.

É fundamental que os métodos e as técnicas utilizadas nessa fase da pesquisa estejam de acordo tanto com o problema estudado, quanto as hipóteses levantadas, visto que é através dele que o resultado será alcançado e discutido posteriormente. Para que um levantamento seja mais rico em detalhes e que favoreça a explicação das variáveis é possível utilizar uma combinação de métodos, ou uma combinação de técnicas.

Esta pesquisa foi executada por meio de um questionário contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. As perguntas abertas permitem uma investigação mais profunda embora mais complexa quanto ao tratamento estatístico e a interpretação. As perguntas fechadas favorecem a estimação e avaliação, porém não permitem explicações a respeito da escolha realizada pelo respondente o que as torna menos profundas quando comparadas às perguntas abertas.

Inicialmente, delegados receberam divulgação a respeito da pesquisa através de grupos nas mídias sociais e e-mails para os delegados membros da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal. A partir disso foi disponibilizado o link para o formulário na plataforma Google Docs. Além da divulgação direta através do grupo, foi também de forma indireta, por meio do compartilhamento do link pelas redes sociais e e-mails do próprio público-alvo, a pedido do autor, visando com isso aumentar o alcance e o número de respostas ao questionário.

Enviou-se um documento oficial de notificação da pesquisa para o presidente da associação, informando ao destinatário sobre a realização do estudo, sua importância e o requerimento de apoio para a investigação. Logo após, foi realizado o monitoramento das

respostas através da plataforma do Google Docs, e semanalmente o link era postado no grupo como lembrete àqueles que ainda não haviam respondido a pesquisa. Esse procedimento, segundo Churchill (1979), aumenta a taxa de retorno da pesquisa. Também utilizou-se uma mala direta aos delegados, via e-mail, por duas vezes, explicando as razões da pesquisa e solicitando o retorno da resposta.

Assim, a instrumentalização ocorreu a partir da definição das variáveis que podem interferir na eficiência, da fonte de informações, da construção do questionário eletrônico e do tipo de escalas que melhor se adequaram ao presente estudo. A escolha da escala teve respaldo na natureza correlacional do estudo, procurando ordenar, pela comparação fatos em relação à determinada característica.

O instrumento de coleta de dados continha treze questões. As três iniciais caracterizavam os respondentes, através do número de matrícula, estado de lotação e classe. As três seguintes mensuravam a quantidade de inquéritos, divididos em: quantidade de inquéritos em andamento, quantidade de inquéritos relatados e quantidade de inquéritos instaurados, sendo esses valores a representação do total dessas variáveis para a carga de cada Delegado no ano de 2015. As questões que as sucederam buscavam mensurar, nos últimos dez inquéritos relatados por Delegado, em quantos foi definida a materialidade e autoria de delitos. Optou-se pelos dez últimos inquéritos em razão da necessidade que o Delegado os consultasse um a um, pois o sistema não fornece automaticamente essa informação. Um número maior de inquéritos a consultar, por representar maior trabalho para o respondente, poderia inibir o número total de respostas obtidas.

A partir disso, foi possível desenvolver uma variável complementar a respeito da quantidade de não-materialidade, chamada de atipicidade, utilizando-a na construção do valor correspondente ao sucesso e eficiência de cada respondente. A resposta da quantidade de inquéritos que alcançou materialidade poderia variar entre zero e dez, mínimo e máximo, respectivamente. Como buscou-se avaliar a quantidade de materialidade nos últimos dez inquéritos policiais, a diferença entre o total possível (dez) e o número respondido pelo entrevistado fornece a essa pesquisa a quantidade de atípicos por respondente. Assim, foi possível criar mais uma variável para embasar essa pesquisa.

A questão aberta permitia que o respondente relatasse as principais dificuldades encontradas por ele em seu cotidiano e que interferiam na investigação. Esta questão permitiu refinar as análises a respeito dos fatores que dificultam o desenvolvimento do trabalho dos delegados federais nos inquéritos policiais. A partir dela foi elaborado um registro documental fundamentado nas respostas recebidas. As quatro questões finais mensuravam os recursos à

disposição dos entrevistados: escrivão vinculado, equipes de investigação, recursos disponíveis e quantidade de membros da equipe. Essas últimas variáveis estavam relacionadas à hipótese nula desse estudo, quando atribuía à posse ou à falta deles ao desempenho.

Através das respostas coletadas foi possível calcular o grau de sucesso e a eficiência de cada respondente. O grau de sucesso se dá a partir da razão entre a autoria e a materialidade. Já a eficiência ocorre a partir do somatório entre a autoria e os atípicos; o resultado desse somatório é dividido por 10.

Tendo em vista a importância dos números absolutos e exatos de inqueritos e materialidade, não foram usadas escalas nas questões iniciais.

3.4.8.3 Pré-teste, fidedignidade e validade

Após a elaboração do instrumento de pesquisa, o procedimento mais utilizado para averiguar a sua validade é o pré-teste. O teste ocorre em uma amostra do universo a ser considerado, com o objetivo de testá-lo antes da sua aplicação definitiva para garantir até que ponto esse instrumento têm condições de fornecer resultados isento de erros.

O pré-teste é, segundo Goode e Hatt (1972), um ensaio geral. Cada parte do procedimento deve ser projetada e implementada exatamente como o será no momento efetivo da coleta de dados.

Normalmente a representatividade do teste se dá com a mensuração de 5% a 10% do tamanho da amostra. Vale ressaltar que este deve ser aplicado por investigadores experientes que possam determinar a validade dos métodos e dos procedimentos utilizados.

As dificuldades e problemas decorrentes de uma pesquisa de coleta de dados nem sempre são possíveis de identificar. No caso do questionário, este pode ser ineficaz quando as perguntas forem mal formuladas, apresentarem ambiguidade, utilizar linguagem inadequada ao público alvo, dentro outros. O pré-teste oferece essa oportunidade de reformulação.

Segundo Marconi e Lakatos (1999) o pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos: (1) fidedignidade: os resultados serão os mesmos, independentemente de quem o aplicou; (2) validade: os dados coletados são necessários à pesquisa; e (3) operatividade: o vocabulário é acessível e o significado é claro.

O questionário foi testado em uma amostra de 5 Delegados alocados na Superintendência Regional em Alagoas – Polícia Federal, com características similares à população alvo. O intuito principal foi de identificar os erros e facilitar o entendimento das questões favorecendo a clareza e objetividade para aperfeiçoar o instrumento de pesquisa. O resultado do pré-teste indicou a necessidade de inclusão da questão qualitativa, pois os

respondentes indicaram o desejo de ter um campo no qual pudessem discorrer sobre as dificuldades por eles enfrentadas. O número limitado de respondentes decorreu do pequeno efetivo de Delegados na Superintendência à época do pré-teste, e à inviabilidade de aplicar esse teste incluindo Delegados de outros Estados.

O aspecto da validade da medida indica o grau em que o instrumento mede o que se propõe a medir. Normalmente o que se quer medir é uma variável explicitada no problema da investigação proposta na pesquisa. Assim, a validade está relacionada à segurança da interpretação do instrumento, inclusive sendo para Thomas e Nelson (2002) a mais importante consideração em medição.

Em pesquisa científica, a validade assume concepções complexas. A elaboração original do conceito vem de métodos quantitativos nos quais a validade é a extensão em que uma medida representa corretamente o conceito do estudo, ou seja, o grau em que a medida está livre de qualquer erro. A validade seria referente à semelhança entre o conceito e suas medidas, ao grau em que uma medida representa precisamente o que se espera. A garantia da validade começaria com a compreensão direta do que deve ser medido, sendo, portanto, uma questão prioritariamente de formulação da pesquisa (HAIR Jr. et al., 2009).

3.4.9 Método de análise

O que se quis testar nesta etapa do trabalho foi qual o grau de influência que determinadas variáveis possuíam na construção do sucesso nas investigações e sugerir posteriormente aquelas que podem melhorar a eficiência desse trabalho. Ou, em outras palavras, que graus de relação existem entre variáveis distintas e o sucesso nas investigações.

O objetivo dos testes deste trabalho se refere à eficiência dos inquéritos policiais e os fatores a eles atrelados.

Os dados coletados através da pesquisa foram analisados através de técnicas estatísticas que possibilitaram decidir se haveria aceitação ou rejeição das associações que foram estabelecidas.

Em se tratando das estatísticas escolhidas, as não-paramétricas foram as que melhor se adequaram, levando em conta a representatividade do tamanho da amostra. O número de delegados que responderam o questionário corretamente tornando-os válidos foi de 181, em um total de 1571 delegados, portanto a amostra utilizada representa aproximadamente 11,52% do universo total.

As técnicas da estatística não-paramétrica são, particularmente, adaptáveis aos dados das ciências do comportamento. A aplicação dessas técnicas não exige suposições quanto à

distribuição da variável populacional. Os testes não-paramétricos são extremamente interessantes para análises de dados. Na estatística paramétrica, para aplicação de teste como o “t” de Student, a variável em análise precisa ser numérica. Como o próprio nome sugere, a estatística não-paramétrica independe dos parâmetros populacionais e de suas respectivas estimativas.

Uma vantagem final das provas não-paramétricas na situação analisada foi a possibilidade de aplicação em um universo de tamanho reduzido. O nível de significância considerado para testar algumas associações é de 5% em um nível de confiança de 95%.

Os métodos não-paramétricos podem ser aplicados a uma ampla diversidade de situações, devido a não exigência de populações que possuam distribuições normais, e também são aplicáveis a dados não numéricos. No geral os métodos não-paramétricos envolvem cálculos mais simples do que seus correspondentes paramétricos, sendo, assim, mais fáceis de interpretar.

Dentre os testes foram utilizados na análise (CASTELLAN e SIEGEL, 2006):

a) Coeficiente de Correlação por Postos de Kendall: Quando se tem k conjunto de postos, é possível determinar a associação entre eles utilizando o Coeficiente de Concordância de Kendall. Enquanto r expressa o grau de associação entre duas variáveis transformadas em postos, W exprime o grau de associação dentre k destas variáveis. Essa medida é de fundamental importância em estudos de fidedignidade relativos a julgamentos ou testes e tem também aplicações no estudo de conglomerados de variáveis.

b) Coeficiente de Correlação por Postos de Spearman: De todas as estatísticas baseadas em postos, o coeficiente de correlação posto-ordem r de Spearman foi o primeiro a ser desenvolvido e talvez o mais conhecido. Ele é uma medida de associação entre duas variáveis que requer que ambas sejam medidas em uma escala ordinal. Ao contrário do coeficiente de correlação de Pearson, este não requer a suposição de que a relação entre as variáveis é linear, nem que as variáveis sejam quantitativas;

c) Coeficiente de Correlação de Pearson: Também conhecido por coeficiente de correlação produto-momento é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. É um índice adimensional com valores que variam entre -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja, quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis.

d) Teste de Kolmogorov-Smirnov – Este teste é uma prova de aderência, já que avalia o grau de concordância entre a distribuição de um conjunto de valores amostrais e determinada distribuição teórica específica. A prova testa se os valores amostrais devem ser considerados como oriundos de uma população com uma suposta distribuição teórica.

e) Teste Qui-quadrado: É aplicado quando há comparação de dois ou mais grupos independentes que não necessariamente sejam do mesmo tamanho. Busca-se comprovar se existe diferença significativa entre o número observado de respostas em determinada categoria.

A escolha dos testes estatísticos aplicados foi centrada na necessidade principal de comparar condições experimentais e auxiliar na validade da pesquisa, visando garantir maior respaldo e aceitabilidade no meio científico. Além do que, ao se tratar de correlações estes métodos são os mais indicados para realizar a análise de dados.

Todos os resultados obtidos foram submetidos à análise estatística, contando com o auxílio do Software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Hipóteses testadas

Para verificar a veracidade de uma determinada hipótese é necessário um conjunto de dados e de procedimentos objetivos para a aceitar ou rejeitar . A população dessa pesquisa contou com um universo de 1571 possíveis respondentes, entretanto apenas 188 responderam ao questionário. Desse total de respondentes, apenas 181 foram considerados válidos. Com 188 respostas e um nível de confiança de 95%, tem-se uma margem de erro de 6,7% e um nível de significância de 5%, aceitáveis para o objetivo deste trabalho.

Neste estudo, foram estabelecidas a hipótese nula (H_0) e suas alternativas (H_n), e após isso escolhidos os testes estatísticos para testar H_0 . Entre os mais variados testes disponíveis para serem usados foram escolhidos apenas aqueles cujo modelo estava mais próximo das condições desse estudo, buscando sempre a objetividade das interpretações. A partir dos valores da estatística do teste encontramos o limite de rejeição ou aceitação da hipótese nula.

Segundo Castellan e Siegel (2006), a hipótese nula é uma hipótese de não efeito, assim ela é comumente formulada com a intenção de ser rejeitada após a realização dos cálculos estatísticos. Ao rejeitar a hipótese nula H_0 , obtém-se a negação de um ponto que se reflete na confirmação de outra hipótese, ou seja, é possível confirmar H_1 .

As hipóteses testadas foram:

H_1 : Quando se tem mais recursos disponíveis, equipes de investigação e escrivão vinculados aos inquéritos policiais, o delegado consegue alcançar uma maior eficiência na solução dos casos que preside.

H_2 : Fatores motivacionais,

H_3 : ambiente de trabalho e

H_4 comprometimento dos membros da equipe, influenciam na eficiência de forma mais hegemônica que as variáveis mensuráveis numericamente, as quais foram citadas na hipótese anterior.

4.2 Análise descritiva dos dados

4.2.1 Características gerais das variáveis

Foram pesquisadas, ao todo, 11 variáveis distintas e 2 desenvolvidas após as respostas dos dados coletados. No entanto, apenas três delas foram diretamente relacionadas à

eficiência, visto que as outras foram utilizadas para a construção dessa variável. Neste caso, foram analisadas as informações básicas a respeito de todos os elementos, e posteriormente foram realizados testes não paramétricos com aqueles que foram classificados como as variáveis independentes desse objeto de estudo.

4.2.2 Estatística dos inquéritos policiais

Foram calculadas as médias e seus respectivos erros, além dos desvios padrão e variância da quantidade de inquéritos policiais em andamento, relatados e instaurados. Como já mencionado anteriormente, existem diferentes fatores que podem fazer com que o número de inquéritos policiais varie em função do delegado presidente, a exemplo da região a qual ele está alocado e do tipo de investigação de que ele é incumbido.

Quanto aos inquéritos em andamento, o limite mínimo foi zero e o máximo 380, ou seja, houve delegados que não possuíam nenhum inquérito em andamento, já outros possuíam um número maior, sendo 380 o máximo deles. Dada a tabela da estatística descritiva abaixo podemos destacar que, em média, cada delegado respondente possuía 104,20 inquéritos em andamento. De forma prática, se quisermos substituir algum dos valores que foram coletados pelo valor da média, o desvio padrão irá nos fornecer um valor que indica basicamente um erro nessa substituição. Já a variância, em suma, indica se os dados dessa variável são uniformes ou não. No caso dos inquéritos em andamento houve o maior erro padrão da média quando comparada as outras duas variáveis.

A partir disso, podemos inferir que o valor da variância foi bastante alto e implica na uniformidade dos resultados obtidos. Assim, com alto desvio padrão e alta variância, podemos dizer que os valores dessa variável variam muito em torno da média, o que desfavorece a criação de um padrão acerca desses resultados.

Na variável inquéritos relatados, a quantidade máxima foi de 279, e a mínima de 1, o que ocasionou uma média de 69,68 inquéritos policiais por delegado responsável. Essa grande variação entre o mínimo e o máximo de inquéritos policiais relatados se refletiu em uma alta variância e um alto desvio padrão, porém se comparada a variável anterior, esses valores foram menores.

A variável subsequente, inquéritos instaurados, obteve uma quantidade máxima de 192, e a mínima de 0. Assim, a média foi de 56,36 inquéritos por delegado. O número mínimo de inquéritos foi semelhante às outras variáveis, porém o número máximo de inquérito instaurados caiu 45% em relação a variável inquéritos relatados e aproximadamente 50% em

relação à variável inquéritos em andamento. Isso provocou uma queda da variância e do desvio padrão, uma vez que a distribuição foi menos desigual que as outras analisadas.

A partir das análises destacadas, podemos evidenciar que a variável inquérito instaurado foi a melhor distribuída, ou seja, a mais uniforme, visto que sua variância e seu desvio padrão foram menores que as outras verificadas nesse bloco. Outra análise que se pode inferir é que dentre os valores de inquéritos instaurados, eles estão mais próximos à média da variável, o que confirma a ideia de menor variação dentre as respostas. Essa heterogeneidade nas respostas é atribuída principalmente à região de atuação dos delegados e o tipo de inquérito policial, como já explicado anteriormente.

Tabela 5: Estatísticas dos inquéritos policiais

	IPL EM ANDAMENTO	IPL RELATADO	IPL INSTAURADO
MÉDIA	104,20	69,68	56,36
ERRO PADRÃO DA MÉDIA	5,301	3,192	2,666
DESVIO PADRÃO	71,321	42,948	35,867
VARIÂNCIA	5086,719	1844,530	1286,444

Fonte: Trabalho do autor

4.2.3 Estatística dos aspectos conclusivos dos inquéritos

A primeira variável, materialidade, teve uma média de aproximadamente 7 inquéritos por respondente. Sabido que o limite máximo e mínimo está compreendido entre 10 e 0, respectivamente, o erro padrão da média, o desvio padrão e a variância, foram menores, visto que não houve um número alto de oscilações.

Assim como aconteceu na variável materialidade, a variável autoria e atípicos seguiram o mesmo padrão, visto que essas três tinham o mesmo número de limite máximo e mínimo. Como já mencionado anteriormente, foi verificada a materialidade, a autoria e a atipicidade nos últimos dez inquéritos, ou seja, os respondentes mencionaram a quantidade de inquéritos que correspondiam a essas questões nos seus últimos dez, dessa forma essas

variáveis possuíram os mesmos limites e obtiveram resultados semelhantes no que tange ao erro padrão da média, ao desvio padrão e a variância.

Vale ressaltar que as médias não seguiram a mesma proporção, principalmente pelo fato da materialidade ser inversamente proporcional à atipicidade. O somatório das médias das variáveis materialidade e atípicos resulta em 10, isso significa que dentre os últimos 10 inquéritos policiais presididos por todos delegados a média de materialidade foi 7,12; logo a de atipicidade corresponde a 2,88. A partir disso, podemos inferir que em 28,8% dos casos não havia crime a investigar.

Atentando para a autoria podemos destacar que a média dessa variável está próxima à média encontrada na materialidade. Esse valor representa a quantidade de autoria descoberta em relação à materialidade, ou seja, a partir da constatação da existência de um crime, em aproximadamente 75% dos casos é descoberta a autoria. Esse valor é muito representativo e sugere que os respondentes já possuem alto desempenho, visto que em relação ao total de crimes investigados, em três quartos deles são descobertos os autores.

Quanto aos membros da equipe de investigação, para os Delegados que têm equipes disponíveis, a variação de máximo e mínimo estava compreendida entre 21 e 0, respectivamente. Porém o número máximo de 21 estava com uma frequência de 1 em 181 respostas válidas, assim não interferiu consideravelmente no valor da variância, do desvio padrão, nem do erro, visto que apenas essa variável obteve um valor muito acima das demais, no entanto, com menor frequência.

É válido ressaltar a importância das médias da materialidade, autoria e atípicos, pois são essas variáveis que fornecem os valores representativos para a construção do grau de sucesso e da eficiência. Assim a partir dessas análises já podem-se encontrar aspectos reflexivos e conclusivos a respeito do objeto de estudo, onde é possível inferir que a amostra pesquisada já possui um ótimo desempenho no que tange as soluções dos inquéritos policiais.

Ainda, mencionamos que o fato de já possuir um bom desempenho fortalece ainda mais o objetivo desse estudo que é verificar os mecanismos que influenciam na eficiência identificados nessa pesquisa e a forma de como seria possível aumentá-la.

Tabela 6: Estatística dos aspectos conclusivos dos Inquéritos Policiais

	MATERIALIDADE	AUTORIA	ATÍPICOS	MEMBROS
MÉDIA	7,12	5,40	2,88	1,75
ERRO	,175	,179	,175	,231
PADRÃO DA MÉDIA				
DESVIO PADRÃO	2,353	2,408	2,353	3,103
VARIÂNCIA	5,536	5,796	5,536	9,628

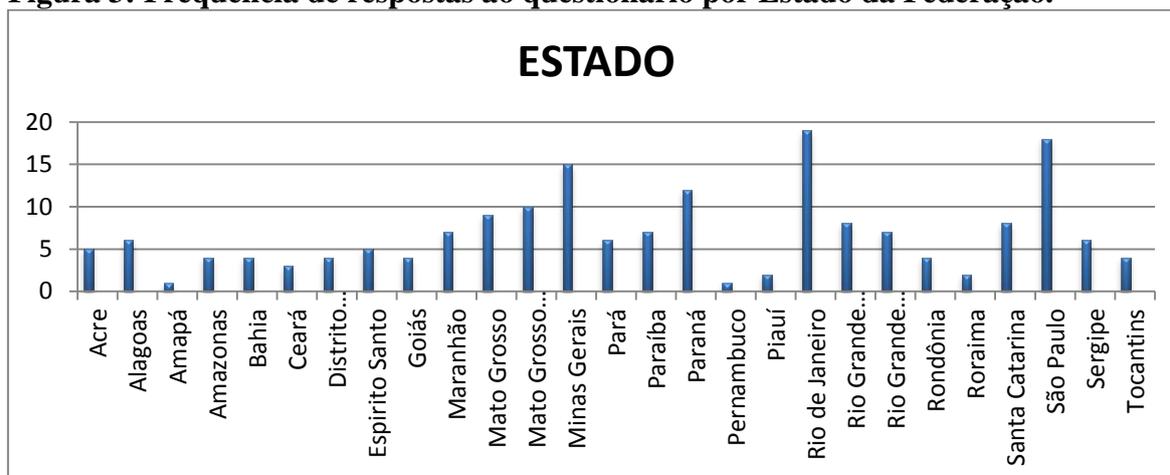
Fonte: trabalho do Autor.

4.2.4 Análise de dados da variável Estado

Essa variável foi utilizada para auxiliar na identificação do respondente e possibilitar a verificação do número de respostas obtidas por região, que já foi mencionado anteriormente. Embora nessa pesquisa ela não tenha sido associada diretamente a eficiência, é interessante demonstrar quais os Estados onde se obteve mais e menos respostas ao questionário.

Como é possível verificar no gráfico e na tabela de frequência abaixo, o maior número de respostas recebidas foi do Estado do Rio de Janeiro, seguido de São Paulo e Minas Gerais, totalizando um somatório de respostas por estados de 19, 18 e 15, respectivamente. O Sudeste se destacou como maior região de onde foram obtidas mais respostas.

Aqueles que tiveram a menor quantidade de respondentes foram os Estados de Amapá e Pernambuco, ambos com apenas 1 resposta, seguidos por Piauí e Roraima.

Figura 3: Frequência de respostas ao questionário por Estado da Federação.

Fonte: Trabalho do Autor

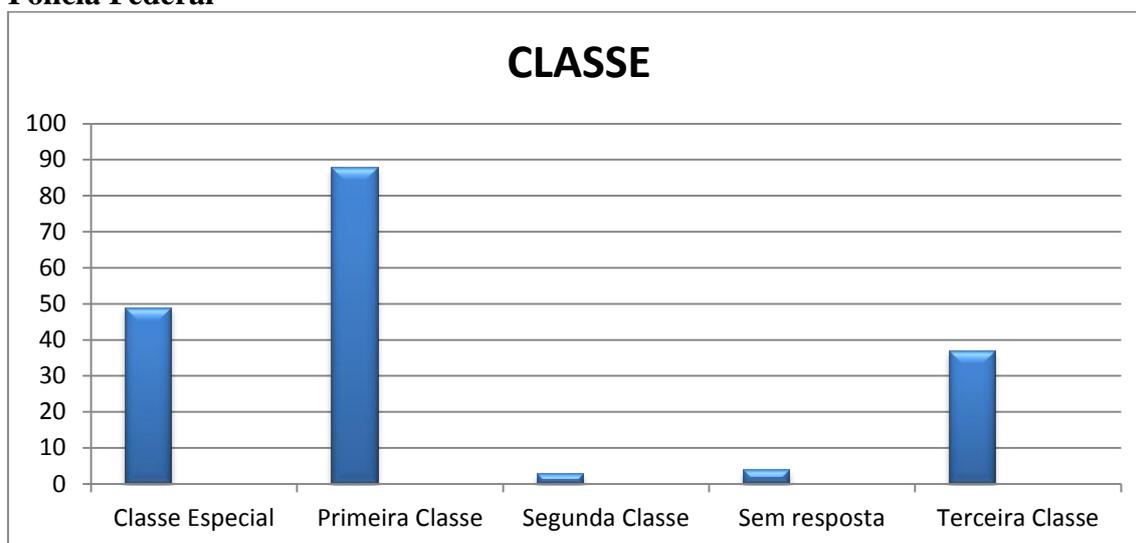
4.2.5 Análise da variável Classe

No que se refere às classes, a partir do gráfico e da tabela abaixo, podemos observar que a primeira classe representou 48,6% dessa amostra. Esse dado nos mostra que a maioria dos respondentes estava inserida na primeira classe, revelando que eles já possuíam maior experiência dentro dessa função, quando comparados aos da segunda e terceira classe. A classe especial que, dentre todas elas, representa aquela que é composta pelos profissionais com maior tempo de serviço, representou 27,1% do total de respondentes. A classe especial somada com a primeira classe representou um percentual de 75,7% nas respostas.

As classes na carreira de Delegado de Polícia Federal são atribuídas conforme o tempo a partir da data de entrada na carreira, observando ainda a realização de cursos específicos na Academia Nacional de Polícia. Nos primeiros dois anos de carreira, o Delegado é posicionado na terceira classe. A partir do terceiro ano até o final do quinto ano de carreira, o Delegado é posicionado na segunda classe. Com cinco a dez anos de carreira, o Delegado se posiciona na primeira classe. Após completar dez anos de carreira, o Delegado atinge a classe especial.

A classe em que se encontra o Delegado é uma forma simples de avaliar seu tempo de na carreira, e, portanto, sua experiência no cargo. Assim, é possível observar que os respondentes eram em geral profissionais já experientes.

Figura 4: Distribuição dos respondentes conforme as classes da carreira de Delegado de Polícia Federal



Fonte: trabalho do Autor.

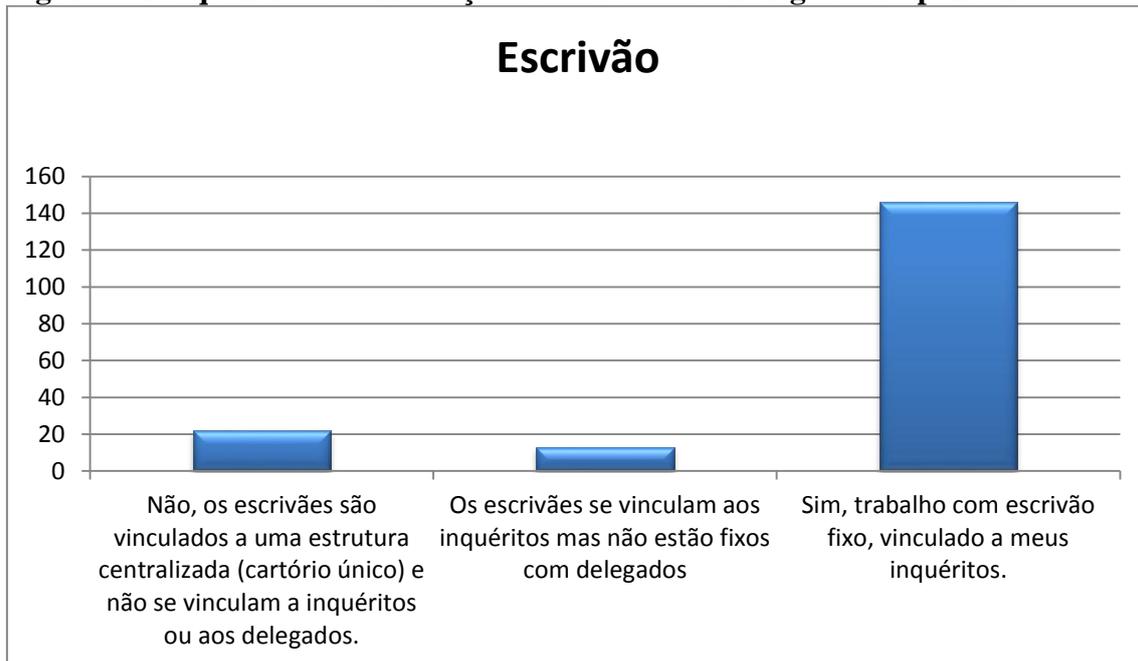
4.2.6 Análise da variável Escrivão vinculado

Considerou-se inicialmente que essa variável teria influência direta na eficiência, sendo uma das mais relevantes na pesquisa. Ter ou não escrivão vinculado ao Delegado poderia estar relacionado à eficiência, tendo em vista que se partiu do princípio de que quando se tem um maior aporte de recursos humanos e materiais para realizar uma investigação o processo deveria se tornar mais eficaz e eficiente. O principal motivo para esse relacionamento feito entre a existência ou não de escrivão e a eficiência é o fato de que o escrivão de polícia também contribui para o esclarecimento de um crime.

Em percentuais, 80,7% dos respondentes disseram ter escrivães fixos vinculados aos seus inquéritos. Em contrapartida, 12,2% disseram não ter escrivão. Alguns responderam ter escrivão vinculado apenas aos seus inquéritos, mas subordinados a outros delegados, com um percentual de 7,2%.

Como essa variável está descrita na hipótese nula como aquela que influencia a eficiência, cabe às próximas análises verificar a correlação entre esse cruzamento de variáveis, e também, verificar o desempenho daqueles que não possuíam escrivão fixo.

Figura 5: Frequências da vinculação de escrivão aos Delegados respondentes.



Fonte: trabalho do Autor.

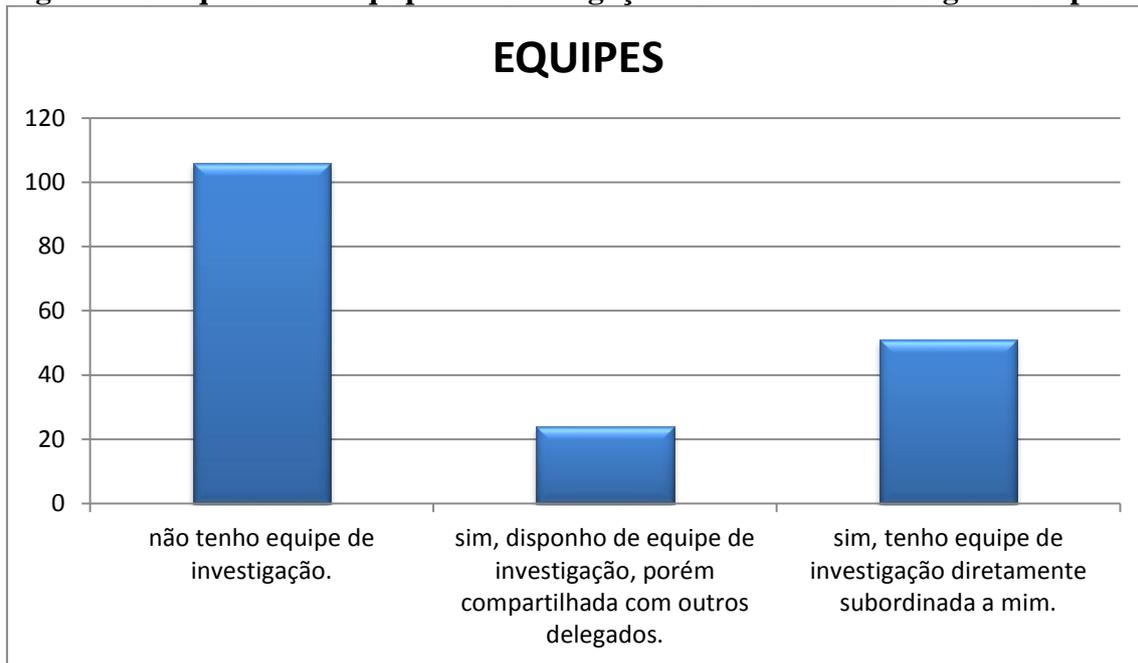
4.2.7 Análise da variável Equipe de Investigação

Assim como em escrivão vinculado, as equipes de investigação também foram estudadas como variáveis independentes que poderiam influenciar diretamente na eficiência. Os dados coletados apontam que em 58,6% do total da amostra os respondentes não possuíam equipes de investigação. Esse resultado é muito importante para essa pesquisa, pois considerando as médias da materialidade e da autoria a amostra possui um alto grau de sucesso; no entanto, mais da metade dos Delegados não conta com equipes de investigação.

Esse percentual cresce ainda mais, quando acumulamos o percentual de quem não tem equipes, com aqueles que a possuem, mas de forma compartilhada, ou seja, a equipe não é vinculada, fixa, a apenas um delegado, representando 71,8% do total de respondentes.

Apenas 28,2% possuíam equipes de investigação subordinadas a si, ou seja, menos de um terço da amostra dispõe de equipes, e mesmo assim alcançou, no geral, médias altas em materialidade e autoria.

Figura 6: Frequência de equipes de investigação vinculadas aos Delegados respondentes.



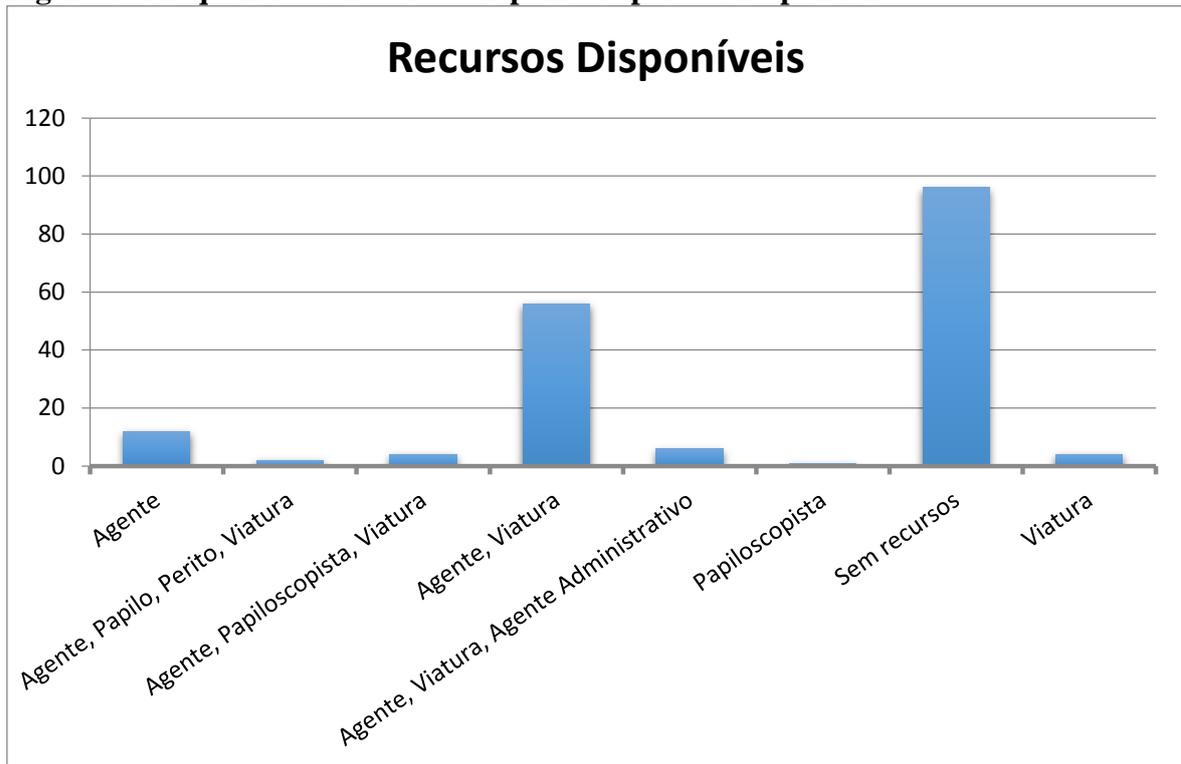
Fonte: trabalho do Autor.

4.2.8 Análise da variável Recursos Disponíveis

Essa é outra das variáveis fundamentais para o estudo, visto que foi hipoteticamente entendido que uma maior quantidade de recursos disponíveis poderia aumentar a eficiência, pois esperava-se que a maior quantidade de recursos disponíveis resultariam em maior sucesso nas investigações.

Os recursos apresentados para serem respondidos pelos entrevistados eram: agente, perito, viatura, agente administrativo, e papiloscopista, ou uma combinação desses citados. A partir dos dados analisados, observou-se que 53% dos respondentes não dispunham de nenhum outro recurso, material ou humano, além do escrivão, disponível para auxiliar nas suas investigações. Um dado muito importante é que em apenas 6,6% desse aspecto da amostra se encontravam 3 ou mais tipos de recurso, ou seja, a disponibilidade de recursos não é comum entre os respondentes e ter uma quantidade grande de recursos disponíveis não configura um percentual representativo.

Os recursos mais comuns e citados foram: agente e viatura. Aqueles que dispunham somente de agentes representava 6,6% do total, e aqueles que possuíam apenas viatura, 2,2% do total. Já os entrevistados que dispunham de agente e viatura, corresponderam a um percentual de 30,9% do total dessa amostra.

Figura 7: Frequência de recursos disponíveis para os respondentes.

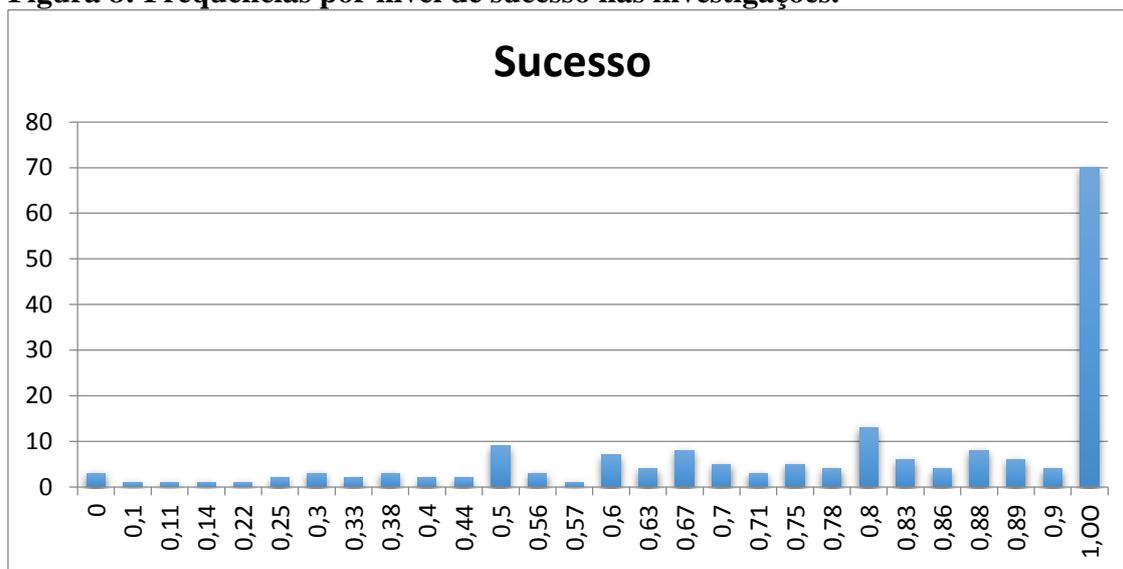
Fonte: trabalho do Autor.

4.2.9 Análise da variável sucesso

Essa é uma das variáveis dependentes. O sucesso de cada entrevistado foi calculado a partir da relação entre a quantidade de inquéritos nos quais se determinou a autoria pelo número de inquéritos em que foi encontrada materialidade. Esse é um fator muito importante a ser estudado nessa pesquisa visto que a materialidade indica que se verificou o cometimento de um fato em princípio típico, mas para que a investigação seja considerada bem sucedida teria de ser realizada também a descoberta da autoria, ou seja, deve-se apontar ao menos um culpado pela infração penal.

Como já havia sido possível destacar através das análises das variáveis anteriormente estudadas: materialidade e autoria; essa amostra apresenta um desempenho alto no sucesso das investigações.

Foram atribuídos coeficientes numa escala distribuída entre 0 e 1, onde 0 significa 0% de sucesso, ou insucesso e 1 representa 100% de sucesso, ou sucesso absoluto. Esses coeficientes são apresentados na figura 8.

Figura 8: Frequências por nível de sucesso nas investigações.

Fonte: dados do Autor.

Analisando os dados coletados é possível observar que 38,7% dos respondentes obtiveram 100% de sucesso em suas investigações. Considerando os Delegados com sucesso acima de 70% obtém-se o percentual acumulado de 70,8%.

Assim, os respondentes já possuem um nível alto de sucesso, não relacionado aos recursos, equipes e escrivão, pois mesmo com percentuais baixos para essas variáveis esse indicador mostra alto desempenho nas investigações. A média geral do nível de sucesso dessa amostra foi de 78%, ou seja, em 78% dos fatos delituosos investigados foi indicada a autoria

4.2.10 Análise da variável eficiência

A variável mais importante e norteadora dessa pesquisa é a eficiência. Esses valores foram calculados de forma isolada por respondente, através da soma realizada entre inquéritos em que se determinou a autoria e inquéritos em que se verificou a atipicidade. Esse resultado dividido por 10, que era a quantidade de inquéritos pesquisados por respondente análise, forneceu a variável.

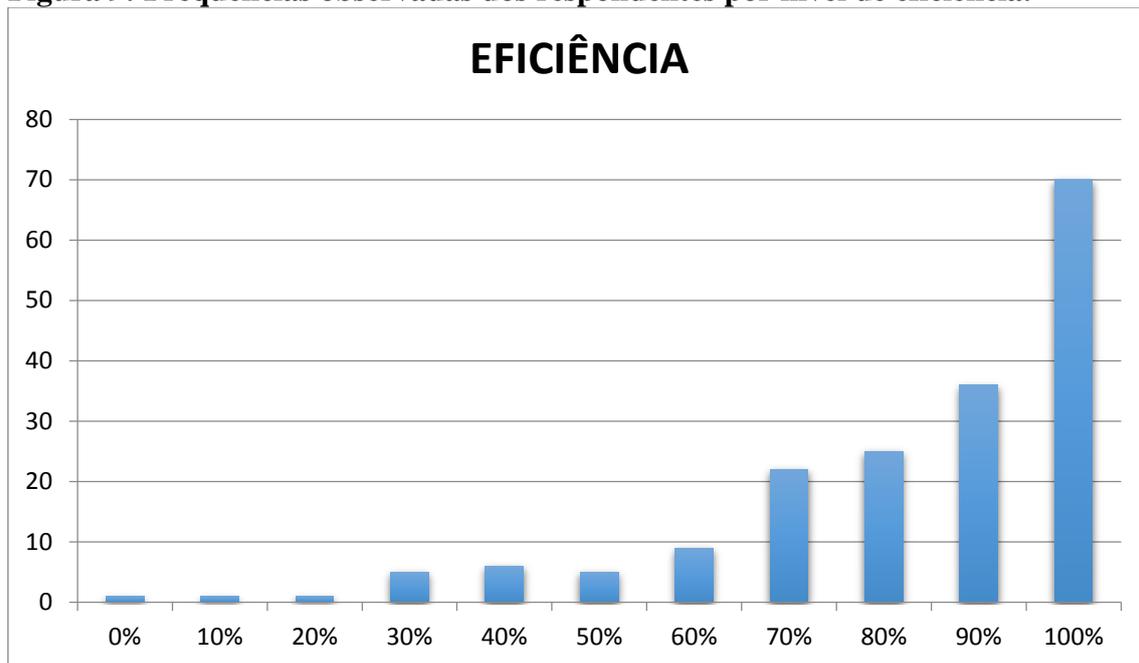
Como a média de autoria estava próxima a de materialidade e a de atípicos completava aquela, já foi possível ter previsão a respeito da deficiência. A partir das tabelas produzidas após a tabulação dos dados observa-se que 38,7% dos respondentes obtiveram eficiência de 100% na investigação de seus inquéritos.

Quando visto da forma que se avaliou a variável anterior, somados a partir do intervalo compreendido entre 70% de eficiência até o seu máximo, 100%, encontramos um percentual de 84,6% acumulado de eficiência. Um dado indispensável é a média geral de

eficiência dessa variável, de 83%, uma vez que o fato de ter ou não disponibilidade das variáveis independentes não interferiu nesse resultado..

A partir dos dados coletados podemos inferir que essa amostra já possui um nível de sucesso e eficiência elevado, assim pretende-se descobrir se ela está ligada as variáveis independentes relacionadas anteriormente e se elas podem ser usadas para aperfeiçoar ainda mais esse nível.

Figura 9: Frequências observadas dos respondentes por nível de eficiência.



Fonte: dados do Autor.

4.3 Tabulação cruzada

Foram feitos os cruzamentos dos dados referentes às variáveis que compuseram as hipóteses nula e alternativa para determinar através do teste tau-b e tau-c de Kendall a aceitação ou rejeição da hipótese nula. A diferença entre esses dois testes é que enquanto o teste tau-b de Kendall considera os empates nas respostas obtidas, o tau-c desconsidera esses valores. Sabendo que o nível de significância é de 5%, ou 0,05, foi definido este como o valor da região de rejeição da hipótese nula, ou seja, $p=0,05$. A análise será baseada em testes bilaterais, assim a região de rejeição será bilateral com $p=0,025$. A hipótese nula será rejeitada quando os índices encontrados estiverem em uma região à direita ou à esquerda da curva de distribuição que serão representados pelos valores positivos e negativos, maiores que o escore

Z que é dado através da confiança de 95%, que para esse nível de confiança o escore é de 1,96.

Segundo Larson (2007), são fundamentais os seguintes conceitos para um teste de hipótese:

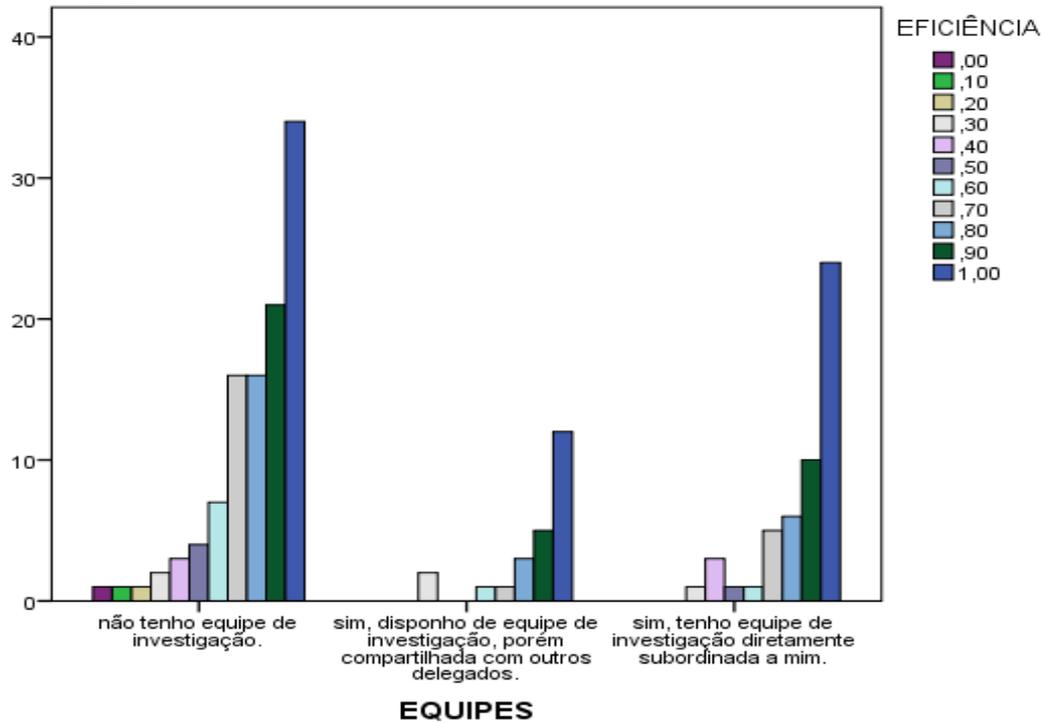
- Hipótese nula (H_0): é a hipótese que é assumida como verdade para a construção do teste. É o efeito, teoria, alternativa que se busca testar.
- Hipótese alternativa (H_1): é a considerada caso a hipótese nula não tenha evidência estatística que a defenda.
- Erro do tipo I: a probabilidade de ser rejeitada a hipótese nula quando ela é efetivamente verdadeira.
- Erro do tipo II: a probabilidade de ser rejeitada a hipótese alternativa quando ela é efetivamente verdadeira.

4.3.1 Tabulação cruzada eficiência X equipes de investigação

Feito o cruzamento dessas variáveis é possível destacar que através dos gráficos e tabelas analisadas nessa amostra os Delegados que não tinham equipe de investigação conseguiram ter uma alta eficiência, e através dos indicadores de valor T aproximado, chegou-se à conclusão de que a hipótese nula foi rejeitada por seus valores estarem compreendidos na região crítica. Assim, ao realizar o teste tau-b e tau-c de Kendall verificou-se que a hipótese nula foi rejeitada. Como em qualquer outra interpretação estatística, ressalta-se que o fato de uma afirmação ser rejeitada ou aceita, não firma a sua veracidade, ou seja, não se pode afirmar que a hipótese rejeitada é definitivamente falsa, da mesma forma que não se pode afirmar que a aceita seja definitivamente verdadeira.

Um fator importante a ser discutido é o fato dessa amostra demonstrar que apenas 28,2% de respondentes possuíam equipes de investigação subordinadas aos delegados entrevistados. Uma vez que o nível de eficiência geral é alto, não foi possível relacionar o fato de ter equipe disponível ou não como fator que influencia na eficiência, o que confirma o fato da hipótese nula ser rejeitada.

Figura 10: Cruzamento de dados entre a eficiência e a disponibilidade de equipes de investigação



Fonte: dados do Autor.

Tabela 7: Cruzamento de dados entre eficiência e equipes de investigação disponíveis.

		VALOR	ERRO PADRÃO	T APROXIMADO	CONCLUSÃO DA HIPÓTESE
TAU-B	DE	0,139	0,063	2,225	REJEITADA
KENDAL					
TAU-C	DE	0,137	0,062	2,225	REJEITADA
KENDALL					

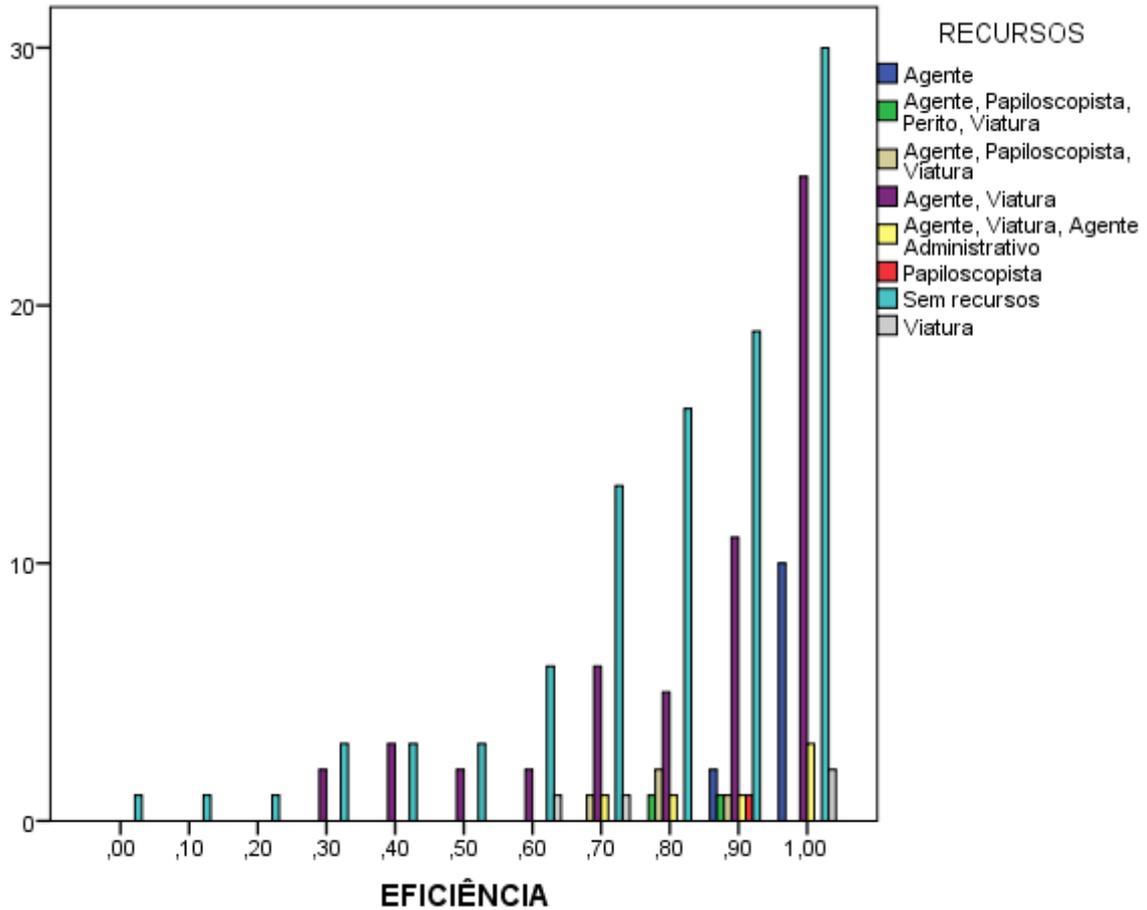
Fonte: dados do Autor.

4.3.2 Tabulação cruzada eficiência X recursos disponíveis

Foi observado através do gráfico e da tabela abaixo que mesmo dentre os delegados que possuíam 100% de eficiência existiam aqueles que declararam não ter nenhum recurso. Isso corrobora o que o teste de Kendall indicou, que não é possível observar uma ligação direta entre a eficiência e os recursos disponíveis.

É importante destacar que assim como observado com a variável escrivão vinculado, a eficiência geral da amostra já é alta, com disponibilidade de recursos e escrivão vinculados, ou não.

Figura 11: Cruzamento de dados entre eficiência alcançada e recursos disponíveis



Fonte: dados do autor.

Tabela 8: Cruzamento de dados entre eficiência e recursos disponíveis

	VALOR	ERRO PADRÃO	T APROXIMADO	CONCLUSÃO DA HIPÓTESE
TAU-B DE KENDAL	-0,162	0,060	-2,667	REJEITADA
TAU-C DE KENDALL	-0,128	0,048	-2,667	REJEITADA

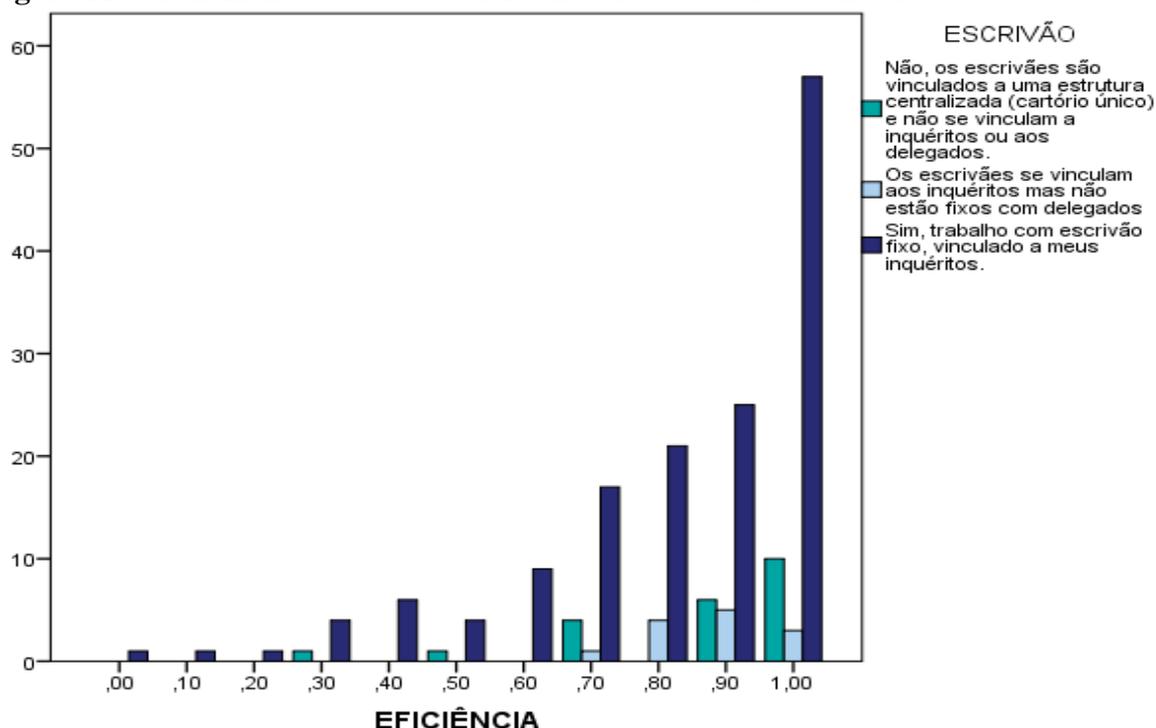
Fonte: dados do Autor.

4.3.3 Tabulação cruzada entre eficiência X escrivão vinculado

Conforme foi destacado no gráfico, a maioria dos respondentes que tiveram 100% de eficiência também tinha escrivão vinculado aos seus inquéritos policiais. Contudo é de fundamental importância analisar os níveis percentuais que foram demonstrados anteriormente; 87,9% do total de respondentes possuíam escrivão vinculado a seus inquéritos. Logo, é possível concluir que esse fator não é exclusivo de quem possui uma alta eficiência, destacado principalmente pelo fato de que mesmo aqueles poucos que não tiveram uma eficiência considerável também contavam com escrivão vinculado.

Como mencionado anteriormente, o gráfico mostra que aqueles respondentes que tiveram entre 0% e 60% de eficiência, todos tinham escrivão vinculado. Essas análises corroboram o que é visualizado na tabela de índices de Kendall, em que a hipótese nula foi rejeitada.

Figura 12: Cruzamento dos dados entre eficiência e escrivão vinculado.



Fonte: dados do Autor.

Tabela 9: Cruzamento de dados entre eficiência observada e escrivão vinculado

	VALOR	ERRO PADRÃO	T APROXIMADO	CONCLUSÃO DA HIPÓTESE
TAU-B DE KENDAL	-0,058	0,062	-0,935	REJEITADA
TAU-C DE KENDALL	-0,044	0,047	-0,935	REJEITADA

Fonte: dados do Autor

4.4 Análise das associações e testes não paramétricos

Através das correlações de Pearson, Kendall e Spearman, analisou-se a nível estatístico aquelas variáveis que tiveram correlação ou não, quando interligadas. Para a conclusão dessa análise admitiu-se que quanto mais o índice dado aproximar-se de 1, maior será seu nível de correlação. Ainda, aqueles que não possuem um indicador que seja superior a 0,6 foram interpretados de maneira a sugerir a não correlação entre as variáveis cruzadas.

As hipóteses consideradas foram:

H_0 : Há correlação significativa entre as variáveis equipes de investigação, recursos disponíveis, e escritão vinculado, quando essas são correlacionadas com a variável eficiência. Para: Índice de correlação maior ou igual a 0,6.

H_n : Não há correlação significativa entre as variáveis equipes de investigação, recursos disponíveis, e escritão vinculado, quando essas são correlacionadas com a variável eficiência Para: Índice de correlação menor ou igual a 0,6.

4.4.1 Correlação de Pearson

O coeficiente de correlação (R) pode variar entre -1 e 1. R toma o valor 1 quando os pontos (x_i ; y_i) estão justamente sobre uma reta de declive positivo. Desta forma, um aumento numa das variáveis corresponde necessariamente a um aumento na outra. R assume o valor -1 quando os pontos estão exatamente sobre uma reta de declive negativo. Nesta situação um aumento numa das variáveis corresponde a uma diminuição na outra. Estes dois casos correspondem ao máximo de associação linear que é possível observar entre duas amostras.

Conforme dito anteriormente, valores próximos à zero, demonstra que não há correlação e serão considerados nesse aspecto aqueles que obtiverem resultado menor que 0,6.

Como o principal objetivo ao fazer essa análise através do coeficiente de Pearson é verificar se com um aumento ou diminuição do sucesso e da eficiência há uma variação que se relacione com as variáveis principais desse estudo, essa análise irá demonstrar se existe alguma tendência possibilitando correlação entre elas.

Tabela 10 Correlação de Pearson

	ESCRIVÃO	RECURSOS	EQUIPES	SUCESSO	EFICIÊNCIA
ESCRIVÃO	1	0,041	0,189	0,085	0,086
RECURSOS	0,041	1	0,183	0,038	0,045
EQUIPES	0,189	0,183	1	-0,057	-0,032
SUCESSO	0,085	0,038	-0,057	1	0,958
EFICIÊNCIA	0,086	0,045	-0,032	0,958	1

Fonte: dados do Autor

Interpretando a tabela acima podemos verificar que a variável eficiência não possui correlação com a variável escritão, recursos disponíveis e equipes de investigação. Também é

possível constatar que existe uma alta correlação entre sucesso e eficiência, que embora não seja o objeto de estudo é importante para confirmarmos o fato de que essas são variáveis dependentes, e que pertencem ao mesmo grupo de ordem.

Considerando os valores destacados, concluímos que a hipótese nula é rejeitada e a alternativa aceita.

4.4.3 Correlação de Spearman

Em casos em que as variáveis não apresentem uma relação linear, mas monótona, uma alternativa ao coeficiente de correlação de Pearson é o coeficiente de correlação de Spearman. No entanto, mesmo em casos que o coeficiente de correlação de Pearson é aplicado, podemos efetuar outra análise através do coeficiente de Spearman como forma de garantir os pressupostos na realização dos testes de hipóteses a esses coeficientes.

A ideia de construção deste coeficiente é que dadas duas amostras de observação ordenáveis, substitui-se cada um dos seus valores pela sua ordem de ordenação, chamado de *rank*.

Tabela 11: Correlação de Spearman

	ESCRIVÃO	RECURSOS	EQUIPES	SUCESSO	EFICIÊNCIA
ESCRIVÃO	1	0,113	0,202	0,080	0,064
RECURSOS	0,113	1	0,330	0,021	0,016
EQUIPES	0,202	0,330	1	-0,056	-0,040
SUCESSO	0,080	0,021	-0,056	1	0,982
EFICIÊNCIA	0,064	0,016	-0,040	0,982	1

Fonte: dados do Autor

A interpretação desses resultados é semelhante ao que encontramos ao analisar o coeficiente de correlação de Pearson. Os valores demonstram que não há correlação da eficiência com as variáveis analisadas e que existe uma correspondência elevada entre as variáveis eficiência e sucesso.

Assim como na análise anterior, concluímos que a partir dos valores relatados a hipótese nula é rejeitada e a alternativa aceita.

4.4.3 Correlação de Kendall

O coeficiente de Kendall se aplica as mesmas condições do coeficiente de correlação de Spearman, portanto esse pode ser considerado uma alternativa para aquele. No entanto, é importante mencionar que existe uma vantagem nos resultados da correlação de Kendall frente à de Spearman. Em casos que a amostra tem dimensões reduzidas e valores repetidos os resultados do coeficiente de correlação de Kendall são mais precisos. Ainda, ele pode ser generalizado para correlações parciais que são correlações medidas entre duas variáveis após remoção do efeito de uma possível terceira variável sobre ambas.

Tabela 12: Correlação de Kendall

	ESCRIVÃO	RECURSOS	EQUIPES	SUCESSO	EFICIÊNCIA
ESCRIVÃO	1	0,105	0,191	0,070	0,058
RECURSOS	0,105	1	0,320	0,016	0,015
EQUIPES	0,191	0,320	1	-0,047	-0,034
SUCESSO	0,070	0,016	-0,047	1	0,927
EFICIÊNCIA	0,058	0,015	-0,034	0,927	1

Tabela 13 – Correlação de Kendall

Conforme foi constatado nas análises anteriores, não há uma correlação significativa entre as variáveis dependentes e independentes, logo rejeitamos hipótese nula e aceitamos a alternativa.

4.4.4 Teste W de Kendall

O teste de associação W de Kendall busca enunciar a associação existente entre um grupo de variáveis analisadas. Quando se tem um determinado conjunto de postos é possível que seja feita uma associação entre eles utilizando o de concordância de Kendall, W.

Tabela 14: Teste W de Kendall

POSTOS	
POSTO MÉDIO	
EQUIPES	2,87
RECURSOS	3,50
ESCRIVÃO	2,34
EFICIÊNCIA	1,29

Fonte: dados do Autor

Tabela 15: Estatística do teste W de Kendall.

ESTATÍSTICA DO TESTE	
N	181
W DE KENDALL	0,670
QUI-QUADRADO	363,539
GI	3

Fonte: dados do Autor.

Nesta análise n foi 181, logo maior que 7. Em casos como esse, em que n é maior que 7 ocorre a associação da probabilidade sob H_0 observando o valor de W em função do qui-quadrado com grau de liberdade igual à n-1. Assim, a significância é determinada pelo qui-quadrado.

Um número alto de W pode ser interpretado como padrões de correlação entre os elementos e seus postos analisados, no entanto as ordenações podem não estar coerentes, ou ainda todas incorretas, o que irá determinar isso são os fatores externos.

Neste caso, o valor de 0,67 informa o grau de concordância entre as variáveis, porém essa análise de forma isolada, sem a compreensão das que já foram feitas perde a significância.

4.4.5 Teste Kolmogorov-Smirnov

O teste de Kolmogorov-Smirnov busca examinar se uma amostra pode ser considerada procedente de uma população a qual possui uma distribuição determinada. O teste é, especificamente, indicado para distribuições contínuas.

Hipóteses em teste:

H_0 : a amostra tem uma determinada distribuição D normal;

H_1 : a amostra não tem uma distribuição D normal.

A regra de decisão utilizada partindo do grau de significância desse estudo que foi de 5%, ou 0,05. Neste caso se P-Value (P-Valor) for maior que o nível de significância, os dados apresentam distribuição normal.

Tabela 16: Estatística de Komogorov-Smirnov.

	ÍNDICE	CONCLUSÃO DA HIPÓTESE
IPL EM ANDAMENTO	0,121	Aceita H_0
IPL RELATADO	0,088	Aceita H_0
IPL INSTAURADO	0,097	Aceita H_0
MATERIALIDADE	0,166	Aceita H_0
AUTORIA	0,090	Aceita H_0
ATÍPICOS	0,166	Aceita H_0
ESCRIVÃO	0,485	Aceita H_0
EQUIPES	0,312	Aceita H_0
RECURSOS	0,270	Aceita H_0
MEMBROS	0,310	Aceita H_0
SUCESSO	0,196	Aceita H_0
EFICIÊNCIA	0,221	Aceita H_0

Fonte: dados do Autor.

Conforme os índices descobertos, de acordo com esse teste, as variáveis analisadas possuem uma distribuição normal. Vale ressaltar que uma das características do teste não-paramétrico de Kolmogorov é aceitar H_0 , daí a necessidade de fazer uma correção de significância de Lilliefors. Essa correção é indicada principalmente para amostras com tamanho maior ou igual a 30; por isso, foi utilizada nessa análise.

4.5 Resultados da questão aberta

Nesta etapa do estudo, buscou-se conhecer informações mais profundas a partir do seguinte questionamento feito aos respondentes, por intermédio de questão aberta contida no questionário: “Fale sobre as principais dificuldades que você encontra no dia a dia para

realizar suas investigações”. Dessa maneira foram encontradas respostas que discorriam a respeito dos motivos que afetavam negativamente o trabalho dos entrevistados.

Essa questão não havia sido incluída no questionário original, utilizado no pré teste. Entretanto, os delegados que participaram do pré teste apontaram a necessidade de discorrer com mais liberdade sobre as dificuldades que encontravam ao investigar, e que não se limitavam aos aspectos propostos no questionário.

A análise dos resultados foi realizada em separado, conforme segue.

4.5.1 Registro documental e análise das principais dificuldades reportadas

A tabela abaixo quantifica e expressa em frequência e percentual as dificuldades mais tocantes relatadas pelos delegados da Polícia Federal. A representatividade foi elaborada de maneira a considerar um universo de 169 respostas válidas, tendo em vista que o caráter optativo da resposta à questão aberta levou a um número de respostas inferior ao universo total de 188. Cada delegado apontou livremente as principais dificuldades por ele enfrentadas, podendo citar mais de uma, o que resultou no total de 301 citações acerca destas dificuldades alocadas nos 18 grupos acima explicitados abrangendo da falta de efetivo ao excesso de burocracia.

Tabela 17: dificuldades relatadas pelos Delegados de Polícia Federal respondentes.

Principais dificuldades relatadas pelos delegados da polícia federal	Frequência	Percentual
Insuficiência de efetivo (equipe em geral)	72	23.92%
Carência de especialização da equipe	12	3.99%
Morosidade de outros órgãos	18	5.98%
Ausência de recursos estruturais adequados	12	3.99%
Escassez de recursos técnicos	19	6.31%
Excesso do número de inquéritos	25	8.30%
Desmotivação da equipe	10	3.32%
Falta de comprometimento	11	3.65%
Problema com banco de dados e sistemas	7	2.33%
Ausência de filtro e análise básica para IPL's	14	4.65%
Problemas com verba	6	1.99%
Sobrecarga de trabalho	23	7.64%
Demora em atender ofícios e diligências	13	4.32%
Acúmulo de outras funções	8	2.65%
Insuficiência de equipe subordinada	28	9.30%
Instauração de IPL's sem materialidade	13	4.31%
Falta de experiência dos agentes	4	1.33%
Excesso de burocracia	6	1.99%
TOTAL	301	100%

Fonte: dados do autor.

As respostas obtidas apontam que a maioria dos delegados da Polícia Federal (PF) tem a insuficiência de efetivo (23,92%) e recursos técnicos e estruturais (10,3%) como a principal dificuldade, contando ainda com o fator desmotivacional e a falta de comprometimento da equipe (6,97%).

Além das dificuldades principais, diretamente ligadas ao capital humano, identificam-se similarmente adversidades na estruturação e disponibilidade de recursos adequados a execução das atividades pertinentes ao trabalho. Estes incluem número de viaturas abaixo do desejado, internet ultrapassada, equipamentos obsoletos, bancos de dados limitados, ausência de equipamentos discretos, dentre outros.

Dados todos esses entraves, um ponto negativo recorrentemente apontado pelos delegados se refere à desmotivação da equipe, o que influencia diretamente em seu rendimento no trabalho. Por outra vertente também há o excesso no número de inquéritos policiais, que muitas vezes permanecem parados enquanto aguardam análise de material, bem como os casos de instauração de inquéritos desnecessários, continuamente ocasionados pela ausência de um processo de seletividade na instauração destes inquéritos. Além do excesso na instauração desses inquéritos, também foram registrados como dificuldades as viagens a trabalho, resolução de questões administrativas e participação em missões como fatores que agravam ainda mais a falta de tempo para se dedicar aos inquéritos policiais.

A morosidade nas etapas de instauração e conclusão de um inquérito foi relatada de forma constante, abrangendo ainda a instauração do inquérito policial com a ausência da seleção de notícias de fatos, demora na realização de diligências determinadas pelos delegados, demora nas respostas de ofícios requisitando dados para auxiliar na identificação de pessoas e documentos comprobatórios de atuação, além das situações em que se faz necessário consulta a bancos de dados de outros órgãos públicos e policiais. Atraso no recebimento das informações e documentos requestados aos órgãos públicos e instituições privadas, dificuldades nas oitivas deprecadas a outras unidades e conclusão de perícias.

A Polícia Federal recebe demanda excessiva para a instauração de inquéritos com base em hipótese de crime, ou seja, sem a indicação clara de que houve delito. Isso tem promovido investigações improdutivas juntamente com o desperdício de tempo e recursos que poderiam ser aplicados a inquéritos de maior complexidade e com maior probabilidade de indicação de materialidade e autoria. Essa constatação é corroborada pelas respostas à questão referente à materialidade, que apontou em 28,8% a ausência de fato típico a investigar. Em decorrência do elevado índice de atipicidade, pode ser constatado que uma parte significativa dos inquéritos instaurados não poderá resultar em ações penais.

Outro ponto a ser considerado, refere-se a desmotivação da equipe, o que representa (3,32%), mas está atrelada diretamente a outras dificuldades, como por exemplo a falta de comprometimento (3,65%), escassez de recursos técnicos (6,31%) e estruturais (3,99%), sobrecarga de trabalho (7,64%) e excesso do número de inquéritos policiais (8,30%). Por fim, foi constatado que há muitas dificuldades que podem influenciar diretamente na motivação de toda a equipe da Polícia Federal e conseqüentemente, na eficiência.

O fator motivação para o trabalho ainda permanece como um dos grandes desafios na realidade das organizações. Apesar da existência de muitas teorias complexas, a motivação continua sendo vista com simplicidade e a ausência desta não obstante resulta em grandes prejuízos as organizações e aos indivíduos.

Para Chiavenato (1998), em uma organização as diferenças entre as pessoas devem ser sempre consideradas, no que tange à motivação, valores sociais, capacidades para atingir objetivos e outros fatores. Ele também aponta que os valores pessoais variam com o tempo, para um mesmo indivíduo. Apesar das diferenças, o processo que dinamiza o comportamento se assemelha para todas as pessoas.

A exposição à desmotivação não causa apenas insatisfação, mas estão inclusos o estresse, situações de conflito, perturbações, etc. Desta forma, percebe-se o quão satisfatório ou insatisfatório pode ser um trabalho dependendo de determinadas situações. Portanto é essencial ter conhecimento sobre os fatores que geram a motivação e conseqüentemente satisfação dessas equipes.

A motivação está relacionada diretamente com a transformação do ambiente de trabalho, principalmente por se tratar de um serviço que exige a colaboração de toda a equipe, e os trabalhos normalmente se estendem em longo prazo, o que promove a todos os envolvidos nos inquéritos a necessidade de bom relacionamento, assim promovendo maior comprometimento com a eficácia de seus locais de trabalho e evitando o aparecimento de doenças psicossomáticas provenientes da insatisfação e desmotivação no trabalho.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apontar critérios de mensuração de eficiência da investigação policial realizada através do Inquérito Policial, no Brasil, em especial no âmbito da Polícia Federal. Adicionalmente, foi realizada a medição da eficiência segundo esses critérios, e a verificação de possíveis fatores que poderiam afetar positiva ou negativamente o resultado das investigações.

Embora o inquérito policial tenha a finalidade, estabelecida no Código de Processo Penal, de indicar se houve ou não crime, e a partir dessa primeira constatação quem foi o responsável pelo fato investigado, as críticas ao modelo são realizadas a partir das denúncias ou condenações geradas, e não do atingimento dessas finalidades. A denúncia só pode ser apresentada pelo Ministério Público se o inquérito apontar indícios suficientes de materialidade (existência de fato criminoso) e autoria (existência de alguém a ser responsabilizado pelo fato criminoso). Se o inquérito constatar que não houve crime, por qualquer razão, ou se for apurado que, havendo crime, não há quem possa ser responsabilizado – o autor é menor de idade, por exemplo – não se pode esperar uma condenação decorrente das conclusões do inquérito. Nesses casos, embora o inquérito tenha atingido seus objetivos, será classificado como ineficiente conforme os critérios expostos.

Muitas vezes há a percepção, por parte da polícia ou da própria vítima de que a investigação do delito não é econômica: os recursos necessários para a determinação da autoria superam, em muito, o valor do crime. Quando a vítima tem essa percepção, ela sequer levará o fato ao conhecimento das autoridades. No Brasil chama-se “cifra negra” aos fatos que não são investigados por não terem sido informados à polícia. Muito se especula quanto ao volume da cifra negra. Também pode o fato ser levado ao conhecimento da polícia, mas, por ser de pouca monta e frente aos recursos escassos disponíveis, sua investigação ser relegada a segundo plano. A legislação brasileira não contempla esses casos. A polícia não pode, legalmente, deixar de investigar um crime por ele ser de pouca monta ou não despertar interesse da sociedade.

Com base nas informações obtidas no presente trabalho, compreendendo 188 respostas em um universo de 1571 possíveis respondentes, é possível concluir que existem dificuldades quanto à instrumentalização executada através de questionário, pois embora esse instrumento seja impessoal e de fácil acesso tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado, a utilização dele se torna vulnerável às disposições do respondente e isso pode interferir na quantidade de dados coletados.

Por meio da análise quantitativa foi constatado que a eficiência dos inquéritos policiais não está relacionada com as variáveis pré-estabelecidas no questionário, aquelas definidas como as variáveis independentes, portanto nos testes realizados a hipótese nula foi rejeitada e a alternativa aceita. No que diz respeito ao teste de Kolmogorov Smirnov foram aceitas as hipóteses nulas, pois essa possuía uma proposição diferente das anteriores, uma vez que esse teste tinha o objetivo de testar se aquela era uma distribuição normal, e isso foi comprovado nos índices.

Ressalta-se que esse resultado encontra abrigo no que foi verificado pela Rand Corporation, que apontou que o principal fator para a solução de um crime é a capacidade de identificação do criminoso pela vítima.

Por conseguinte, a partir dos índices expostos pelos resultados dos testes é possível afirmar que esta foi uma distribuição normal, que rejeitando a hipótese nula, tem como resultado o fato de que equipes de investigação, recursos disponíveis e escrivão vinculado não interferem na eficiência dessa amostra.

Na questão aberta foi possibilitada a análise sobre os fatores que visam a busca por maior eficiência dos inquéritos, e que justificassem o fato da hipótese nula ser rejeitada, viabilizando a hipótese alternativa, que foi aceita. Desta forma identificou-se que a motivação está atrelada a todas as outras variáveis, pois se a equipe estiver sem a estrutura adequada para realizar suas atribuições, houver excesso de trabalho e sobrecarga de atividades devido à insuficiência de membros para atender a toda a demanda é evidente que essa equipe terá maiores chances de estar desmotivada.

Isto posto, foi constatado que mesmo quem apresentou um baixo nível de eficiência na solução de inquéritos dispunha de recursos, equipes de investigação, e/ou escrivão vinculado, o que não permitiu associar a disponibilidade desses recursos com a eficiência da investigação. Isso corrobora os resultados derivados da análise da questão aberta, que mostram que a motivação, o empenho dos membros da equipe, a afinidade com o tipo de inquérito a solucionar, a região de trabalho, dentre outros, são os fatores que podem explicar a maior ou menor eficiência.

A inclusão de um segundo critério de eficiência, na forma de um estudo de benefício/custo também se revela importante. Isso porque, como foi visto, o conceito de eficiência relaciona os produtos com os custos de um processo. Assim, ainda que o produto buscado pelo inquérito policial – determinação de autoria e materialidade – não tenha sido obtido, é possível argumentar que esse foi o resultado mais eficiente, em razão do alto custo

da busca da verdade real em comparação com o pequeno benefício da persecução penal instaurada para apurar uma eventual bagatela.

Dessa forma é possível concluir que os critérios utilizados na literatura consultada, quando esta aborda a avaliação dos resultados obtidos pela polícia na investigação criminal, não são adequados para julgar a eficiência do inquérito policial, pois não levam em consideração os limites estabelecidos em lei para a obtenção de resultados no inquérito, utilizando indicadores de avaliação com viés que mascara a real eficiência da investigação. Verifica-se assim que a parca pesquisa disponível em investigação policial no Brasil não contextualiza os dados obtidos neste trabalho.

Será necessário ainda superar a questão de qual relação benefício custo mínima esperada deve ser utilizada para justificar a investigação, bem como em quanto o custo real verificado no desenvolvimento da investigação poderia superar o custo esperado estabelecido em seu início para justificar eventual encerramento desta, antes de determinada a autoria ou a materialidade do fato

Nesta pesquisa houve dificuldade em identificar as variáveis que influenciam na construção do sucesso das investigações, para assim sugerir e aperfeiçoar aquelas que podem tornar o trabalho mais eficiente.

A contar com as circunstâncias em que os questionários foram aplicados não foi possível uma interação mais próxima entre o pesquisador e os respondentes, devido às limitações geográficas, portanto na maioria dos casos a relação foi estabelecida através das mídias sociais – email e grupo de discussão da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no aplicativo Telegram, que encaminharam os voluntários ao questionário construído em Google Docs. O ponto negativo foi a necessidade de relembrar constantemente sobre a relevância do estudo e da importância da contribuição dos delegados.

Por possuir uma questão de pesquisa aberta a as respostas nela foram bastante abrangentes mas chegaram no ponto de saturação, ou seja, embora em uma pesquisa qualitativa os entrevistados possuam diferentes pontos de vistas e realidades distintas, chega-se a um momento onde fica explícito que as opiniões começam a se repetir e conseqüentemente as respostas dadas seguem um mesmo padrão, utilizando as mesmas palavras ou sinônimos que expressam ideias semelhantes. Não se pode descartar que quanto maior a amostra, maiores as possibilidades de surgirem novas ideias relatadas pelos entrevistados, mas também há de se considerar que a repetição dessas respostas fundamenta que as categorias estarão bem estabelecidas e faz-se possível a conclusão.

A alta eficiência obtida, quando utilizado o critério proposto neste trabalho, pode ser o fator que mascara a verificação da influência dos recursos alocados no sucesso das investigações. A investigação dessa influência necessita que sejam incorporados outros fatores na análise, como o tempo decorrido em cada investigação e o valor dos recursos alocados em comparação com o resultado obtido.

Chama a atenção a constatação de que 28,8% dos fatos investigados são atípicos. Isso indica a clara necessidade de selecionar os fatos a ser investigados na entrada da notícia de fato no âmbito da Polícia Federal. Esse índice significa que quase um terço do trabalho desenvolvido é a princípio desnecessário, o que tem impacto no desempenho geral das investigações, por representar a utilização de recursos que seriam melhor alocados se não fossem instaurados esses inquéritos.

Finalmente, são medidas passíveis de adotar pela administração a inclusão, no questionário que é preenchido por delegados ao encerrar as investigações de um inquérito com seu Relatório de questão sobre a tipicidade do fato, visto que o questionário pergunta se foi encontrada materialidade, mas não questiona a tipicidade, que é conceito juridicamente diverso, incluir o tempo de trâmite do inquérito policial, o lapso temporal entre a consumação do fato e a instauração da investigação, os recursos utilizados na investigação e uma estimativa das horas de trabalho dispendidas pelo Delegado e pela equipe de apoio naquela investigação. Assim será possível em âmbito interno testar o eventual filtro de entrada, que deveria ser a análise inicial para evitar a instauração de investigações sobre fatos não definidos como delitos, bem como verificar a eficiência da investigação utilizando uma medida de custo dela em relação ao grau de importância do delito investigado.

6. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP**, Rio de Janeiro, n. Edição Especial Comemorativa 1967-2007, p. 67-86, 2007.

ALVES, C. A. Jus navigandi. **Inquérito policial: sua eficiência e seu papel como meio de preservação dos direitos e garantias fundamentais e a importância das atividades desenvolvidas pela autoridade policial.**, maio 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/28373/inquerito-policial-sua-eficiencia-e-seu-papel-como-meio-de-preservacao-dos-direitos-e-garantias-fundamentais>>. Acesso em: 13 fevereiro 2015.

AZEVEDO, R. G.; VASCONCELOS, F. B. O inquérito policial em questão - situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, Jan/abr 2011. ISSN 0102-6992.

BABBIE, E. **Survey research methods**. [S.l.]: Wadsworth, 1990. ISBN 0-524-12672-3.

BERTERO, C. O. et al. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 181-196, março 2013.

BORGES, J. E. V.; ALMEIDA, A. L. Memória: inquérito policial: dados probatórios de sua eficácia. **FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais**, 2010. Disponível em: <<http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/28741>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BRASIL. **Guia Referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Brasília., p. 113. 2009.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASTELLAN JR, J. N.; SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CHIAVENATO, I. **Os novos paradigmas**. [S.l.]: Manole Ltda, 1998.

CHURCHILL JR, G. A. A paradigm for developing better measures of marketing constructs. **Journal of Marketing Research**, v. XVI, p. 64-73, Fevereiro 1979.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Método de Pesquisa em Administração**. 7ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COPPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Método de pesquisa em administração**. 7ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DEAN, G.; FAHSING, I. A.; GOTTSALK, P. Profiling police investigative thinking: A study of police officers in Norway. **International Journal of the Sociology of Law**, v. 34, p. 221-228, 2006. ISSN 0194-6595.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 25ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. D. C. B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. 1ª. ed. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 35-37.

DUARTE, L. L. D. A. Uma breve análise sobre o inquérito policial brasileiro. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XVI, n. 114, julho 2013. ISSN ISSN 1518-0360.

GLOMSETH, R.; GOTTSALK, P.; SOLLI-SAETHER, H. Occupational culture as determinant of knowledge sharing and performance in police investigations. **International Journal of the sociology of Law**, v. 35, p. 96-107, 2007. ISSN 0194-6595.

GOTTSALK, P.; HOLGERSSON, S. Stages of knowledge management technology in the value shop: the case of police investigation performance. **Expert Systems**, Londres, v. 23, n. 4, p. 183-193, setembro 2006.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal - Parte Geral**. 14ª. ed. Niteroi: Impetus, v. 1, 2011.

GRECO, R.; BITTENCOURT, C. **Direito Penal**. 1ª. ed. Sao Paulo: Abril, v. II, 2014.

HAIR, J. F. E. A. **Análise multivariada**. [S.l.]: [s.n.], 2009.

HATT, P. K.; GOODE, W. S. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972.

JIMENEZ, A. M. P. **La formación del profesorado de ciencias y matemáticas en España y Portugal**. Departamento de Didactica de las Ciencias, Universidad de Extremadura. [S.l.]. 1995.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EDUSP, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados**. São Paulo: Atlas, 1999.

LARSON, R. **Estatística aplicada**. 2ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LOPES JR., A. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSSIN, H. A. **Compêndio de Processo Penal**. 1ª. ed. Barueri: Manole, 2010.

NACHMIAS, C.; NACHMIAS, D. **Research methods in the social sciences**. Londres: Arnold, 1996.

NELSON, J. R.; THOMAS, J. R.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PALMIOTTO, M. J. **Criminal Investigation**. 4ª. ed. Boca Raton: CRC Press, 2013.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of Management information Systems**, v. 10, n.2, p. 75-105.

SAMPIERI, R. H. E. A. **Metodologia de la investigacion**. Cidade do México: McGraw-Hill, 1991.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do consumidor**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro., v. 2, n. 43, p. 347-369, março/abril. 2009.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Dados de observação e de arquivo. In: _____ **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de MMH D´OLIVEIRA. [S.l.]: [s.n.], v. 2, 1987. p. 95-120.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4ª. ed. Florianópolis.: UFSC, 2005.

TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. **Curso de Direito Processual Penal**. 8ª. ed. Salvador: JusPodium, 2013.

TOURINHO FILHO, F. D. C. **Processo Penal**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2012.

APÊNDICE A

Questionário aplicado na pesquisa:

PF Ipl

Pesquisa de resultados em IPL

* Required

1. Qual seu número de matrícula? *

2. Qual seu Estado de lotação? *

Mark only one oval.

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo

- Sergipe
 Tocantins

3. Qual sua Classe?

Mark only one oval.

- Classe Especial
 Primeira Classe
 Segunda Classe
 Terceira Classe

4. Quantos inquéritos você tem hoje? (obtenha os dados no SISCART, aba Relatórios, opção "Relatórios - Estatística de produção por Autoridade Policial", coluna IPLs em Andamento) *

5. Quantos inquéritos você relatou em 2015? (obtenha os dados no SISCART, aba Relatórios, opção "Relatórios - Estatística de produção por Autoridade Policial", coluna IPLs Relatados - lembre-se de preencher as datas inicial 01/01/2015 e final 31/12/2015 para a pesquisa!) *

6. Quantos inquéritos você instaurou em 2015? (obtenha os dados no SISCART, aba Relatórios, opção "Relatórios - Estatística de produção por Autoridade Policial", coluna IPLs Instaurados - lembre-se de preencher as datas inicial 01/01/2015 e final 31/12/2015 para a pesquisa!) *

7. Nos últimos dez inquéritos relatados por você, em quantos foi estabelecida a materialidade? *

8. Nos últimos dez inquéritos relatados por você, em quantos foi estabelecida a autoria? *

9. Fale sobre as principais dificuldades que você encontra no dia a dia para realizar suas investigações

10. Você conta com escrivão vinculado a seus inquéritos? *

Mark only one oval.

- Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.
- Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.
- Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão fixos com delegados

11. Você tem equipe de investigação? Como a equipe está subordinada a você? *

Mark only one oval.

- sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.
- sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.
- não tenho equipe de investigação. *After the last question in this section, stop filling out this form.*

APÊNDICE B.

Planilha de respostas à pesquisa.

Tempo	número de matrícula	lotação?	Classe	IPL em Andamento	IPLs Relatados 2015	IPLs Instalados 2015	Materialidade (últimos 10 IPL)	autoridade (últimos 10 IPL)	principais dificuldades	escritório fixo?	equipe de investigação?	recursos disponíveis.	membros na equipe
2/22/2016 8:38:03	14889	Alagoas	Primeira Classe	81	129	67	10	4	Demora para receber resposta de outros órgãos, de cartas predatórias e perícias. Falta de policiais especializados em inteligência policial.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4
2/22/2016 8:46:32	15455	Alagoas	Primeira Classe	160	58	31	5	4		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4

										<p>Falta de agentes comprometidos para cumprir as diligências determinadas.</p> <p>Toda a delegacia só possui 18 agentes para todas as atividades (plantão, sinarm, numig, etc.)</p> <p>Falta de profissionais para analisar documentação.</p> <p>Excesso de inquéritos instaurados para apurar crimes que nunca terão a autoria conhecida.</p> <p>Desconhecimento de inúmeros sistemas que ajudam na investigação, pois esse tipo de informação não é ensinado na ANP.</p>								
2/22/2016 9:02:58	19464	Tocantins	Terceira Classe	60	93	25	10	6		<p>Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.</p> <p>não tenho equipe de investigação.</p>	Viatura	0						

2/22 /201 6 9:53 :05	170 55	Rio de Janei ro	Pri mei ra Cla sse	160	50	58	6	3	<p>falta de equipe de investigação, falta de bancos de dados diversificados para pesquisas (os poucos que são disponíveis ficam concentrados com alguns servidores), falta de servidores na unidade, equipamentos obsoletos (principalmente os computadores e viaturas), rede de "internet" absurdamente ultrapassada e lenta, falta de outras ferramentas para efetivação das diligências (ex. filmadoras, máquinas fotográficas e "smartphones"), inexistência de verba para custeio de diligências sigilosas, cancelamento de contratos com empresas terceirizadas (com isso sobrecarreg</p>	<p>Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.</p>	<p>não tenho equipe de investigação.</p>	Nenhum.
----------------------------------	-----------	--------------------------	--------------------------------	-----	----	----	---	---	---	--	--	---------

									ando os poucos servidores administrativos), entre outras, entre outras.				
2/22/2016 10:32:36	8689	Santa Catarina	Primeira Classe	90	68	56	6	2	Acúmulo de outras funções além de Polícia Judiciária e falta de equipe especializada em combate a desvio de recursos públicos e corrupção	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/22/2016 11:42:42	9555	Alagoas	Classe Especial	142	61	39	6	3	Efetivo reduzido, pouca capilaridade	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	3
2/22/2016 12:09:13	16159	Minas Gerais	Primeira Classe	296	68	112	7	7	Demora no atendimento a ofícios, na realização de diligências pelos agentes e na elaboração	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a	sim, tenho equipe de investigação diretamente	Agente	2

										de laudos periciais, em especial de engenharias, pelo SETEC	meus inquéritos.	subordinada a mim.		
2/22/2016 15:19:57	16713	Amazons	Segunda Classe	120	103	80	6	6	Falta de agentes subordinados a mim (não sou chefe), excesso de inquéritos, inquéritos irrelevantes que são instaurados apenas por insistência do MPF, perda de tempo cumprindo cotas de ipls relatados onde não vislumbro sequer materialidade	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.			
2/22/2016 16:45:37	20.039	Acre	Terceira Classe	43	46	29	10	10	Morosidades na obtenção de respostas quanto aos ofícios, falta de celeridade pericial por parte do SETEC, falta de experiência por parte dos agentes (região de fronteira são novatos)	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhamos com outros delegados.	Agente	5	

										s.			
2/22 /2016 18:16:06	9284	Minas Gerais	Classe Especial	130	98	109	5	5		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente	2
2/23 /2016 11:01:43	14.164	Paráíba	Classe Especial	11	38	20	4	4	Ausência de equipe de investigação diretamente vinculada a mim.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente, Viatura	9
2/23 /2016 11:19:00	11082	Rio Grande do Norte	Classe Especial	141	48	79	0	0	Falta de gabinete de investigação.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0

2/23 /201 6 13:1 6:29	821 7	Goiá s	Classe Esp eci al	58	30	18	10	7	Em razão do exercício da Chefia da Delegacia, diversas outras tarefas demandam atenção e tempo, concorrentes com a presidência de feitos. Ademais, em 2015 houve uma forte carência de escrivães (já solucionada para este ano) e de delegados nesta unidade, gerando atraso nas investigações desta unidade. Ressalto que o nº de feitos que conduzo é inferior ao dos demais delegados desta unidade, justamente em razão do exercício da função de Chefe e das demais atribuições que me são decorrentes dessa situação.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	Agente, Papiloscopista, Viatura
2/23 /201 6 14:5 6:54	183 96	Rio de Janei ro	Segun da Classe	101	159	70	6	3	Localização dos intimados a serem ouvidos.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado	não tenho equipe de investigação.	Nenhum

										a meus inquéritos.			
2/23/2016 16:01:53	17759	Pará	Primeira Classe	117	119	72	10	3	Falta de pessoal para análise de documentos e excesso de oitivas.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/23/2016 21:37:44	10843	São Paulo	Classe Especial	120	75	70	8	7	Excesso de redistribuições de cargas motivadas por constantes viagens de Delegados lotados na unidade policial.	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		
2/24/2016 0:37:22	18230	Acre	Terceira Classe	113	85	50	9	8	Falta de analistas, falta de viatura, falta de verba, falta de material de espionagem (inteligência)	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado	não tenho equipe de investigação.		0

									e burocracias administrativas impostas pela corregedoria e pelo SR	a meus inquéritos.			
2/24/2016 9:25:46	9013	Rio de Janeiro	Primeira Classe	95	14	40	10	10	Falta de agentes policiais e peritos subordinados diretamente à autoridade policial.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente	1
2/24/2016 9:35:06	10968	Santa Catarina	Classe Especial	41	13	24	9	7	Falta de verbas para compra de ferramentas de investigação.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação direta e subordinada a mim.	Agente, Papiloscopista, Perito, Viatura	6
2/24/2016 9:40:04	10818	Minas Gerais	Classe Especial	19	20	13	8	8	Ausência de evolução dos mecanismos de investigação, especialmente na parte telemática. Ex.: Impossibilidade de Interceptação de Aplicativos de conversas instantâneas	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação direta e subordinada a mim.	Agente, Viatura, Agente Administrativo	15

2/24 /201 6 10:1 9:22	160 49	Rio de Janei ro	Ter ceir a Cla sse	167	63	43	5	5	Quantidade de inquéritos, reduzido número de investigador es para cumprir diligências.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meu s inqu érito s.	sim, tenho equip e de invest igaã o direta ment e subor dinad a a mim.	Agent e	Dois agente s. Mas no decorr er de 365 dias, a equipe perma nece trabalh ando conjun tament e por pouco s meses , eis que são convo cados para viagen s a outros Estad os, realiza m serviç os no interes se da Deleg acia, licenç a- capaci tação, licenç a médic a, férias. Como se não houve sse efetiva mente equipe de investi gação.
-----------------------------------	-----------	--------------------------	--------------------------------	-----	----	----	---	---	--	---	---	------------	--

2/24/2016 10:30:13	13.874	Bahia	Primeira Classe	89	76	38	9	2	Completa desmotivação e despreparo por parte dos agentes, além da precariedade e de recursos técnicos e infraestrutura para desempenho de tarefas investigativas.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/24/2016 10:35:59	17810	Rio Grande do Sul	Primeira Classe	10	35	34	7	4		Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão fixos com delegados.	não tenho equipe de investigação.		
2/24/2016 10:46:47	10982	São Paulo	Classe Especial	120	72	84	10	10	A demora do MPF para se manifestar em medidas cautelares requisitadas pelo delegado	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 10:51:37	17058	Sergipe	Primeira Classe	31	39	19	7	5	Agilidade na resposta a requisições de outros órgãos.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado	sim, disponho de equipe de investigação,	Agente, Papiloscopista, Viatura	6

										a meus inquéritos.	porém compartilhada com outros delegados.		
2/24/2016 10:52:02	17141	Santa Catarina	Primeira Classe	22	127	72	4	4	dificuldades na obtenção de servidores para colaborar nas investigações, além de poucos, menor quantidade ainda não está comprometida com a investigação	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/24/2016 11:00:51	17827	Tocantins	Primeira Classe	69	71	80	8	7	FALTA DE SELETIVIDADE NAS INVESTIGAÇÕES, FALTA DE EFETIVO, FALTA DE ESTRUTURA, FALTA DE COLABORAÇÃO DE ENTES (ATENDIMENTO REQUISIÇÕES)	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente	2
2/24/2016 11:01:43	19107	Mato Grosso do Sul	Terceira Classe	72	109	88	3	3	Excesso de trabalho, falta de servidores de todas as áreas, falta de seletividade nas instaurações, o que gera uma grande quantidade	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos	não tenho equipe de investigação.		0

									de procediment os improdutivos	s.			
2/24 /201 6 11:0 1:45	198 27	Para ná	Ter ceir a Cla sse	127	21	21	8	10	Falta de equipe de investigação . Qualquer diligência deve ser solicitada ao NO, o qual encontra-se com um pouco número de agentes, o que faz que a informação demore um pouco a ser produzida, ou a má qualidade dela, tendo em vista a falta de comprometi mento de alguns. O escrivão faz parte do cartório único, e não fica vinculado ao IPL. Assim, se quiser alguma informação, tenho que fazer eu mesmo. Na última reunião, os escrivães passara a assumir maiores responsabili dades. Novos agentes passaram a integrar o NO. A	Não, os escri vães são vincu lado s a uma estru tura centr aliza da (cart ório únic o) e não se vincu lam a inqu érito s ou aos dele gado s.	não tenho equip e de invest igaçã o.		

									tendência é melhorar.				
2/24/2016 11:12:48	19399	Mato Grosso	Terceira Classe	85	109	89	6	6	Falta de estrutura de apoio para análise de dados e equipe de investigação	Não, os escritos são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 11:14:03	16634	São Paulo	Primeira Classe	299	85	48	10	0	Grande número de inquéritos, ausência de equipe própria e demora no recebimento de informações da CEF (principal vítima dos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		zero

									inquéritos instaurados na DELEPAT/S P).	éritos.			
2/24/2016 11:17:12	16261	São Paulo	Primeira Classe	60	64	65	9	6	Demora no cumprimento de cartas precatórias e também na expedição de laudos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 11:21:37	8067	Santa Catarina	Terceira Classe	22	42	15	8	8	Falta de uma equipe de investigação vinculada ao gabinete;	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		0

2/24/2016 11:58:01	17691	São Paulo	Primeira Classe	170	34	29	7	7	O acúmulo de serviço, com diversas funções também de cunho administrativo, como ser responsável pela Comunicação Social da delegacia e ainda fazer parte do Conselho Anti-drogas do Município. Quanto à investigação em si, vislumbro demoras em recebimento de ofícios expedidos para diferentes órgãos públicos, impossibilitando de realização de trabalho externo e ausência de comprometimento dos envolvidos na investigação para o seu melhor deslinde.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus interesses.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 13:13:00	7892	Ceará	Classe Especial	140	34	50	10	4	Equipe desmotivada, e demandada a todo momento por outras atividades da Superintendência.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus interesses.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	O7

										s.			
2/24 /2016 13:16:32	17135	Bahia	Primeira Classe	107	32	23	8	8	Falta de equipe, falta de sistema integrado, falta de recursos, sobreposição de atividades (presidir inquéritos, operações, processo disciplinar)	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente, Viatura	5 Agentes, compartilhados com outros 3 delegados
2/24 /2016 13:53:33	19670	Santa Catarina		46	45	48	9	8	Demora na resposta de demandas externas (ofícios encaminhados a outras instituições); excesso de tempo gasto em diligências acessórias (simples despachos de renovação de prazo e semelhantes); excesso de tempo para atendimento de demandas do NO; ausência de estagiário/assessor para realização de peças simples (modelos);	Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão o fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		
2/24 /2016 13:5	17678	Espirito Santo	Primeira Classe	47	28	17	5	5		Sim, trabalho com	sim, tenho equipe de	Agente, Viatura	2

8:53			sse							escrivo fixo, vinculado a meus inqueritos.	investigação diretamente e subordinada a mim.		
2/24 /2016 14:25:35	17633	Minas Gerais	Primeira Classe	48	112	31	5	3	Falta de recursos humanos, estruturais e financeiros. Falta equipe de investigação, instalações de trabalho adequadas e recursos, sem contar os sobreavisos mensais que são ilegais e acabam por nos impedir de desfrutar do merecido descanso	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inqueritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24 /2016 14:38:56	16263	Pará		157	51	50	3	3	Falta de efetivo. Muito lpl p pouco DPF.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inqueritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4
2/24 /2016 14:40:58	10852	Distrito Federal	Classe Especial	38	36	11	7	6	dificuldade de acesso às fontes abertas e fechadas, por conta das limitações impostas pela própria CGTI	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada	Agente, Viatura, Agente Administrativo	Na verdade, sou o único delegado lotado na Delegacia Especial

										inquéritos.	a a mim.	alizada que chefiou. A Delegacia é grande, com mais de 60 servidores. Desta feita, tenho a colaboração de 5 APFs para realização das diligências que determino. Sei que minha situação é privilegiada e não reflete a realidade da Polícia federal	
2/24/2016 15:49:34	16504	São Paulo	Primeira Classe	9	16	7	8	7	Trabalho em uma base GISE. Atualmente as principais dificuldades é a falta de analistas e os impecilios no poder judiciário	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4

2/24/2016 16:28:11	19541	Rio Grande Sul	Terceira Classe	35	127	56	8	2	Falta de pessoal	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 16:41:57	9069	Ceará	Classe Especial	37	29	14	10	9		Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	21
2/24/2016 16:43:30	10431	Goiás	Classe Especial	110	51	52	9	5	Falta de equipe	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/24/2016 16:53:35	12882	Amazons	Terceira Classe	218	53	84	5	4	Falta de recursos básicos(toner de impressora e conexão de rede);	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Papiloscopista	3

2/24 /201 6 17:2 2:14	163 85	Santa Catarina	Primeira Classe	99	108	106	4	4	Falta de policiais que tenham conhecimento sobre a investigação e comprometimento com o seu resultado para realizar as diversas diligências necessárias. Grande número de requisições de instauração de inquérito policial de casos similares que já foram arquivados (inquéritos cujo destino necessariamente é o arquivamento). Grande número de cotas ministeriais sem qualquer necessidade para a formação da 'opinio delict' (cotas que dão a impressão de ter o objetivo de protelar eventual pedido de arquivamento ou de fazer constar em estatísticas requisição de complementação de diligências).	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.
-----------------------------------	-----------	-------------------	--------------------	----	-----	-----	---	---	--	---	-----------------------------------

2/24 /201 6 17:4 9:54	20. 061	Ama pá	Ter ceir a Cla sse	122	53	74	8	8	<p>Falta de tempo para trabalhar com tantas funções (oitivas, sobreaviso, missões, etc.).</p> <p>Acredito que atualmente exista uma grande escassez de Delegados no DPF. Eu lido com desvio de recursos públicos, crimes financeiros e um pouco de defaz. Na minha opinião o ideal seria que cada Delegado "tocasse" no máximo 50 IPL cada um. Dessa maneira as investigações serão de melhor qualidade (já que serão realizadas com maior cuidado e atenção), bem como sobrar tempo para realizar operações.</p>	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilho com outros delegados.	Agent e	5
-----------------------------------	------------	-----------	--------------------------------	-----	----	----	---	---	---	---	--	------------	---

										Demora na resposta por parte de órgãos e entidades públicos.				
2/24/2016 18:49:10	17799	Alagoas	Primeira Classe	78	76	55	10	10	Falta de gente pra diligenciar em campo	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura		4
2/24/2016 20:02:23	19155	Amazons	Terceira Classe	115	55	48	8	6	As principais dificuldades são: => conciliar a chefia de uma Delegacia Administrativa com a presidência de mais de 100 IPL's; => baixo número de APF's lotados na Delegacia, os quais também têm que desempenhar trabalhos administrativos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura		2

2/24/2016 21:49:53	19132	Mato Grosso do Sul	Terceira Classe	50	95	61	9	9	Excesso de trabalho e falta de estrutura	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	sim, disposto de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente	Não tem escrivão
2/24/2016 22:31:57	9903	Maranhão	Primeira Classe	80	27	35	10	7	Falta de equipe de investigação vinculada ao delegado; efetivo baixo	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/25/2016 10:15:00	13430	Minas Gerais	Primeira Classe	86	124	86	8	7	Excesso de serviço, cumulado com sobrados de 7 dias por mês, e viagens a serviço.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

2/25 /2016 11:04:21	15000	Rio de Janeiro	Pri mei ra Cla sse	120	42	37	8	6	Falta de efetivo e de materiais	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Papiloscopista, Viatura	3
2/26 /2016 10:46:39	9171	Paraná	Pri mei ra Cla sse	179	196	192	10	8	Acúmulo de serviço, não possibilita que investigações (boas) sejam aprofundadas.	Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão o fixos com delegados.	não tenho equipe de investigação.	Não se aplica	
2/26 /2016 11:16:52	10945	Minas Gerais	Cla sse Esp eci al	150	83	31	10	8	Falta de uma equipe de investigação e carga de trabalho muito acima do desejável.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
2/26 /2016 11:52:41	17718	Mato Grosso	Pri mei ra Cla sse	61	89	92	9	8	Acredito que a maior dificuldade enfrentada no momento é grande demora na conclusão de laudos periciais e a demora no	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura	não tenho equipe de investigação.		

									cumprimento dos memorandos pelo núcleo de operações.	centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.			
2/26/2016 11:55:01	19307	Paraná	Terceira Classe	30	279	144	10	10	Acesso a sistemas e base de dados de outros órgãos / instituições.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	14
2/26/2016 12:09:23	15175	Paraná	Primeira Classe	6	10	10	4	4	Demora de cartas precatórias	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	9
2/26/2016 12:48:50	19627	Rio de Janeiro	Terceira Classe	93	113	40	8	8	Falta de efetivo suficiente para cumprimento das diligências; demora na obtenção de informações requisitadas.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meu	sim, disponho de equipe de investigação, porém	Agente	2

										s inqu érito s.	comp artilha da com outros deleg ados.		
2/26 /201 6 13:1 1:48	196 76	Amaz onas	Ter ceira Classe	380, mais a CRG E	63	37	5	3	falta de pessoal, excesso de trabalho (500 IPL's)	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meus inqu érito s.	não tenho equip e de invest ição.	Agent e, Viatura	Em 2015, apena s 1 APF, totaliz ando 3 memb ros
2/26 /201 6 13:4 2:57	197 70	Acre	Ter ceira Classe	87	44	64	7	7	1- Determinaçã o de instauraçã o de ipl por fato atípico ou por fatos que não são da atribuiçã o da investigação da PF. 2- Escassez de viaturas e equipament os de investigação (microcameras, etc). 3- Pouco efetivo lotado na delegacia que também é escalado em outras missões da SR.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meus inqu érito s.	sim, tenho equip e de invest ição o direta ment e subordinad a a mim.	Agent e, Viatura	2

									necessária ante a "falta de experiência" (não necessariamente prática, mas principalmente teórica ou com exercícios sobre a atividade investigativa abordando o tema) da autoridade policial na área.				
2/26/2016 18:28:58	17028	Distrito Federal	Primeira Classe	0	0	0	0	0	Atualmente não presido lpls.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
2/26/2016 18:58:41	9511	Minas Gerais	Classe Especial	270	78	69	10	8	Baixo efetivo, veículos obsoletos e pessoal desanimado.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4
2/26/2016 19:09:54	16319	Rio de Janeiro	Primeira Classe	350	138	20	8	4	A) Falta total de prerrogativas; B) Autoridade somente para	Sim, trabalho com escrivão fixo,	não tenho equipe de investigação.		

									incômodos/responsabilidades e não para cômodos (garantias e respeito); C) Total ausência de incentivo pelo DPF para estudo	vinculado a meus inquéritos.			
2/26/2016 21:50:54	17078	Mato Grosso do Sul	Primeira Classe	70	38	42	8	7	Nas descentralizadas são vários os temas a serem investigado.. requer maior tempo de análises aos casos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		prejudicado
2/27/2016 13:46:12	19168	Rondônia	Terceira Classe	55	81	32	9	6	Dificuldades apenas relativas aos próprios ipl, pois a estrutura da dre e do gise são bastante satisfatórias e os pleitos, na medida do possível, são sempre atendidos, embora a parte burocrática dificulte de sobremaneira os trabalhos.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação direta e subordinada a mim.	Agente, Viatura, Agente Administrativo	13
2/28/2016 18:31:15	19079	Roraima	Terceira Classe	73	37	32	6	5	Falta de estrutura e recurso. Falta de mobiliário, de computador (apenas 2 para 5 policiais), equipment	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meu	sim, tenho equipe de investigação direta e subor	Agente, Viatura	4 (3 agentes + 1 terceirizado)

									os como câmeras e filmadoras.	s inquéritos.	dinâmica.		
2/29/2016 9:21:11	19242	Rondônia	Terceira Classe	90	103	78	7	7	Lapso temporal do fato é investigação	Os escritos vinculados aos inquéritos mas não estão fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		0
2/29/2016 10:00:31	11177	São Paulo	Classe Especial	111	73	82	10	7	Quantidade de inquérito, sendo que alguns nem precisariam ser instaurados e acúmulo de funções pelo delegado das descentralizadas	Não, os escritos são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		Nenhum
2/29/2016 10:31:03	17203	Minas Gerais	Primeira Classe	114	78	89	10	9	Excesso de inquéritos.	Sim, trabalho com escritos	não tenho equipe de investigação		

										fixo, vinculado a meus inquéritos.	o.		
2/29/2016 12:00:19	10071	Rio Grande Sul	Classe Especial	70	78	93	7	5	1 - Demora extrema nas respostas demandadas a outros órgãos e empresas 2 - Demora nos resultados de investigações demandadas ao Setor de Operações, especialmente em virtude da falta de efetivo	Os escritórios se vinculam aos inquéritos mas não estão o fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		
2/29/2016 14:04:09	17689	Santa Catarina	Primeira Classe	76	125	105	5	5	1- Pouco efetivo de agentes a disposição para cumprir as diligências determinadas no inquérito; 2- Perícias demoradas; 3- Exigência de laudo pericial para situação em que não se necessita de um expert (por exemplo moeda falsa e arma de fogo); 4- Falta de controle das diligências pendentes por parte do	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

									escrivão; 5- Ausência de assistente jurídico nos moldes do MP, Poder Judiciário, Procuradorias estaduais; 6- Grande efetivo de Delegados fora da distribuição, o que resulta em mais inquéritos para os que dela participam; 7- Excesso de inquéritos de viabilidade duvidosa envolvendo moeda falsa, fraude em financiamento de veículo, saque pós óbito e falso testemunho na Justiça do Trabalho.				
2/29 /2016 14:24:05	107 41	Rio Grande do Sul	Classe Especial	28	14	19	7	6	Falta de assessores diretos.	Os escritórios vinculados aos inquéritos mas não estão fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		

2/29 /2016 15:07:27	11080	Mato Grosso do Sul	Classe Especial	31	30	21	3	2	Falta de investimentos na Polícia Judiciária, mormente com a redução do corpo administrativo e acúmulo de tarefas desta natureza para os policiais; excessos de barreiras legais à coleta da prova ou escassez de leis que facilitem a coleta de provas / informações.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilho com outros delegados.	Agente, Viatura	variável
2/29 /2016 15:53:01	10040	Rio de Janeiro	Classe Especial	27	6	6	5	4	Sou chefe de DELEFIN e entendo que falta seletividade em boa parte das instaurações. Sobretudo em relação à área de desvio de recursos públicos, é necessário que os inquéritos policiais não sejam usados como sucedâneo de fiscalização, que deve ser realizada pelos órgãos de controle interno e externo (notadamente CGU e TCU, respectivamente).	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4

									ente).				
2/29 /2016 16:4 5:01	192 17	Mato Gros so do Sul	Ter ceir a Cla sse	58	114	88	8	4	Falta de acesso à bip	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meu s inqu érito s.	sim, dispo nho de equip e de invest igaçã o, poré m comp artilha da com outros deleg ados.	Agent e, Viatur a	4
2/29 /2016 17:0 4:31	107 99	Goiás	Cla sse Esp eci al	57	105	61	9	4	Ausência de seletividade. Equipes de investigação em fase de implantação.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meu s inqu érito s.	não tenho equip e de invest igaçã o.	Agent e, Viatur a	2
2/29 /2016 17:2 1:39	109 36	Mina s Gerai s	Cla sse Esp eci al	63	10	3	8	3	Escassez de recursos, materiais e principalmen te humanos.	Não, os escri vões são vincu lado s a uma estru tura centr aliza da (cart	não tenho equip e de invest igaçã o.		

										ório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.			
2/29/2016 17:35:26	11076	São Paulo	Classe Especial	83	18	23	3	3	Falta de equipe própria e falta de conhecimento e de interesse de servidores nas apurações.	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		0
2/29/2016 19:08:11	16552	Rio de Janeiro	Primeira Classe	138	80	54	9	6	Grande quantidade de oitivas em decorrência da carga especializada em crimes previdenciários e grande volume de trabalho com pouca perspectiva de	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

										condenação.			
03/01/2016 10:19	9549	Rio Grande do Norte	Classe Especial	61	65	43	3	3		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	11
03/01/2016 11:04	15354	Paraná	Primeira Classe	181	105	91	10	3	Falta de efetivo e diligências úteis para o fato investigado.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente, Viatura	06 APFs para atender 09 Delegados
03/01/2016 12:38	16027	Paraná	Primeira Classe	10	1	1	10	10	Falta de equipe de investigação proporcionais por Delegado, desmotivação dos policiais por conta de baixo salário, falta de infraestrutura e treinamento na polícia. Falta de prerrogativas e	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente, Viatura	4

									independência funcional dos Delegados de Polícia. Falta de autonomia orçamentária da PF.				
03/01/2016 14:46	19290	Mato Grosso	Terceira Classe	149	163	155	6	3	Inquéritos antigos que recebi quando ingressei na carreira em 2014. Não há perícia na minha descentralizada. Atribuições administrativas cumuladas (comissão de história e sinarm). Excesso de inquéritos em minha presidência. Falta de iniciativa, boa vontade, interesse, preparo, dos agentes. Burocracia do ipl, sendo que os agentes só realizam as diligências que despacho e nos estritos termos em que despacho. Ausência de vinculação dos policiais aos ipls.	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		
03/01/2016 15:24	10286	Paráíba	Classe Especial	111	48	82	7	5	Falta de uma equipe vinculada diretamente a mim.	Sim, trabalho com escritório	sim, disponho de equipe de		

										fixo, vinculado a meus inquéritos.	investigação, porém compartilhada com outros delegados.		
03/02/2016 16:56	10421	Rio de Janeiro	Classe Especial	120	60	80	5	5	falta de equipe de investigação, bem como ausência de peritos na delegacia descentralizada (DPF/Macaé/RJ)	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	Agente, Viatura	são do NO (compartilhados por todos os Deltas)
03/03/2016 09:35	19574	Paráíba	Terceira Classe	96	44	37	4	1	Acumulação de delegacia administrativa com condução de IPLs, de modo que, para os IPLs tenho que utilizar o NO da DELEFAZ ou DELEPREV, a depender da matéria do IPL. Não tenho agentes vinculados a mim para as diligências investigativas. Como sou chefe de delegacia administrativa, em que há grande demanda no dia-a-dia,	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

										<p>muitos dos IPLs que conduzo são de crimes "simples", como furtos de objetos em Universidades e órgãos públicos, cujas autorias, dificilmente, são alcançadas. Por isso, o baixo número relatado no questionário.</p>				
03/03/2016 10:09	19060	Pará	Terceira Classe	104	89	36	5	4	<p>Grande quantidade de IPL sobre desvio de recursos públicos e crimes financeiros; falta de agentes qualificados para a área; falta de acesso à banco de dados.</p>	<p>Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.</p>	<p>não tenho equipe de investigação.</p>			0
03/03/2016 10:26	15369	Minas Gerais	Primeira Classe	124	83	122	8	6	<p>Múltiplos sistemas Ausência de equipe de investigação Convocações para missões externas. Servidores em licença médica ou com restrições.</p>	<p>Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.</p>	<p>não tenho equipe de investigação.</p>			0
03/03/2016 10:27	17704	Rio de Janeiro	Primeira Classe	323	103	55	9	1	<p>A elevada carga de IPLs, escala de sobreaviso e a ausência de equipe de</p>	<p>Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculo</p>	<p>não tenho equipe de investigação.</p>			0

									investigação	lado a meus inquéritos.			
03/03/2016 10:51	15405	São Paulo	Primeira Classe	0	40	53	5	3	Contar com apenas 1 EPF, ao invés de gabinetes de investigação	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
03/03/2016 10:57	9829	São Paulo	Primeira Classe	49	45	90	8	5		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	3
03/03/2016 11:14	9455	Rio Grande do Norte	Classe Especial	155	174	78	7	7	A falta de uma equipe de investigação, ou seja, pelo menos dois APFs, as quais eu pudesse determinar diligências mais complexas do que entregar intimações. Da mesma forma, pudesse cobrar os resultados dessas diligências,	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0

									acompanhando o desenvolvimento das mesmas diariamente.				
03/03/2016 11:41	15741	Acre	Primeira Classe	107	175	144	6	5	Ausência de equipe dedicada exclusivamente às minhas investigações para realizar diligências mais complexas	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilho com outros delegados.	Agente, Papiloscopista, Viatura	5
03/03/2016 11:58	13659	Rio de Janeiro	Primeira Classe	146	63	67	2	2	Falta de recursos humanos em todos os cargos.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

03/03/2016 14:14	10977	Distrito Federal	Classe Especial	154	38	34	8	4	<p>A estrutura é inadequada, tanto de espaço físico quanto de materiais disponíveis quanto de recursos humanos. A legislação é ineficiente e privilegia o excesso de burocracia. Há carência de capacitação. Especificamente quanto aos crimes cibernéticos, há muitos casos de duplicidade, necessidade de identificação de local de crime cibernético, o que gera situações de relatório sem autoria, lentidão de respostas e muitas respostas negativas das empresas que prestam serviços na internet, demandando excessivamente o Poder Judiciário. Há ainda o problema da excessiva necessidade de cooperação jurídica internacional.</p>	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	4 agentes
---------------------	-------	------------------	-----------------	-----	----	----	---	---	--	---	--	-----------------	-----------

03/03/2016 18:33	19278	Maranhão	Terceira Classe	120	69	93	8	5	Falta de efetivo	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	2
03/04/2016 10:27	18148	Pará	Terceira Classe	180	95	55	10	3	Pouco efetivo e muitos inquéritos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	3
03/04/2016 11:07	16023	Sergipe	Primeira Classe	93	81	48	6	5	Baixo número de APFs para cumprir diligências e demora em resposta à requisições a outras instituições	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente, Viatura	3
03/04/2016 12:11	9143	Mato Grosso	Segunda Classe	28	20	24	10	7		Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meu	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada	Agente, Viatura	5

										s inqu érito s.	dinad a a mim.		
03/06/2016 11:13	10708	Alagoas	Classe Especial	7	33	34	8	8	Demora nas respostas das instituições oficiadas	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inqu érito s.	não tenho equipe de investigação.	Viatura	diretamente nenhum
3/14/2016 13:42:07	15934	Espirito Santo	Primeira Classe	58	90	95	9	5	requisição de instauração de inqu éritos desnecessárias, falta de seletividade na instauração e instrução de inqu éritos policiais, falta de especialização nas delegacias do interior para apurar determinados tipos de crime, etc.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inqu érito s.	não tenho equipe de investigação.		
3/14/2016 18:40:00	7207	Alagoas	Classe Especial	83	80	21	8	8	Os fatos investigados ocorreram a muito tempo	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inqu érito s.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	6

										Falta de equipe policial, notadamente agentes de polícia federal, que estejam envolvidos na investigação e que tenham conhecimento dos fatos e noção das diligências que precisam ser realizadas. Desmotivação dos policiais em geral. Subutilização do escrivão, que trabalhando como digitador deixar de desempenhar e realizar diligências importantes ao andamento da investigação. Baixo efetivo, que acaba tendo que desenvolver diversas funções e atividades diferentes e acaba, por isso, não desenvolvendo nenhuma delas à contento.								
3/15/2016 17:27:20	15944	Paráiba	Primeira Classe	110	70	77	9	5		Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.						0	

3/29/2016 9:20:49	16404	Mato Grosso	Terceira Classe	126	37	81	4	4	Muita viagem, muita operação sobrando pouco tempo para investigação.	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilham com outros delegados.	Agente, Viatura	Importante consignar que alterei minha lotação. Atualmente há um no geral, Na lotação anterior não havia equipe.
3/29/2016 9:37:37	15372	Paraná		152	103	117	5	4	A falta de uma equipe multidisciplinar à disposição.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/29/2016 10:09:28	6397	São Paulo	Classe Especial	111	33	157	8	5	Estrutura obsoleta, computadores antigos, móveis inadequado, telefones que não funcionam, etc.	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cart	não tenho equipe de investigação.		

										ório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.			
3/29/2016 10:12:20	15940	Minas Gerais	Primeira Classe	224	106	87	5	3	Baixo efetivo, falta de equipe de investigação ligada à mim e alto número de inquéritos em andamento.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/29/2016 10:12:35	7057	Espirito Santo	Primeira Classe	73	44	64	10	8	Estrutura	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
3/29/2016 10:51:11	16173	Minas Gerais	Primeira Classe	92	136	91	6	6	Falta de equipe de investigação, em que os demais policiais se inteiram dos fatos e participem.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

3/29/2016 11:21:50	17822	São Paulo	Primeira Classe	80	69	101	5	6	Falta equipe de investigação, efetivo baixo decorrente de missões externas, férias e licenças	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		0
3/29/2016 11:39:52	16452	Espirito Santo	Primeira Classe	100	35	57	10	10		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilho com outros delegados.	Agente, Viatura, Agente Administrativo	2
3/29/2016 11:55:28	16716	Rio Grande do Sul	Primeira Classe	11	15	14	7	8		Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura	sim, disponho de equipe de investigação, porém	Agente, Viatura	4

										centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	compartilhada com outros delegados.		
3/29/2016 13:13:57	10120	Sergipe	Classe Especial	71	82	51	7	7	CARÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS PARA REALIZAR DILIGÊNCIAS.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	1
3/29/2016 13:33:52	9267	Rio de Janeiro	Primeira Classe	71	7	7	2	2	excesso de inquéritos com alta complexidade	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/29/2016 14:26:43	8369	Rio Grande do Sul	Primeira Classe	47	36	34	7	6	Demora no atendimento às solicitações feitas a órgãos externos. Carência de assessoria para auxiliar em	Os escritórios se vinculam aos inquéritos mas	não tenho equipe de investigação.	Não possui o equipe.	

									inquéritos mais simples.	não estão fixos com delegados			
3/29/2016 14:42:04	14446	Rio Grande do Sul	Classe Especial	52	91	84	5	5	falta de efetivo (equipe de investigação); falta de autonomia para arquivar ou pedir arquivamento ao juiz de crime com pouca ou nenhuma chance de progresso; chefia que tenta interferir na condução dos IPLs; excesso de atribuições administrativas sob minha responsabilidade (Seg Privada, Armas - registros e portes, Químicos, Serviço de Informação ao Cidadão etc.) atrapalhando a condução de investigações; atualmente a falta de motivação dos EPAs e até algumas vezes sabotagem por parte deles nos	Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.	Nenhum	

									assuntos investigativos e nos demais também.				
3/29/2016 15:31:48	15532	Tocantins	Primeira Classe	32	70	26	3	3	1 - ausência de rh por afastamentos. 2 - dificuldade de recrutamento de rh para investigações especiais. 3 - demora no cumprimento de precatórias.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	2
3/29/2016 16:38:54	10599	Paraná	Primeira Classe	84	53	52	8	7	Acumulo com a Chefia da Delegacia e distanciamento dos agentes com a investigação.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/29/2016 16:48:39	14361	Mato Grosso	Primeira Classe	78	31	29	6	6	Conciliar os inquéritos especiais (operações) com os demais inquéritos	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada	Agente, Viatura	3

										inquéritos.	a a mim.		
3/29/2016 17:27:01	16029	São Paulo	Primeira Classe	8	10	13	10	9	Efetivo policial reduzido. Acumulo a função de chefe da unidade.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
3/29/2016 17:57:51	13924	São Paulo	Primeira Classe	37	63	63	9	6	Demora no cumprimento dos ofícios encaminhados, bem como demora na conclusão de perícias.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
3/30/2016 8:50:15	10153	Paraná	Classe Especial	127	102	106	8	5	EXCESSO DE INQUÉRITOS NA CARGA, SOBREAVISO, MISSÕES, ENFIM FALTA DE TEMPO PARA ANALISAR AS INVESTIGAÇÕES.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/30/2016 8:52:08	14199	Paraná	Classe Especial	23	31	39	9	8	Falta de equipe vinculada à investigação. Demora na análise de pedidos pelo Poder Judiciário.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a	não tenho equipe de investigação.		

											meus inquéritos.			
3/30/2016 11:13:50	19258	Rondônia	Terceira Classe	72	29	27	6	5	Requisições infundadas para a instauração de inquérito policial. Dos últimos 10 Inquéritos relatados, em 05 foi verificada materialidade e autoria, 01 foi verificada materialidade, mas não a autoria e nos outros 04, em que sequer se constatou a existência de materialidade, 03 foram oriundos de requisições para instauração.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	3	
3/30/2016 11:29:34	19061	Pará	Terceira Classe	110	60	35	5	3	Investigação extemporânea	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilho com outros delegados.	Agente, Viatura	5	
3/30/2016 13:23:27	8825	Rio Grande do Norte	Classe Especial	110	87	28	0	0	TEMPO DECORRIDO ENTRE O FATO E A NOTICIA CRIME	Sim, trabalho com escrivão	sim, tenho equipe de investigação	Agente, Viatura	5	

									APRESENTADA AO DPF	fixo, vinculado a meus inquéritos.	o diretamente subordinada a mim.		
3/30/2016 13:35:36	19308	Paraná	Terceira Classe	220	240	155	9	7	falta de apoio do órgão	Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão o fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		0
3/30/2016 13:38:51	8503	Rio Grande do Norte	Classe Especial	88	170	49	5	5	FALTA DE POLICIAIS NO SETOR OPERACIONAL	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente	5
3/30/2016 14:19:56	19413	Mato Grosso do Sul	Terceira Classe	31	87	62	10	9		Os escrivães se vinculam aos inquéritos mas não estão	não tenho equipe de investigação.		0

											o fixos com delegados				
3/30/2016 14:28:05	9850	Sergipe	Classe Especial	90	37	41	5	5	Demora nas perícias contábeis	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura			2
3/30/2016 14:45:56	19031	Roraima	Terceira Classe	65	94	40	5	5	Atualmente, uma carga de ipls complexa, herdada integralmente e de delegado removido, depois de 08 meses de missão policial em outro estado, onde relatei e instaurei a maior parte dos procedimentos referidos acima, e o acúmulo da presidência de ipls com delegacia administrativa.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura			2
3/30/2016 14:52:19	19470	Maranhão	Terceira Classe	84	114	126	4	2	Ausência de equipe de investigação vinculado ao Delegado.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meu	não tenho equipe de investigação.				

										s inqu éritos.			
3/30 /2016 15:16:27	15736	Minas Gerais	Pri meira Classe	238	71	73	9	6	Circunscriçã o de atuação muito grande, com 137 municípios, falta de efetivo e falta de equipe de investigação subordinada	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meus inqu éritos.	não tenho equip e de invest igaçã o.	Viatur a	0
3/30 /2016 15:17:26	9608	Pern ambuco	Pri meira Classe	20	34	17	9	8	Efetivo reduzido	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meus inqu éritos.	sim, tenho equip e de invest igaçã o direta ment e subor dinada a mim.	Agent e, Viatur a	8
3/30 /2016 16:34:37	6302	Sergi pe	Classe Especial	82	50	31	8	8	Equipe completa de policiais e administrativos para a instrução dos feitos; estrutura predial; equipamentos para investigação disponíveis para a equipe; entre outros.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meus inqu éritos.	sim, dispo nho de equip e de invest igaçã o, poré m comp artilha da com outros deleg ados.	Agent e, Viatur a	2
3/30 /2016 17:20:48	9234	Mato Gros so	Pri meira Classe	92	42	30	5	5	falta de preparação e empenho dos policiais, dificuldade de obter respostas de	Não, os escri vões são vincu lado	não tenho equip e de invest igaçã o.	-	

									outros órgãos/empr esas	s a uma estru tura centr aliza da (cart ório únic o) e não se vincu lam a inqu érito s ou aos dele gado s.			
3/30 /201 6 18:1 0:45	103 5	São Paul o	Pri mei ra Cla sse	32	14	8	1	1	Falta de auxiliar para fazer análise de documentos.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meu s inqu érito s.	não tenho equip e de invest igaçã o.		0
3/31 /201 6 9:24 :16	150 54	Mato Gros so	Pri mei ra Cla sse	138	63	85	8	3	Número insuficiente de agentes da autoridade.	Sim, traba lho com escri vão fixo, vincu lado a meu s inqu érito s.	sim, tenho equip e de invest igaçã o direta ment e subor dinad a a mim.	Agent e, Viatur a	3
3/31 /201 6 10:1 1:17	171 07	Pará iba	Pri mei ra Cla sse	86	11	10	10	10	Falta de capacitação dos auxiliares, especialmen te escrivães e agentes,	Sim, traba lho com escri vão fixo,	não tenho equip e de invest igaçã o.		0

									tornando improdutivo e insatisfatório o resultado apresentado pelos mesmos. Em razão disto, o delegado tende a auxiliar os auxiliares, e não o contrário.	vinculado a meus inquéritos.			
3/31/2016 10:45:08	9300	São Paulo	Classe Especial	0 - cedido ao DRC I	Prejudicado	Prejudicado	10	10	Falta de equipe "disponível"	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
3/31/2016 10:55:33	11266	Maranhão	Classe Especial	4	71	65	8	3	Falta de efetivo, especialmente de DPF, pois sou chefe da delegacia	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		Zero
3/31/2016 12:06:52	3180	Maranhão	Primeira Classe	202	71	39	7	1	Falta de estrutura como viaturas eficientes, pessoal suficiente e quantidade de procedimentos instaurados que inviabilizam	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	3

									demandar mais tempo com investigações potencialmente eficazes.	s.			
3/31/2016 12:25:16	15480	São Paulo	Primeira Classe	167	28	29	9	3	Falta de equipe	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/31/2016 12:40:02	10421	Rio de Janeiro	Classe Especial	130	68	89	8	8	Falta de equipe coesa dependendo do NO para tudo !! Nas descentralizadas faltam peritos para agilizar as investigações !!	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	Agente, Viatura	Nenhum, como escrevi faltam servidores para trabalhos juntos em prol da agilidade de Q requer uma boa investigação
3/31/2016 13:09:21	17026	Rio de Janeiro	Primeira Classe	20	Zero	Zero	0	0	A complexidade das investigações e a inexistência de analistas capacitados, pró-ativos e comprometidos com a investigação	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, dispo de equipe de investigação, porém com outros	Agente, Viatura, Agente Administrativo	6

											delegados.		
3/31/2016 14:07:37	16046	Rio de Janeiro	Primeira Classe	291	107	112	8	6	Número elevado de IPLS a cargo de um único DPF	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação direta e subordinada a mim.	Agente, Viatura, Agente Administrativo	Normamente 2
3/31/2016 14:20:16	16742	Ceará	Primeira Classe	74	75	65	10	6	Equipe de investigadores vinculados a investigação e em quantidade suficiente de profissionais	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/31/2016 15:01:24	9404	Santa Catarina	Classe Especial	120	74	79	5	4	Ausência de equipe investigação dedicada para o caso. Excesso de inquéritos instaurados em situações que se vislumbra de plano qualquer perspectiva de identificação de autoria e materialidade, ou de fatos insignificantes.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	Agente, Papiloscopista, Perito, Viatura	0

3/31/2016 15:36:22	17130	Maranhão	Primeira Classe	153	127	77	10	8	Número reduzido de efetivo	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura	2
3/31/2016 15:36:56	15374	Rio de Janeiro	Primeira Classe	117	59	49	4	4	Ausência de equipe de investigação contendo agentes, papiloscopistas, administrativos, estagiários, contratados vinculada ao delegado, posto que hoje tais profissionais estão divididos em áreas diversas sem qualquer subordinação direta ao delegado, vinculação e conhecimento sobre qualquer investigação.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
3/31/2016 15:36:58	9576	Rio Grande do Norte	Classe Especial	116	48	21	3	3	Diferentemente da Polícia Civil, a Polícia Federal é campeã em instauração de inquéritos com base em hipótese de crime, isto é, sem a indicação clara de que	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.	Agente, Viatura, Agente Administrativo	8

									houve delito. Isso tem levado a investigações inúteis, em que não há a materialidade e autoria, porque inexistente crime. Nada obstante, tais tarefas exigem esforços, seja do delegado, seja de sua equipe auxiliar, que evidentemente deixam de direcionar seu trabalho em tarefas úteis.	s.				
3/31/2016 15:44:06	9315	Maranhão	Classe Especial	156	121	91	9	7	Poder requisitório do MPF exercido muitas vezes sem filtro. Delegado sem equipe de apoio. Carência de Delegados e outros servidores para atender a alta demanda.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.			0
3/31/2016 17:28:29	16792	Rio Grande do Norte	Primeira Classe	91	67	85	5	5		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	Viatura		0

3/31/2016 18:17:42	14170	Paraná	Primeira Classe	90	142	117	6	6	Falta de equipe própria de investigação, muitas requisições para inqueritos "natimortos" que não levam a indiciamentos (apreensões ao abandono, quantidade insignificante e de produtos apreendidos, etc.). Muito volume de trabalho com investigações de menor importância.	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inqueritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		0
3/31/2016 19:18:40	10147	Paraná	Primeira Classe	227	75	122	8	7	Falta de tempo para se dedicar aos ipls (devido a sobreaviso, viagens a trabalho e resoluções de questões administrativas), falta de equipe de investigação.	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inqueritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		

04/01/2016 00:08	6473	São Paulo	Classe Especial	150	42	40	9	4	Excesso de trabalho e acúmulo de cargas!	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.	0
3/31/2016 19:25:48	17122	São Paulo	Primeira Classe	99	99	84	6	6	O fato de apenas a Autoridade Policial Presidente do IPL estar efetivamente engajado na resolução do crime. Não há assessores ou analistas (não me refiro a APF analista de monitoramento telefônico) para auxiliar na investigação. Apenas o DPF lê e analisa o procedimento. Demais atores apenas leem o despacho/terminal do DPF e cumprem sem ter comprometimento efetivo com toda a demanda do Apuratório. Se um DPF receber um IPL de 10 volumes principais,	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou delegados.	não tenho equipe de investigação.	Não há equipes

										somente ele irá le-lo e decidir, por conta própria, o rumo a ser tomado.				
04/01/2016 09:42	15895	Piauí	Primeira Classe	127	92	120	10	8	Demora no recebimento das informações e documentos requestados aos órgãos públicos e instituições privadas. Demora na realização de diligências e oitivas solicitadas a outras unidades. Poucos Delegados implicando em escala de sobreaviso com muitos dias e acúmulo de funções administrativas. Elevado quantitativo de demandas externas.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.			0

04/01/2016 09:49	16315	Rio de Janeiro	Primeira Classe	129	82	79	6	0	A principal dificuldade certamente é a falta de alguém que me auxilie diretamente na análise dos IPL's. Estagiários certamente supririam essa falta. A baixa quantidade de APF's para realizar as diligências determinadas e o desinteresse dos mesmos contribui sobremaneira para a falta de êxito nas investigações.	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		prejudicado
04/01/2016 10:12	16274	Rio Grande do Norte	Primeira Classe	115	49	29	8	7		Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agente	8
04/01/2016 10:15	13825	Piauí	Primeira Classe	55	25	30	3	3	Demora para a conclusão de auditorias dos órgãos de controle	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meu	sim, tenho equipe de investigação direta e subor	Agente, Viatura	4

										s inqu érito s.	dina da a mim.		
04/0 1/20 16 10:3 6	152 91	Sergi pe	Pri mei ra Cla sse	83	39	16	9	6	Excesso de formalismo no IPL e falta de efetivo policial frequentemente deslocado para atender outras demandas (especialmente plantão).	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.	Agent e, Viatur a	3
04/0 1/20 16 10:3 6	20. 089	Pará	Ter ceir a Cla sse	195	63	15	5	4	Uma dificuldade está na falta de especialização. Trabalho em Descentralizada e tenho inquéritos dos mais diversos crimes. Cada crime possui peculiaridades de investigação. Não há como fazer um trabalho de qualidade apenas com conhecimentos genéricos. Outra dificuldade, consiste no excesso de inquéritos pelos quais cada delegado é responsável.	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.	Agent e, Viatur a	Prejud icada

04/01/2016 10:45	19384	Mato Grosso do Sul	Terceira Classe	127	67	31	9	8	Falta de motivação dos policiais, falta de recursos, dificuldades no relacionamento institucional com o MPF e carência de independência funcional	Não, os escritores são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		
04/01/2016 11:17	14339	Mato Grosso		105	56	47	9	7	Falta de assessoria na realização dos trabalhos.	Os escritores se vinculam aos inquéritos mas não estão o fixos com delegados	não tenho equipe de investigação.		
04/01/2016 11:38	14982	Paráíba	Primeira Classe	10	4	6	5	5	1-Falta de Equipe de investigação 2- Falta de assessoria para o cumprimento de expedientes simples que dariam	Sim, trabalho com escritores fixo, vinculado a meu	não tenho equipe de investigação.	Agente	1

									andamento-impulso ao Inquérito(minutas de despachos, Relatórios e representações) que não demandassem elevado grau de compartimentação.	s inquiridos.			
04/01/2016 11:40	19156	Acre	Terceira Classe	35	71	41	6	5	Falta de recursos	Não, os escritórios são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquiridos ou aos delegados.	sim, tenho equipe de investigação direta e subordinada a mim.	Agente, Viatura	4
04/01/2016 11:47	11221	São Paulo	Classe Especial	125	64	71	6	5	Oitavas ... circunscrição enormes, os intimados não comparecem e não raramente desaparecem	Sim, trabalho com escritório fixo, vinculado a meus inquiridos.	não tenho equipe de investigação.		

04/01/2016 12:52	14981	Espirito Santo	Primeira Classe	12	6	13	4	4	Exercício simultâneo de chefia de delegacia e pouca eficiência e/ou qualidade de trabalho de alguns APFs na realização de diligências,	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
04/01/2016 14:12	17253	Rio de Janeiro	Primeira Classe	233	147	0	7	0	falta de efetividade em intimações enviadas por via postal e carência de recursos humanos para diligências de campo.	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	sim, disponho de equipe de investigação, porém compartilhada com outros delegados.		0
04/01/2016 14:25	17526	Mato Grosso do Sul	Primeira Classe	25	35	31	10	10	Contar com equipe de policiais vinculados às investigações que presido	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		

04/01/2016 15:00	15163	Paráíba	Primeira Classe	95	61	29	3	3	Ausência de equipe de investigação, necessitando sempre de um setor de operações que não estão vinculados diretamente às investigações sob minha presidência.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		0
04/01/2016 15:15	10652	Minas Gerais	Classe Especial	241	50	0	8	6	Falta de uma equipe de investigação.	Sim, trabalho com escrivão fixo, vinculado a meus inquéritos.	não tenho equipe de investigação.		
04/01/2016 15:16	19160	Pernambuco	Terceira Classe	83	53	32	3	4		Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único) e não se vinculam a inquéritos ou aos delegados.	não tenho equipe de investigação.		

										s.			
04/01/2016 15:49	16648	Distrito Federal	Primeira Classe	112	61	96	6	6	equipe desmotivada, baixo número de servidores policiais lotados com a autoridade de forma a permanecer uma equipe de investigação, ausência de administrativo e estagiário, grande número de lpl's por autoridade. Isto tudo gera dificuldade em especializar investigações - pelos motivos apontados - e concentrar em operações para casos específicos.	Sim, trabalho com escrivães fixos, vinculado a meus inquéritos.	sim, tenho equipe de investigação diretamente subordinada a mim.		0
04/01/2016 16:28	15634	Goiás	Primeira Classe	58	60	57	10	7	Recursos Humanos	Não, os escrivães são vinculados a uma estrutura centralizada (cartório único)	não tenho equipe de investigação.	Agente, Viatura	0

